

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

O PARQUE 13 DE MAIO NA MODERNIZAÇÃO DO RECIFE

CÂNDIDA FREITAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rita Sá Carneiro

Recife

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CÂNDIDA FREITAS

**O TRAÇADO DO PARQUE 13 DE MAIO NA MODERNIZAÇÃO DO
RECIFE.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, ____ de _____ de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora Dr^a. Ana Rita Sá Carneiro

(examinador interno)

(examinador externo)

(suplente interno)

(suplente externo)

Dedico este trabalho a dois anjos em minha vida, meus pais, Ana Lúcia e Zaronir Ramalho, eternos incentivadores e admiradores das minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Ao final de um trabalho é quase automático lembrar-se de todas as dificuldades e limitações que acompanham a labuta do pesquisador, desde os primeiros ensaios no projeto até os derradeiros instantes, quando então prepara a defesa de sua dissertação. Entretanto, o mais importante é não esquecer as contribuições que, no decorrer do processo, foram essenciais para a conquista de uma etapa tão importante na minha vida.

Inicialmente, agradeço ao Deus do meu coração, pelos Seus influxos que me deram inspiração, força e coragem na elaboração desse trabalho.

Agradeço aos meus amigos, a Zaronir Filho, a Mariana Spósito e a meu querido e paciente Jacó, os quais contribuíram, de forma muito especial, para a elaboração deste trabalho, seja com ações ou com palavras de compreensão e ânimo. Nesse sentido, em especial, agradeço com fervor aos meus pais, aos quais este trabalho é dedicado, pelo eterna confiança e apoio.

Agradeço também a generosidade de todas as pessoas que, durante a elaboração dessa dissertação, comigo partilharam seus conhecimentos e suas opiniões, como a pedagoga Marisa Spósito, as colegas do Laboratório da Paisagem, Aline Figueirôa e Fátima Mafra, e os professores do MDU, sobretudo, o professor Tomás Lapa, por sua valiosa orientação quando da elaboração do projeto de pesquisa que me tornou apta a cursar o mestrado.

Agradeço à minha orientadora Ana Rita com todo reconhecimento e admiração que lhes são devidos, tanto pela fundamental contribuição profissional devido a seu vasto e profundo estudo da paisagem, como pelo seu constante auxílio, a cada dia, me estimulando a questionar, a aprender e a superar meus limites e, ainda, pelas suas lições de humanidade, paciência, determinação, otimismo e respeito. Usufruir de sua companhia representou uma rica experiência para mim. Muito obrigada, sempre, professora!

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
RESUMO E ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1- O PARQUE NA CIDADE E O TRAÇADO	24
1.1 Conceito de parque urbano	25
1.2 A origem histórica do parque urbano e diferentes influências	31
1.2.1 Os parques europeus e americanos	31
1.2.2 Os parques no Brasil	37
1.3 O traçado do parque urbano	41
1.4 O parque urbano histórico e sua proteção	47
Capítulo 2- O PROCESSO DE CRIAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO TRAÇADO	
DO PARQUE	54
2.1 O projeto inovador do Passeio Público de Vauthier em 1844	55
2.2 O “Projeto do Passeio Público” de Martineau em 1860	67
2.3 O parque na “Planta da Cidade do Recife e Arredores” de 1875	75
2.4 O “Projeto de Arruamento do Jardim 13 de Maio” de 1899	80
2.5 O “Projeto do Passeio Público 13 de Maio” em 1911	86
2.6 O “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1923	90
2.7 O parque e a “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1932	97

Capítulo 3- A INAUGURAÇÃO DO PARQUE 13 DE MAIO E INTERVENÇÕES POSTERIORES VIZUALIZANDO O TRAÇADO	101
3.1 A inauguração do Parque 13 de Maio e a “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” em 1939	102
3.2 O “Levantamento Planimétrico do Parque 13 de Maio” no ano de 1964	115
3.3 Os projetos de intervenção do Parque 13 de Maio em dois momentos diferentes: 1985 e 2001.....	123
 Capítulo 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
 BIBLIOGRAFIA	140

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – figuras e fotografias

CAPÍTULO 1

FIGURA I.01 Foto do Central Park no centro de New York e ao lado uma foto de sua paisagem com características rurais. FONTE: www.pt.wikipedia.org/wiki/Central_Park, 2006. (p.26)

FIGURA I.02 Desenho do Parque La Villete em Paris. FONTE: www.ciudadluz.net/monum/villette, 2006. (p.28)

FIGURA I.03 “Jardim dos Espelhos” no Parque La Villete, em Paris. FONTE: www.ciudadluz.net/monum/villette, 2006. (p.28)

FIGURA I.04 Foto de um edifício do Parque La Villete. FONTE: www.ciudadluz.net/monum/villette, 2006. (p.29)

FIGURA I.05 Planta baixa e foto do Parque Costa Azul em Salvador/BA. FONTE: Macedo e Sakata, 2002. (p. 29)

FIGURA I.06 Um jardim italiano, a Villa Garzoni, onde a vegetação é utilizada para destacar as esculturas e a edificação. FONTE: Jellicoe, 1995. (30)

FIGURA I.07 Obra de André Le Nôtre, emblemático paisagista do século XVII, o Vaux lê Vicomte é um bom exemplo do jardim francês que abusava do emprego de composições ortogonais, de eixos de simetria e da minuciosa geometrização dos elementos vegetais, dispostos em parterres (belos desenhos a partir da distribuição de plantas), em que o principal ponto de visualização sempre ficava fora e, quando possível, acima do jardim. FONTE: *Jornal da Paisagem*, 2006. (32)

FIGURA I.08 Parque de Birkenhead, onde se verificam as características do jardim inglês. Esse parque, situado nos arredores de Londres, inspirou Olmstead ao desenhar o Central Park em New York. FONTE: Jellicoe, 1995. (32)

FIGURA I.09 Parque de Friburgo, um jardim renascentista, em Recife construído no início do século XVII pelo Conde Maurício de Nassau. FONTE: *Anais do VI ENEPEA*, 2002. (p. 33)

FIGURA I.10 Portão de Inauguração do Passeio Público do Rio de Janeiro no fim do século XVIII, uma obra de modernização e expansão da cidade, segundo Ceniuel (1995). FONTE: pt.wikipedia.org/wiki, 2006. (p. 37)

FIGURA I.11 Passeio Público do Rio de Janeiro, um jardim francês, criado pelo Mestre Valetim no Brasil Colônia. FONTE: Nascimento, 2004. (38)

FIGURA I.12 Passeio Público do Rio de Janeiro, um jardim inglês, criado por Glaziou no Brasil Império. FONTE: Macedo e Sakata, 2002. (39)

FIGURA I.13 Planta do Campo de Santana no Rio de Janeiro, símbolo de modernidade, idealizado por Glaziou. FONTE: Macedo e Sakata, 2002. (p. 40)

FIGURA I.14 Passeio Público de Fortaleza, construído em 1824. FONTE: Macedo e Sakata, 2002. (p. 41)

FIGURA I.15 Plantas baixas dos Parques do Arraial Novo do Bom Jesus e do Arraial Velho do Bom Jesus, também conhecido como Sítio da Trindade. FONTE: Sá Carneiro e Mesquita, 2000. (51)

FIGURA I.16 Mapa da cidade do Recife, onde se verifica a localização do Parque 13 de Maio na cidade, integrando o Sítio da Faculdade de Direito. FONTE: *Laboratório da Paisagem/UFPE*, 2006. (p.52)

FIGURA I.17 Planta do Sítio Histórico da Faculdade de Direito, onde se verifica que o Parque 13 de Maio integra o Setor de Preservação Rigorosa, no entorno da edificação tombada como patrimônio cultural. FONTE: Empresa de Urbanização do Recife, URB, 2005. (p. 52)

CAPÍTULO 2

FIGURA II.01 O movimento cotidiano do Recife na ponte da Boa Vista, entre as atuais ruas da Concórdia e da Imperatriz, no período da administração do Conde da Boa Vista, quando era terceira metrópole do Império. FONTE: Ferrez, 1956. (p. 57)

FIGURA II.02 Planta dos arruamentos do bairro de Santo Amaro em 1844. FONTE: APEJE, 2005. (p.61)

FIGURA II.03 Aproximação dada sobre a “Planta dos arruamentos do bairro de Santo Amaro” para visualizar o Passeio Público proposto por Vauthier em 1844. Esse melhoramento voltado para a modernização da cidade foi o primeiro projeto relacionado à criação do atual Parque 13 de Maio. FONTE: APEJE, 2005. (p. 62)

FIGURA II.04. Planta da cidade do Recife e Arredores em 1843. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005. (p.63)

FIGURA II.05 Recorte e aproximação dado sobre a Planta da Cidade do Recife em 1843, onde se verifica a presença dos alagados formando a “Ilha dos Ratos”, mencionada por Cavalcanti (1977). Nota-se ainda a ausência da Ponte Santa Isabel que foi construída em 1862. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005. (p. 64)

FIGURA II.06 O Palácio do Governo e o Teatro Santa Isabel obras do Conde da Boa Vista. Desfile militar na área onde hoje é a Praça da República. FONTE: Ferrez, 1956. (p. 66)

FIGURA II.07 Detalhe de uma das extremidades do passeio público de Vauthier, demonstrando as características do jardim francês: simetria, axialidade, vistas limitadas ao exterior. FONTE: APEJE, 2005. (p. 67)

FIGURA II.08 Esplanada do Cais do Colégio, que segundo Soares d’Azevedo somente por epigrama poderia se chamar passeio público. Sobre o mesmo esclarece Mesquita (1998, p. 20): “*Passeio Público anteriormente chamado de pátio do Colégio, atual praça 1817, converteu-se num ponto de encontro social, no século passado, numa visão de Schlappriz*”. FONTE: Mesquita, 1998. (p. 69)

FIGURA II.09 “Projeto de passeio público para a cidade de Recife”, datado de 1860, autoria de Martineau. Esse foi o primeiro projeto que buscou articular os espaços livres públicos do Recife, utilizando a vegetação como elemento integrador. FONTE: Sá Carneiro Ribeiro, 1995. (p. 71)

FIGURA II.10 Recorte e aproximação dada sobre o “Projeto de Passeio Público para a cidade de Recife” de 1860, para melhor compreensão das palavras de José Estelita no discurso de inauguração do Parque 13 de Maio em 1939. FONTE: Sá Carneiro Ribeiro, 1995. (p. 72)

FIGURA II.11 Área do Projeto de Martineau em 1860 contando 15 hectares. (p. 73)

FIGURA II.12 Croqui com a situação do Passeio Público de Martineau e de Vauthier. (p. 74)

FIGURA II.13 “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1875.FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005. (p.76)

FIGURA II.14 Recorte e aproximação dado sobre a “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1875, onde se verifica que o passeio público apesar de ser uma aspiração dos recifenses, ainda não havia sido construído. (p. 77)

FIGURA II.15 Foto antiga dos prédios destacados por Parahym (1977): a Assembléia Legislativa, o Ginásio Pernambucano e ainda o prédio da Repartição de Saneamento, às margens do rio Capibaribe. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 79)

FIGURA II.16 Aspecto do entorno do sítio do “passeio público projetado” em 1878, onde se destaca a Ponte Santa Isabel e a da Rua da Aurora ao fundo. FONTE: Atlas Ambiental do Recife, 2000. (p. 79)

FIGURA II.17 Projeto de Arruamento do Jardim 13 de Maio de 1899. FONTE: APEJE, 2005. (p. 82)

FIGURA II.18 Figura mostra que a soma da área do passeio público no projeto de Vauthier em 1844 com a área proposta por Martineua em 1860 resulta aproximadamente no sítio do Jardim 13 de Maio em 1899. (p. 83)

FIGURA II.19 Espaço circular formado por eixos ortogonais e concêntricos que se destacava em meio ao sítio do Jardim 13 de Maio. FONTE: APEJE, 2005. (p.84)

FIGURA II.20 Projeto sem data do Café-Restaurante do Jardim 13 de Maio. FONTE: APEJE, 2005. (p. 85)

FIGURA II.21 Edifício da Faculdade de Direito inaugurado em 1912 concedeu monumentalidade ao Jardim 13 de Maio. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 86)

FIGURA II.22 Essa foto do Arco de Santo Antônio ao lado da estação dos bondes foi um cartão postal da cidade do Recife no início do século XX. No entanto, com a “remodelação” urbana vivenciada pela capital pernambucana entre 1909 e 1915 esse e outros marcos históricos foram demolidos. FONTE: novomilenio.inf.br/santos/fotosnm.htm, 2006. (p. 87)

FIGURA II.23 “Projeto do Passeio Público 13 de Maio” de 1911. FONTE: APEJE, 2005. (p. 88)

FIGURA II.24 Elementos integrantes do traçado do Passeio Público de 1911. FONTE: APEJE, 2005. (p. 89)

FIGURA II.25 Perspectiva e projeto de urbanização do Parque do Derby, inaugurado em 1924. FONTE: Revista de Pernambuco, 1924 e APEJE, 2006. (p. 91)

FIGURA II.26 “Projeto do Parque 13 de Maio” em 1923. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005. (p. 92)

FIGURA II.27 Croquis dos projetos de 1911 e 1923, onde se observa a diminuição do sítio do Parque 13 de Maio. FONTE: Cândida Freitas, 2006. (p. 93)

FIGURA II.28 Recorte com aproximação e giro do “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1923, possibilitando visualizar a localização de alguns edifícios propostos, da grande praça de concertos, da praça de entrada, da bacia d’água, do canal, etc. (p. 94)

FIGURA II.29 Aproximação dada sobre o “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1923, revela a presença de arbustos e grama perto da “Praça de entrada” e de copas de árvores próximas ao espaço reservado para o “Recreio das crianças”. FONTE: APEJE, 2005. (p. 95)

FIGURA II.30 Detalhe da “Bacia” único elemento aquático observado no projeto de 1923. FONTE: APEJE, 2005. (p. 96)

FIGURA II.31 Fachada apresentada em 1919 para a edificação da Escola Normal, atual sede da Câmara Municipal de Recife fotografada em 2006. FONTE: APEJE, 2006. Foto da Câmara Municipal do Recife nos dias atuais. FONTE: Cândida Freitas, 2006. (p. 96)

FIGURA II.32 “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” em 1932. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005. (p. 100)

CAPÍTULO 3

FIGURA III.01 Cartaz da Exposição Nacional de Pernambuco realizada no Parque 13 de Maio em dezembro de 1939, após o III Congresso Eucarístico Nacional. FONTE: Diário de Pernambuco, 1939. (p. 103)

FIGURA III.02 “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” sem data. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005. (p. 106)

FIGURA III.03 A comparação entre aproximação dada sobre a “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” sem data e o croqui do Parque 13 de Maio publicado no Diário de Pernambuco, em 1939, evidencia semelhanças no traçado do parque público. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005 e Fundação Joaquim Nabuco, 2005. (p. 107)

FIGURA III.04 Aproximação dada sobre a “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores”, onde se verifica que o Parque 13 de Maio permaneceu entre os bairros da Boa Vista e de Santo Amaro, na localização indicada pelos projetos anteriores. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 108)

FIGURA III.05 Sítio do Parque 13 de Maio em 1911 e em 1939, a comparação entre esses dois projetos revela que a dimensão do referido espaço público permanecia semelhante nesses dois momentos, inclusive com relação a ocupação da quadra (destacada em vermelho) entre a rua Princesa Isabel e Rua da Saudade. FONTE: APEJE e Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 109)

FIGURA III.06 Edifício da Faculdade de Direito, ponto de partida do traçado do Parque 13 de Maio em 1939. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 109)

FIGURA III.07 Croqui do Parque 13 de Maio de 1939 destacando o: eixo principal, os canteiros simétricos, a praça elíptica e a grande praça de esportes circular. (p. 109)

FIGURA III.08 Altar do III Congresso Eucarístico Nacional e pavilhão na Exposição Nacional de Pernambuco. FONTE : Fundação Joaquim Nabuco e Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 110)

FIGURA III.09 Bar e pavilhão menor, edificações construídas ao longo do eixo principal do Parque 13 de Maio em 1939. FONTE: APEJE, 2005. (p. 110)

FIGURA III.10 Foto aérea do Parque 13 de Maio em 1939, onde se verifica o altar/pavilhão servindo de contraponto em relação a edificação da Faculdade de Direito, e o acesso principal ladeado pela Escola Normal e por um conjunto de prédios. FONTE: Casé, 2004. (p. 111)

FIGURA III.11 Parque 13 de Maio, com a grandiosa perspectiva direcionada para o altar, numa influência do jardim francês. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 111)

FIGURA III.12 Croqui do parque para mostrar o cruzamento dos eixos, destacado pelas fontes inseridas na praça elíptica e ainda o outro eixo secundário, influências do jardim francês. (p. 112)

FIGURA III.13 Fotos de diferentes perspectivas do Parque 13 de Maio, ambas revelando as árvores em fileira. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 113)

FIGURA III. 14 Vegetação do Parque 13 de Maio, extensos gramados, grupos informais de arbustos e árvores. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 114)

FIGURA III.15 Fotos do Parque 13 de Maio, onde ocorriam solenidades com o desfile militar e também as recreação cotidianas da sociedade do Recife. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 115)

FIGURA III.16 Foto da Maquete dos edifícios do IEP em 1957, exemplo de arquitetura moderna no Recife, visto do cruzamento da Av. Mario Melo com Av. Cruz Cabugá . FONTE: Lima, 1985. (p. 117)

FIGURA III.17 Maquete do conjunto de edifícios do Instituto de Educação de Pernambuco em 1957, visto do cruzamento da atual Av. Mario Melo com R. da Fundação, em uma área pertencente ao Parque 13 de Maio, onde é possível observar a permanência do círculo da sua grande praça de esporte. FONTE: Lima, 1985. (p. 117)

FIGURA III.18 Foto da construção do IEP, visto do cruzamento da atual Av. Mario Melo com R. da Fundação, em 1957, em uma área pertencente ao Parque 13 de Maio, onde é possível observar que nessa fase da obra o círculo da sua grande praça de esporte ainda permanecia. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 118)

FIGURA III.19 Festa da Mocidade realizada pelos estudantes no Parque 13 de Maio. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 118)

FIGURA III.20 “Levantamento Planimétrico do Parque 13 De Maio” de 1964. FONTE: URB, 2005. (p. 119)

FIGURA III.21 Croquis do Parque 13 de Maio em 1939 e em 1964 com suas mudanças e permanências. (p. 120)

FIGURA III.22 Foto do Monumento à FEB construído em 1970 no Parque 13 de Maio. FONTE: Macedo e Sakata, 2002. (p. 121)

FIGURA III.23 Edifício do Restaurante Torre de Londres com um espelho d’água na frente, situado no Parque 13 de Maio em 1964. FONTE: Fundaj, 2006. (p. 122)

FIGURA III.24 Vegetação em um dos acessos do Parque 13 de Maio, na década de 60, destacando o aspecto de informalidade na sua distribuição pelo referido espaço público. FONTE: Fundaj, 2005. (p. 123)

FIGURA III.25 Foto aérea em 1975, onde se verifica que a edificação da Biblioteca Pública Estadual, contribui para romper a integração proposta pelo projeto do conjunto edificado do IEP com o Parque 13 de Maio. FONTE: FIDEM, 2006. (p. 125)

FIGURA III.26 Plantas Baixas do Parque da Jaqueira e do Parque de Santana, construídos em bairros “nobres” da cidade. FONTE: Sá Carneiro e Mesquita, 2000. (p. 125)

FIGURA III.27 Projeto do Parque 13 de Maio em 1985. FONTE: URB, 2005. (p. 127)

FIGURA III.28 Caminhos secundários do Parque 13 de Maio obedecendo o formato retangular das pedras que os revestiam. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006. (p. 128)

FIGURA III.29 Planta de 1985 e Aproximação dada sobre a foto aérea de 1975, onde se observa a profusão de árvores existentes no Parque 13 de Maio. FONTE: URB, 2005 e FIDEM, 2006. (p. 129)

FIGURA III.30 O lago, um elemento de composição do traçado que permaneceu de 1964 a 1985, apresenta mudanças na forma e dimensão. (p. 129)

FIGURA III.31 “Projeto de Acessibilidade do Parque 13 de Maio em 2001”, onde se verifica que o traçado permanece basicamente igual ao de 1985. FONTE: URB, 2005. (p. 130)

FIGURA III.32 Perspectiva do Parque 13 de Maio em 2001. FONTE:URB, 2005. (130)

FIGURA III.32 Foto aérea do Parque 13 de Maio em 1996, onde se verifica que permanece um espaço público arborizado localizado no centro do Recife. FONTE: FIDEM. 2006. (p.131)

CAPÍTULO 4

FIGURA IV.01 Croqui com as mudanças ocorridas na forma e dimensão do Parque 13 de Maio . FONTE: Cândida Freitas, 2005. (p.132)

RESUMO

A pesquisa objetivou demonstrar que o Parque 13 de Maio representa um marco da modernização do Recife, focalizando o traçado dos projetos elaborados no período de 1844 a 2001. O interesse surgiu a partir da observação de diferentes formas no traçado atual que parecia caracterizar determinados momentos, respondendo às necessidades sociais da cidade metrópole e sua constante busca de modernização nos âmbitos político e cultural. Assim sendo, partiu-se do conceito de parque urbano no mundo ocidental, como um espaço público relacionado às qualidades estéticas, ambientais e recreativas almejados pelas grandes cidades industriais a contar do século XIX. Esse conhecimento permitiu verificar a relação da influência de experiências internacionais com o surgimento do parque urbano no Brasil e do Parque 13 de Maio no Recife. Para a análise do traçado dos projetos adotou-se o método de Lamas (1993) em que a abordagem histórica perseguiu um reconhecimento formal e histórico do traçado, como uma “espinha dorsal” do projeto, isto é, como um elemento fundamental na estruturação e manutenção do projeto paisagístico que revela permanências e mudanças no tempo. Foram considerados elementos propostos e pré-existentes na análise do traçado para identificar as mudanças relacionando-os com as influências externas no encaixo da modernização urbana. Diante disso, o traçado do Parque 13 de Maio revelou sua força histórica e projetual, marcando a tradicional função de parque contemplativo e, ainda, procurando responder as necessidades do uso contemporâneo.

ABSTRACT

This research aims to show that Parque 13 de Maio represents a mark of modernization in Recife, focusing the planned lines of the projects made from 1844 to 2001. The academic interest on the park began after observing the different planned lines of current projects that seemed to characterize particular moments, fulfilling the metropolitan city's needs and its constant search for political and cultural modernization. Thus, it began with the concept of a western world's urban park, as a public space related to the aesthetic, environmental, and entertainment quality desired by the great industrial cities since the 19th century. This knowledge allowed an investigation on the relationship between the influence of international experiences and the conception of urban parks in Brazil, and of Parque 13 de Maio in Recife. In order to analyze the planned lines of the project, the method used was the Lamas method (1993), in which the historical approach followed a formal recognition and a historical planned line, like a “spinal chord” of the project, in other words, as a fundamental element on the structure and maintenance of the landscaping project that reveals permanencies and changes in time. Proposed and pre-existent elements were taken into consideration in the planned lines analysis to identify the changes, relating them to outside influences in the outcome of urban modernization. Thus, Parque 13 de Maio showed its historical, as well as its project's, strength, designating the traditional function of a contemplative park, and still trying to attend contemporary needs.

INTRODUÇÃO

O Parque 13 de Maio situado no bairro de Santo Amaro, na porção noroeste do centro histórico do Recife, teve seu primeiro projeto paisagístico elaborado no governo de Francisco Rego Barros, o Conde da Boa Vista, em 1844. Segundo Mesquita (1998), refletindo a influência dos franceses e ingleses na cidade, essa época marca a retomada da arborização pública e demonstra também a preocupação vanguardista de alguns profissionais na urbanização recifense, tais como o engenheiro francês Louis Léger Vauthier e, posteriormente, o engenheiro inglês William Martineau, com a estética urbana, isto é, com o embelezamento do Recife. Apesar desse fato urbano, a construção do referido parque só aconteceu quase um século depois, em 1939, após uma série de intervenções ocorridas, no início do século XX, para sanear e embelezar a cidade, que necessitava modernizar-se, não só para atrair novos investimentos, mas, principalmente, para atender as demandas de sua crescente população.

Nesse sentido, foram construídos no Recife relevantes espaços públicos como o Parque do Derby (atual Praça do Derby), o Parque Sérgio Loreto (atual Praça Sérgio Loreto), ambos em 1925, e o Parque do Entroncamento (atual Praça do Entroncamento), em 1928. No entanto, talvez, nenhum deles tenha sido uma aspiração tão antiga dos recifenses, sobretudo, dos intelectuais e empresários, quanto o Parque 13 de Maio que, de acordo com o discurso do engenheiro José Estelita na sua inauguração, foi construído tendo em vista “*o argumento americano da busca de um meio ambiente saudável usado na criação do Central Park, e a função recreativa dos parques defendida pelos ingleses*” (Ribeiro, 1998, p. 23). Ou seja, tais fundamentos internacionais, defendendo a necessidade da implantação de parques nas adensadas cidades para o benefício dos habitantes, contribuíram para a concretização do parque em pauta, na capital pernambucana, pelo então prefeito Antônio Novaes Filho. Assim, inaugurado com 11.3 ha, no ano de 1939, para sediar o III Congresso Eucarístico Nacional, o Parque 13 de Maio tornou-se um marco da modernização do Recife, sendo considerado, conforme Pontual (2001, p.100), um empreendimento causador de grande impacto urbanístico e efeito cívico para a cidade.

Nos dias atuais, integrando o elenco dos 7 parques estudados por Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 28-39) no livro *Espaços Livres do Recife*, o Parque 13 de Maio se destaca por sua importância histórica, localização central, dimensão (atualmente com 6,9 ha) e pela qualidade de

sua paisagem, constituindo, por tudo isso, um expressivo componente de valorização do Sítio Histórico da Faculdade de Direito e, integrando, desde 1980, a Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural nº 17, protegida por leis de âmbito federal, estadual e municipal. Outro fato a ser observado, nessa perspectiva, é que além do imponente edifício da Faculdade de Direito, encontra-se no entorno do Parque 13 de Maio um conjunto de relevantes edificações: a Câmara dos Vereadores, a Assembléia Legislativa do Estado, o Ginásio Pernambucano, a Junta Comercial do Estado de Pernambuco, o Hospital Geral do Recife e o Instituto Educacional de Pernambuco, esse último considerado pela lei municipal nº 16.284, em 1997, Imóveis de Especial Preservação, para efeito de proteção do patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife. O somatório desses edifícios notáveis ligados à vida cultural, social e política recifense, não só agrega importância para o parque em estudo, mas também demonstra a grande contribuição desse espaço público na formação e estruturação daquela área central da cidade. Assim sendo, o Parque 13 de Maio, ao longo dos anos, consolidou uma forte referência para a sociedade local e, em 2004, tornou-se objeto de estudo da presente pesquisa.

O interesse pelo estudo do Parque 13 de Maio surgiu de observações realizadas “*in loco*”, enquanto usuária do referido espaço público. Ao frequentar o parque, algumas vezes por semana para caminhar, um fato em especial despertou a condição de arquiteta urbanista: a inserção de uma grande rampa no talude do Monumento da Força Expedicionária Brasileira, FEB (1970), ou seja, uma interferência na estrutura estabelecida. Essa rampa possibilitaria o acesso dos deficientes físicos ao Monumento, ou seja, era uma solução formal, dada pelos urbanistas e administradores municipais a uma nova demanda social. Por trás dessa observação emergia a preocupação com o traçado do parque, diante das necessidades do uso contemporâneo, e sua força histórica e projetual, marcando a função de parque contemplativo. Essas observações deflagraram indagações, tais como: Até que ponto o uso influenciaria mudanças no traçado de um parque urbano, precisamente, do Parque 13 de Maio, um parque histórico? Havia muita diferença entre o traçado original do referido parque e o traçado atual?

Essas inquietações relacionadas com a influência do uso sobre o traçado do parque possibilitaram a qualificação da presente pesquisa no Mestrado de Desenvolvimento Urbano da UFPE. No entanto, durante o desenvolvimento do trabalho, percebeu-se que não apenas o uso, mas diferentes influências, dentro de um amplo contexto, interferiam no traçado do parque, causando mudanças e também garantindo permanências, no decorrer dos anos. Ao mesmo tempo,

tornou-se claro que o prevalente interesse do presente estudo, se concentrava no elemento estruturador do projeto paisagístico inicial do referido espaço público e das intervenções nele ocorridas, ou seja, se concentrava no traçado do parque, que refletia preocupações com os aspectos estéticos, ambientais e recreativos da cidade do Recife.

Dessa maneira, focalizando o traçado do parque, essa dissertação se apoiou na teoria do arquiteto Garcia Lamas (1993) publicada no livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, pois, segundo o mesmo: “*a forma (física) do espaço é uma realidade para a qual contribuiu um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais (...) é também o resultado de teorias e posições culturais e estéticas dos arquitetos urbanistas*” (Lamas, 1993, p. 26-30). Isto é, os problemas postos por esse conjunto de fatores ou *influências* que compõe um *contexto*, são levados em conta pelos urbanistas que, expressando posições culturais e estéticas, os organizam e solucionam com respostas formais materializadas no espaço urbano. Tais respostas originam os projetos urbanos em diferentes escalas.

Em outras palavras, esse estudo relaciona a forma de um espaço urbano com o elemento traçado o qual, segundo Lamas (1993, p. 98), é um dos elementos mais facilmente identificáveis na forma de uma cidade. “*É o traçado que regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade*” (Lamas, 1993, p. 100). Por analogia, de acordo com Figueirôa (2005, p. 177), é possível afirmar que, no parque urbano, o traçado regula a disposição dos elementos naturais e construídos e conecta os diferentes espaços. Com isso, entende-se que, o traçado exerce papel fundamental na organização do projeto paisagístico de um parque urbano, pois o mesmo, segundo Loudon citado por Sá Carneiro Ribeiro (1996, p. 14), atua como uma “*espinha dorsal*” no projeto do espaço público, distribuindo, delimitando e articulando os gramados, canteiros, árvores, brinquedos, esculturas, fontes e lagos, entre outros.

Com isso, este trabalho entende que a “*espinha dorsal*” do projeto do Parque 13 de Maio, isto é, o traçado, está diretamente ligado às decisões de alguns urbanistas, sendo, ao mesmo tempo, uma realidade urbana para a qual contribuiu uma série de aspectos sociais, econômicos, culturais, entre outros, vivenciados na cidade do Recife. Assim, nesta pesquisa, ocorre a análise do traçado de projetos elaborados, no passar dos anos, para o referido espaço público que não foi constituído em um só momento, mas, sim, ao longo do tempo. A sobreposição de traçados, em diferentes épocas, gerou modificações e confirmou permanências.

Nesse sentido, Sá Carneiro Ribeiro (1998) afirma que o projeto de um parque, nunca, está concluído, pois, nele, ocorrem modificações, pressionadas pelas *“reivindicações sociais a partir das necessidades expressas pelos usuários que influenciam as decisões dos planejadores e paisagistas”* (Sá Carneiro Ribeiro, 1998, p. 23). Desse modo, o espaço livre público em estudo, inserido na paisagem central do Recife, caracteriza-se por acumular formas do passado e do presente, numa construção que ocorre ao longo do tempo, possibilitando sua análise, em vários momentos da história (Santos, 1988, p. 68-70), através de seu traçado que representa uma espécie de marca da história, das formas de trabalho, das técnicas e da vida urbana.

Perpassando por esse viés histórico, Valente Pereira (1996) afirma que a história auxilia a compreender as permanências e mudanças relativas ao contexto e às formas urbanas, identificando *“as regras básicas de ordenamento do espaço (as constantes espaciais mantidas ao longo da variação no tempo)”* (Pereira, 1996, p. 18) e, ainda, colaborando na sua correta interpretação. Pois, os fatos não ocorrem isoladamente, mas, em conjuntos sistêmicos, contribuindo para a organização de tal espaço, conforme esclarece Santos (1997, p. 117).

Assim, por apresentar relações intrínsecas, as dimensões histórica e morfológica do parque foram estudadas, simultaneamente, nesse trabalho. Pois, para estudar o traçado do Parque 13 de Maio, como elemento estrutural em um projeto de modernização do Recife, conforme Lamas (1993), é necessário conhecer o processo de formação do parque. Para o autor, esse processo é histórico e cultural, pois se interliga às formas utilizadas no passado. Por isso, a história apóia a análise morfológica, como realidade viva e campo de experiências, mas, *“sem o rigor dos métodos históricos ou o sentido que da História tem o historiador”* (Lamas, 1993, p. 24). Assim, este trabalho enfatiza, fundamentalmente, o campo morfológico, pois esse é o primeiro grau de análise da cidade, *“específico da arquitetura, e o único que permite evidenciar a diferença entre este e outro espaço, entre esta e aquela forma, e explicar as características de cada parte da cidade”* (Lamas, 1993, p. 31).

O embasamento da presente pesquisa está, então, na análise morfológica, pois essa possibilita estudar a forma do espaço urbano, mais especificamente, o traçado, nas suas partes físicas exteriores, observando as diferentes propostas apresentadas e o projeto que foi executado e transformado, no decorrer do tempo. Para isso, essa análise interliga o traçado com os fenômenos que lhe deram origem, permitindo, assim, interpretá-los na morfologia da paisagem urbana (Lamas, 1993, p. 37-125). Todavia, é preciso ressaltar, aqui, que esse estudo morfológico *“não se*

ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenômenos sociais econômicos e outros, motores da urbanização. Esses convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objeto de estudo” (Lamas, 1993, p. 38).

Para Valente Pereira (1996, p. 09), a análise morfológica “*permite perceber a lógica de concepção e apropriação*” do espaço urbano, definindo o seu traçado, as regularidades e diferenças. Por isso, para a referida autora, o espaço urbano deve ser observado e analisado:

“...como espaço arquitetônico, ou seja, como espaço formalmente definido por três dimensões, como espaço interno delimitado pelo pavimento, fachadas ou cortinas verdes e o céu, onde se processam atividades e comportamentos que contém/realiza a vida urbana, que produz sensações e emoções e transmite significados” (Valente Pereira, 1996, p. 29-30).

Portanto, nesta dissertação, a análise morfológica perseguiu um reconhecimento formal e histórico do traçado do parque urbano, como um elemento fundamental na estruturação e manutenção do projeto paisagístico desse espaço livre público. Nesse sentido, a análise ocorreu sob um olhar evolucionista, cronológico e linear voltado para alguns exemplos de parques urbanos públicos criados nas cidades inglesas, francesas, norte-americanas e brasileiras.

Esse conhecimento permitiu verificar a relação de influência dessas experiências internacionais com o surgimento do parque urbano no Brasil e, especificamente, no Recife, com a criação do Parque 13 de Maio como um marco da modernização da cidade. Além disso, permitiu identificar alguns elementos de composição do traçado do parque urbano: os elementos propostos a partir do projeto - eixos, vegetação e água - e, em alguns momentos, os elementos pré-existentes do sítio e do seu entorno. Isso possibilitou observar e comparar as disposições e alterações desses elementos do traçado do Parque 13 de Maio, relacionando-os com as influências que lhes deram origem e com a modernização do Recife. O recorte temporal, estudado inicia em 1844, com o primeiro projeto do parque de autoria de Vauthier relacionado com a proposta de um arruamento para o atual bairro de Santo Amaro, em continuidade, perpassa por outros momentos, em que foram elaborados novos projetos para o referido espaço público, e finaliza no ano de 2001, quando ocorreu uma intervenção no parque visando garantir a acessibilidade aos portadores de deficiência física.

Assim, na análise morfológica aqui realizada, a abordagem histórica tratou, também, de algumas questões políticas, sociais e culturais na cidade do Recife como cenário associado. Nessa perspectiva, foram determinados dois períodos que se subdividem, onde os elementos de

composição do traçado do Parque 13 de Maio e o conjunto de fatos associados, ou critérios produtores do espaço, apresentam características próprias. Com isso, o primeiro período compreendeu a fase de criação do parque em estudo, indo de 1844 até 1932, com projetos propostos por engenheiros estrangeiros, privilegiando a estética urbana. O segundo período engloba a fase em que o referido parque se concretizou na cidade do Recife, em 1939, e as intervenções nele realizadas em 1964, 1985 e 2001. Essa organização ocorreu, não para considerar cada período, isoladamente, mas, para possibilitar entender as relações existentes entre eles, percorrendo, assim, o processo evolutivo desse espaço livre público.

Nesse recorte temporal, dois momentos se destacaram por revelarem o esforço dos gestores municipais para tornar o Recife uma cidade moderna, refletindo os aspectos estéticos e ambientais de suas respectivas épocas: o primeiro se deu no século XIX, com a administração pública do Conde da Boa Vista, nos anos de 1837-1844, na Província de Pernambuco, quando o Brasil era um Império comandado por D. Pedro II. O segundo período, no século XX, ocorreu com a atuação do prefeito Antônio Novaes Filho, entre 1938-1942, na cidade do Recife, quando o Estado de Pernambuco era governado por Agamenon Magalhães e o Brasil vivia sua fase de Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas.

Ambas as gestões da cidade do Recife apresentaram, a seu tempo, o viço inerente às ideologias vanguardistas de uma modernização, certamente, inspirada nas reformas urbanísticas, contemporaneamente, ocorridas nas principais cidades da Inglaterra, França e Estados Unidos, países onde os parques urbanos eram considerados elementos de ação sanitária voltados para o equilíbrio ambiental e embelezamento urbano. Assim, as supracitadas administrações foram determinantes na definição do traçado do Parque 13 de Maio, considerado uma importante obra para a modernização do Recife que, em consonância com o que ocorria nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, demonstrava preocupação em melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, implantando parques públicos que propiciavam a amenização do meio ambiente, o embelezamento e a recreação, nos adensados centros urbanos.

Desse modo, buscou-se entender, entre outras causas, como essa ideologia dos parques urbanos europeus e americanos e, depois, nacionais, contribuiu para a elaboração de um projeto de parque público na área central de Recife durante governo do Conde da Boa Vista, influenciando o seu traçado e, posteriormente, quase cem anos depois, como tal modernização foi traçada e se materializou, no período administrativo de Novaes Filho, em 1939, e como foi sendo

transformada nas décadas seguintes até o ano de 2001, momento que permite verificar como o traçado do parque se encontra no século atual.

Importa também neste trabalho, verificar quais as características do traçado original do parque inaugurado em 1939, ainda, permanecem. Pois, tais características representam as ações e intenções culturais adotadas pela sociedade recifense em uma época, ou seja, representam um momento específico de uma sociedade e são expressões históricas dos processos de produção econômica e cultural. Assim sendo, a pesquisa em pauta observou que, como a maior parte dos parques brasileiros, o traçado do Parque 13 de Maio não está protegido por legislação específica.

Dessa maneira, o espaço público estudado, atualmente, se encontra resguardado, apenas, porque integra o Sítio Histórico da Faculdade de Direito, área tombada por leis na esfera federal, estadual e, ainda, instituída como Zona de Preservação Rigorosa pelo decreto municipal de nº 11.632 de 1980. Esses instrumentos legais são importantes, mas têm como preocupação maior o edifício da Faculdade de Direito, inaugurado em 1912, e não o projeto paisagístico do parque, por isso, terminam por serem inócuos no sentido de impedirem a descaracterização do traçado original do parque em estudo.

Assim, entendendo que o traçado de Parque 13 de Maio, no momento presente, reflete a sobreposição ou acúmulo de todos os seus traçados antecedentes, característicos de cada período histórico e associados a modernização do Recife, indica-se como objetivo desse trabalho: ***demonstrar que o Parque 13 de Maio representa um marco da modernização do Recife, focalizando o traçado dos projetos elaborados no período de 1844 a 2001.***

Para atingir o objetivo acima exposto, procurando “valorizar a análise morfológica sem deixar de a informar com os conteúdos sociais, culturais e funcionais” (Valente Pereira, 1996, p. 09), esta pesquisa adotou mais de um método, elemento essencial na construção do discurso científico (Ferreira, 1998, p. 91), que permitiram guiar a trajetória de investigação da verdade, de forma sistemática, através de procedimentos que orientaram o conhecimento e a análise do objeto. Desse modo, para a análise morfológica foi realizada a técnica da observação dos projetos, ou seja, as plantas baixas, além de mapas, fotografias, gravuras e croquis (desenhos esquemáticos) e, em seguida, aplicados o método da comparação e o método das aproximações sucessivas, esse último proposto por Lamas (1993).

No método das aproximações sucessivas, em cada planta apresentada, o objeto de estudo começa a ser observado na sua generalidade, permitindo compreender a relação do espaço

estudado com seu entorno. Em seguida, com a aproximação, ou seja, com a mudança de escala, os elementos do traçado se tornam maiores, mais próximos da realidade, possibilitando conhecer o parque urbano em si, com uma melhor visualização dos detalhes apontados (Lamas, 1993, p. 76). Nesse sentido, o autor supracitado, classifica três dimensões ou escalas da forma urbana: a dimensão setorial (a *escala da rua*), a dimensão urbana (a *escala do bairro*) e a dimensão territorial (a *escala da cidade*). A primeira escala definida para esta pesquisa foi a do bairro, “*entendida como um conjunto de quarteirões de edifícios, ruas, praças, etc*” (Lamas, 1993, p. 74). A segunda escala foi a da rua, que corresponde “*a uma porção de espaço urbano, com forma própria. É bem ilustrada por uma rua ou uma praça*” (Lamas, 1993, p. 73).

A metodologia adotada buscou então associar as informações sobre a morfologia, observadas na cartografia e iconografia utilizadas, especificamente, ligadas ao traçado do Parque 13 de Maio, com as informações históricas, levando em consideração alguns aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da cidade do Recife. Nesse sentido, contribuíram os seguintes autores: Cavalcanti (1977), Parahym (1978), Lubambo (1991), Souto Maior e Dantas Silva (1992), Barreto (1994), Outtes (1997), Menezes (1988), Mesquita (1998), Cavalcanti (1999), Moreira (1995), Pontual (2001), Vasconcelos e Bezerra (2000), Rezende (2002), Pontual e Sá Carneiro (2005), entre outros.

Tendo como fundamentos prevalentes os estudos de Lamas (1993) e Laurie (1983) sobre o espaço urbano e sua forma e, ainda, observando as pesquisas de Luz (2000) e de Nascimento (2004), na presente dissertação, foram adotadas como categorias de análise alguns elementos de composição do traçado de um parque urbano: *os eixos e os elementos vegetais e aquáticos propostos*; e também, em alguns momentos, os elementos preexistentes: *as características topográficas do sítio do parque, os eixos viários e edificações notáveis do seu entorno*. Nesse sentido, esses elementos morfológicos foram rebatidos para um recorte espacial preciso da cidade do Recife, o Parque 13 de Maio, possibilitando identificar e conhecer, no período estudado, as permanências e mudanças do seu traçado e, em alguns momentos, a morfologia do entorno.

Desse modo, dentro da análise morfológica do traçado do parque em estudo interessou, tanto os elementos que integram esse espaço livre público e que foram propostos em seus diferentes projetos e intervenções, quanto aqueles que o circundam, que fazem parte de seu entorno. O estudo desse último aspecto “*permite superar uma postura que, mesmo involuntária,*

tende a encarar a área delimitada como um universo confinado a si próprio e autônomo” (Valente Pereira, 1996, p. 03).

Para tanto, o trabalho compreendeu três fases distintas que, por se apresentarem inter-relacionadas e complementares, não tiveram um desenvolvimento linear, mas em forma de espiral, em um constante ir e vir em torno da investigação proposta. Pois, como ensina Lamas (1993, p. 76) sobre seu método de análise: *“a possibilidade de ‘feed-back’ (retorno) e de trabalho simultâneo em várias escalas permite, em qualquer momento, repensar o trabalho, enriquecendo-o”*. Com isso, a etapa “inicial” constou de um levantamento bibliográfico, incluindo assuntos gerais e de conhecimento específico sobre a área. Paralelamente, realizou-se uma pesquisa documental, com fontes primárias e secundárias. De posse desses, partiu-se para a escolha dos documentos que seriam utilizados, principalmente, as plantas baixas dos projetos do Parque 13 de Maio e da cidade do Recife, fotografias e outros documentos significativos de cada período estudado.

Assim, foram escolhidas as documentações gráficas relativas ao objeto de estudo, que possibilitaram melhor observar, em diferentes momentos, as características do traçado, associando-o ao contexto, de maneira compreensiva e ilustrativa, sem se alongar na descrição dos fatos. Nesse sentido, foi dado especial relevo ao entendimento de como o traçado do Parque 13 de Maio, marco da modernização do Recife, se apresentou ao longo de seu processo evolutivo, verificando *“seu modo de permanecer e de mudar”* (Valente Pereira, 1996, p. 18) e como se encontra no momento atual.

Na “fase seguinte”, procedeu-se ao tratamento do material selecionado. Inicialmente, a intenção era colocar todas as plantas e desenhos em uma mesma escala, para facilitar o entendimento das narrativas, descrições, comparações, alterações e permanências apontadas em cada planta apresentada. No entanto, essa intenção não foi realizada satisfatoriamente, devido às condições das plantas encontradas, faltava a indicação de escala, por exemplo; e à amplitude do recorte temporal do tema desenvolvido que levou a um total de 11 plantas baixas a serem analisadas.

Com a impossibilidade de ampliação ou de redução do conjunto, passando todas as plantas para uma só escala, que permitiria uma sobreposição cartográfica, mostrando o desenvolvimento de cada elemento do traçado, em cada momento histórico, partiu-se para o método de aproximações sucessivas, verificado em Lamas (1993, p. 73-74). Simultaneamente, foi

necessária a elaboração de croquis, por meio de uma visão esquemática para facilitar a visualização. A princípio, foi ressaltado o sítio do parque em estudo, possibilitando perceber com clareza as mudanças e permanências ocorridas ao longo do período observado. Em seguida, para se atingir os objetivos pretendidos foram destacados nas plantas analisadas, por meio de manchas, contornos, inscrições e legendas, os elementos de composição do traçado do Parque 13 de Maio: os eixos, vegetação e água propostos; e ainda, em alguns momentos, os elementos preexistentes - topografia do sítio do parque, os eixos viários e edificações notáveis do seu entorno.

Nos croquis apresentados sem indicação de escala, estão sintetizados os importantes momentos da transformação do traçado de espaço livre público em estudo, desde 1844 até 2001. Com relação às gravuras utilizadas no decorrer do texto, em sua totalidade, foram reproduzidas de publicações. Essas apresentam temáticas variadas, mas, em geral, abrangem edificações notáveis ou trechos relevantes da paisagem urbana do Recife, em certos períodos do século XIX e XX. Já as fotografias utilizadas, algumas tiveram como fonte publicações conhecidas, outras o setor de iconografia do Museu da Cidade do Recife, do Arquivo Público do Estado Jordão Emereciano (APEJE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Assim, no decorrer da “última fase”, tendo por base os fundamentos teóricos e bibliográficos associados aos dados e informações apreendidas, durante as etapas anteriores, foi realizada a análise explicativa e interpretativa do traçado do Parque 13 de Maio, suas transformações e permanências, em diferentes momentos, partindo do século XIX até o início do século XXI. Numa divisão didática, a presente dissertação é apresentada em três capítulos: O Capítulo I expõe as questões teóricas centrais que fundamentam as discussões desenvolvidas no corpo deste trabalho. Inicia, então, abordando o panorama das possibilidades conceituais relacionadas ao parque urbano público, segundo estudiosos brasileiros. Na sua continuidade, o capítulo aborda o traçado do parque urbano, relacionando-o com a sociedade, com o contexto da cidade. No tópico seguinte, trabalha-se com o processo histórico de criação e consolidação dos parques urbanos, nas principais cidades da França, Inglaterra e Estados Unidos, sobretudo, a partir do início do século XIX, quando principia a revolução industrial inglesa e, posteriormente, como esse modelo de espaço livre público chegou ao Brasil, na época, colônia de Portugal. Desse modo, são estudados alguns tipos de parque urbano, sua forma e estilo, desde o seu surgimento, quando possuía função contemplativa, até as mais novas concepções do século XXI, com a denominação ‘parques culturais’, a exemplo do Parque La Villete em Paris. Por fim, esse

capítulo trata da conservação das características do projeto original do parque urbano, sendo essa, uma das maneiras de viabilizar e consolidar a preservação da história e da cultura de um povo. Nesse sentido, são verificados quais parques urbanos brasileiros e, sobretudo, recifenses são protegidos, legalmente, como patrimônio.

O segundo Capítulo analisa histórica e morfologicamente as diferentes propostas criadas para o parque em estudo, iniciando com o projeto de Vauthier, em 1844, e terminando com o estudo da Planta da Cidade do Recife e seus Arredores, em 1932, quando ainda se observa a presença de um grande alagado no sítio destinado a construção do parque. Essas análises permitiram compreender o processo histórico de criação desse parque recifense associado à modernização do Recife, com isso, percebendo as mudanças e permanências ocorridas no seu traçado, ao longo do tempo, em decorrência de um somatório de influências de procedências diversas, ou seja, do contexto urbano.

O terceiro Capítulo começa com a análise histórica e morfológica do projeto datado de 1939, quando da inauguração do parque em estudo, cujo autor foi engenheiro Domingos Ferreira; e prossegue com o estudo das intervenções ocorridas nos anos de 1964, 1985 e 2001. Essas análises possibilitaram compreender as alterações ou permanências do traçado desse parque recifense, após sua concretização.

O quarto Capítulo apresenta reflexões e considerações finais sobre o traçado do Parque 13 de Maio e as respostas dadas com ele para satisfazer as demandas do contexto urbano na modernização do Recife, ao longo dos anos. Com isso, aponta as características do traçado original do parque inaugurado, em 1939, que foram alteradas e que permaneceram, lançando uma discussão sobre a necessidade de proteção legal específica do seu traçado como forma de manutenção e respeito às raízes históricas, sociais e culturais da cidade do Recife. Esse capítulo constata, ainda, a relevância dessa pesquisa, pois, além de poucos, são recentes os estudos direcionados para a análise dos parques urbanos, especificamente, orientados para conhecer, tanto a importância do traçado como representação que caracteriza o projeto paisagístico original, quanto o conteúdo desse traçado como marco da modernização. Nesses termos, o conhecimento da criação e evolução do parque urbano, a partir da análise do traçado, permitirá reconhecer e melhor estruturar os elementos do projeto desse espaço livre público de recreação, considerando as características de sua concepção original, por ocasião de intervenções e da criação de novos parques urbanos.

Capítulo 1- O PARQUE NA CIDADE E O TRAÇADO

Partindo da compreensão conceitual de parque urbano, segundo estudiosos brasileiros, este capítulo apresenta um breve estudo sobre a origem histórica desse espaço livre público na Inglaterra, França e Estados Unidos, buscando relacionar a influência dessas experiências internacionais com o surgimento desse novo fato urbano no Brasil, particularmente, no Recife. Esse estudo, ainda, reúne conhecimentos para identificar os elementos de composição do traçado, tanto dos primeiros parques destinados à contemplação e exaltado pelos princípios estéticos e sanitaristas, quanto dos atuais parques culturais, ambos, a seu tempo, representando a modernização concretizada do espaço urbano.

Neste capítulo, também se observa que mudanças de ordem política, econômica, social e cultural, vivenciadas por um povo, numa determinada época, podem alterar o traçado de um parque urbano, descaracterizando ou não o seu projeto original. Algumas vezes, porém, certas características do traçado original do parque urbano permanecem, possibilitando reconstituí-lo, assim como a história de uma parte da cidade. Desse modo, a conservação das características marcantes do projeto original de um espaço público é uma das maneiras de garantir a preservação da história e da cultura de um povo. Por isso, é importante a proteção de tal espaço público por lei para evitar sua destruição ou descaracterização. Na intenção de investigar as características estéticas de diferentes momentos, refletidas no traçado do Parque 13 de Maio, e as possibilidades do mesmo ser protegido, este capítulo também inicia a discussão sobre os conceitos - patrimônio cultural e sítio histórico - segundo a legislação patrimonial brasileira que aponta os parques urbanos no Brasil resguardados por lei federal, estadual ou/e municipal e, portanto, considerados bens culturais.

1.1 Conceito de parque urbano

É preciso entender o conceito de parque urbano, espaço público criado como um empreendimento de modernização da cidade, quando se pretende verificar as permanências e mudanças no seu traçado, relacionadas às diversas influências que nele interferiram ao longo dos anos. Pode-se dizer que o conceito de parque urbano é bastante diversificado pois, procurando revelar as principais características do espaço público e do seu entorno imediato, destacam diferentes aspectos como: a dimensão, a função, o tipo e a quantidade de equipamentos necessários para configurá-lo. Nesse sentido, afirma Bartalini (1996, p. 129): “*as diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos que apresentam impedem que eles (os parques) se encaixem numa definição precisa*” .

No livro *Parques urbanos de São Paulo*, a urbanista Rosa Kliass (1993, p. 28), buscou analisar, na cidade de São Paulo, o processo de criação desses espaços livres públicos, definidos como: “*espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente, cobertura vegetal, destinados a recreação*” (Kliass, 1993, p. 19). Para tanto, a autora selecionou oito importantes exemplares de parques urbanos paulistanos que possuíam atributos relacionados aos aspectos paisagísticos de uso ou de interesse histórico e cultural.

Para aprofundar essa discussão, Kliass explica, a traços largos, o surgimento e a evolução histórica dos parques urbanos na Europa e Estados Unidos e cita os relatórios de Frederick Law Olmsted, responsável pela criação do Central Park, em New York, no ano de 1845. Nesses relatórios, ele declarava que parques urbanos eram espaços nucleares, localizados no centro das cidades, com amplitude suficiente e todas as qualidades estéticas necessárias para justificar a vinculação desses espaços públicos com a palavra cenário ou paisagem (Kliass, 1993, p. 19). Nesse sentido, Olmsted entendia por cenário, as características das paisagens rurais e pitorescas, um palco onde seu usuário pudesse se distrair contemplando a natureza e a arte, desfilando ou observando as pessoas a passarem, isto é, pudesse ver e ser visto (I.01).



I.01 Foto aérea do Central Park, criado por Olmstead, em 1845, no centro de New York e ao lado um foto de sua paisagem com características rurais. FONTE: www.pt.wikipedia.org/wiki/Central_Park, 2006.

Vladimir Bartalini (1996), outro arquiteto estudioso do assunto, em artigo onde procurou pesquisar o significado da denominação “parque” e esclarecer os motivos que levaram ao surgimento dos parques paulistanos, cita uma pesquisa realizada pela *Cityplan* de Toronto, Canadá, que apresentava a seguinte definição:

“Um grande espaço aberto ao público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado em torno de acidentes naturais, por exemplo; ravinas, córregos, etc, fazendo divisa com diversos bairros. Os limites principais de um parque são as ruas, sua organização espacial (paisagem) urbana apresenta um equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais. O parque urbano pode abrigar o uso informal, de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, play-grounds, piscinas, etc” (Bartalini, 1996, p. 134).

Sá Carneiro e Mesquita (2000), no livro *Espaços Livres do Recife*, identificaram os diferentes espaços livres na capital pernambucana, enfatizando os componentes naturais, e introduziram uma nova forma de leitura da paisagem urbana. Nessa perspectiva, o parque urbano foi conceituado pelas autoras como um tipo de espaço livre público que, além de exercer o papel de pulmão verde da cidade, tem como função primordial a recreação, sendo um local onde se desenvolvem atividades contemplativas e esportivas. Caracterizado por seu tamanho superior ao da quadra típica urbana, em geral, apresentam *“componentes da paisagem natural - vegetação, topografia, elemento aquático - como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e ou administrativas”* (Sá Carneiro e Mesquita, 2000, p. 28).

Por sua vez, Barcelos (2000) procurou discutir sobre as velhas idéias e novas experiências relacionadas ao parque urbano público: *“um espaço livre público destinado ao lazer e à*

recreação, embora outros importantes usos e finalidades possam estar a eles associados, como por exemplo, as de conservação ambiental” (Barcelos, 2000, p. 51). Esse conceito se apóia na premissa de que, no decorrer de sua história, os parques têm adquirido diferentes características físico-espaciais e significados sociais. No entanto, os usos de recreação, nas suas diversas manifestações, e a presença dos elementos naturais, nesses espaços livres públicos, *“parecem ser os únicos aspectos que se mantêm constantes, ao longo do tempo, e que podem caracterizá-los de modo adequado, principalmente, quando se consideram algumas de suas mais recentes experiências”* (Barcelos, 2000, p. 55).

Com isso, verifica-se que o parque se manteve, no decorrer dos anos, como uma modernidade da cidade, pois, não só se consolidou como espaço verde público relacionado às qualidades recreativas, ambientais e estéticas, aspectos urbanos ainda hoje relevantes, mas, também aglutinou novos usos com as mudanças comportamentais. Seguindo por esse viés, um exemplo dos dias atuais, apontado como uma experiência moderna, que sugere novos rumos na relação do parque com a cidade, é o Parque La Villete em Paris.

Denominado pelo seu autor como *“um parque do século XXI”*, o La Villete foi concebido para romper com a idéia do antigo parque de atmosfera pastoral que dissimulava a cidade através dos elementos naturais e favorecia a experiência individual do cidadão com a natureza (I.02). Em lugar disso, o referido parque busca estabelecer uma nova comunicação com a realidade do seu entorno, explorando as conexões visuais com a cidade (Barcelos, 2000, p. 56). De acordo com o pesquisador Ângelo Serpa (2004, p. 27), esse espaço livre público, assim como outros novos parques parisienses, o Parque de Bercy e Parque André-Citroen, deliberadamente, *“se abrem mais para o ‘mundo urbano exterior’ e se inscrevem num contexto geral de ‘visibilidade completa’ e espetacular”*. Demonstrando, por esse meio, um nítido desejo de uma articulação perfeita, de uma “simbiose”, entre o parque e sua circunvizinhança.



I.02 Desenho do Parque La Villete em Paris, o “parque do século XXI”, uma proposta de ruptura com o tradicional parque de contemplação. FONTE: www.ciudadluz.net/monum/villette, 2006.

Dessa maneira, projetado para funcionar como espaço de aglutinação social, mais direcionado às atividades culturais que ao repouso e a contemplação, o La Villete apresenta sua vegetação bastante reduzida e substituída por grandes estruturas, atuando como elementos organizadores desse espaço livre (Barcelos, 2000, p. 56). Isto é, esse parque se apresenta estruturado por elementos arquitetônicos e não pelos elementos vegetais, como se verificava nos parques até então. Para Macedo (1999), a vegetação é reduzida (em detrimento da sombra por ela produzida) para se conseguir os efeitos cênicos desejados (I.03). Essa tendência, inaugurada com o La Villete, pode ser observada também nos parques brasileiros, construídos no período denominado de “contemporâneo” pelo autor supracitado.



I.03 Fotos do “Jardim dos Espelhos”, no Parque La Villete, em Paris. FONTE: www.ciudadluz.net/monum/villette, 2006.

Segundo Arantes (1993, p. 160), esse parque público parisiense, palco de extrema cenarização, é uma espécie de “*Disneyworld à francesa*”, ou seja, um parque temático direcionado para as atividades culturais e recreativas (exposições, espetáculos de circo, peças de teatro, festivais de cinema, concertos musicais, entre outros), cujo projeto foi tratado como um elemento de revalorização e revitalização do centro histórico de Paris (I.04).



I.04 Foto de um dos edifícios direcionados para atividades recreativas, o “Folie” Café, no Parque La Villette.
FONTE: www.ciudadluz.net/monum/villette, 2006.

Assim sendo, em um artigo onde buscou discutir sobre a acessibilidade dos espaços públicos, Serpa (2004) explica que, nas cidades contemporâneas, os novos parques - como o La Villete e o André Citroen, em Paris, e o Costa Azul (I.05) e o Jardim dos Namorados, em Salvador, Brasil - passaram a ser importantes instrumentos de valorização fundiária, implicando em prejuízo social:

“Projetos assinados por arquitetos e paisagistas de renome, aqui e lá (Salvador e Paris), servem para valorizar bairros de classe média, permanecendo distantes e inacessíveis para um público de perfil mais popular que habita as periferias metropolitanas das duas cidades” (Serpa, 2004, p. 27-28).

Percebe-se, então, de acordo com essa avaliação dos novos espaços livres públicos parisienses e soteropolitanos, representantes da modernidade em suas respectivas cidades, que tratar um parque como objeto de grandes operações urbanas, objetivando a renovação e valorização de determinadas áreas, é possibilitar a discriminação de parte da população, em favor de um tipo específico de público que não inclui os mais carentes em termos de renda e formação.



I.05 Planta baixa e foto do Parque Costa Azul em Salvador/BA, um exemplo de parque urbano brasileiro estruturado pelas edificações e não pela vegetação, como os tradicionais parques de contemplativos, predominantes nos séculos XIX e XX. FONTE: Macedo e Sakata, 2002.

Em um outro artigo intitulado, *Paisagem em movimento: o Parque André Citroen em Paris*, Serpa (2004) reflete sobre a linguagem projetual e a utilização dos parques públicos como parte integrante de um conjunto de grandes projetos, visando a renovação urbana. Nesse trabalho, o pesquisador interpreta as características compositivas de tais espaços públicos, segundo uma visão política:

“Antes mesmo de se tornar esse espaço de lazer caro aos urbanistas ávidos de natureza, o parque é uma idéia, um conceito. Concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política. Trata-se principalmente de uma vontade política de representação no (e através do) tempo. Os parques sempre foram elementos emblemáticos de operações de urbanismo, inscritas na pequena escala espacial da aglomeração, da região, do país e do mundo” (Serpa, 2004, p. 139).

Os parques são instrumentos políticos na medida em que representam o pensamento hegemônico em vigor, em uma determinada época. Refletindo estilos, usos e histórias ocorridas no decorrer dos anos, tais espaços livres representam valores e expressam qualidades ambientais, estéticas e recreativas que vão muito além de seus limites espaciais. *“Seja qual for a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades” (Serpa, 2004, p. 153).*

Para expressar, adequadamente, ao longo do tempo, suas qualidades sempre consideradas atuais, os antigos conceitos de parque público que caracterizavam esse espaço, principalmente, devido à predominância de massas vegetais e outros elementos naturais, foram se modificando (Barcelos, 2000, p. 52). Assim, é possível dizer que, no decorrer dos anos, seja à moda dos parques contemplativos dos séculos XIX e XX, ou à moda dos parques culturais do século XXI, esse espaço público, relacionado com uma vontade política, permaneceu como um representante

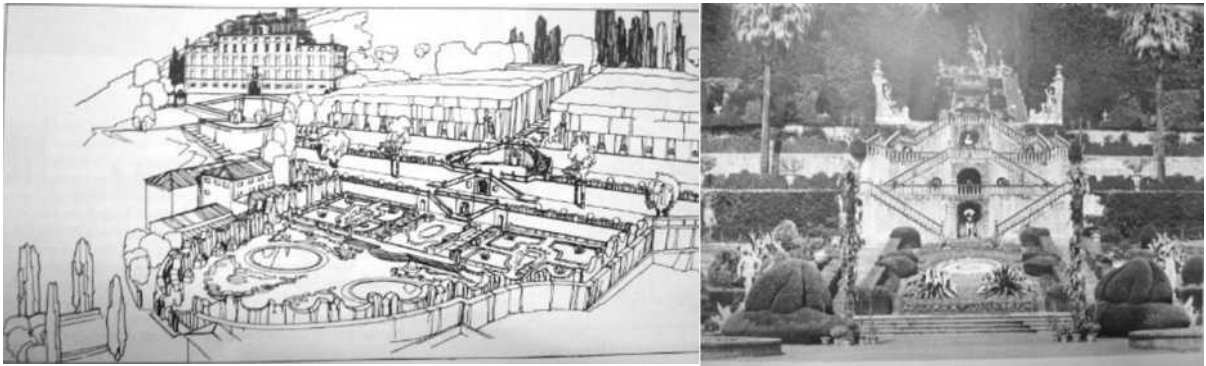
da modernização que as cidades, constantemente, buscam alcançar e refletir. Com esse entendimento, Serpa (2004, p. 160) infere que mesmo no século XXI: “*os parques conservam ainda seus valores ancestrais, transmutados em outras formas, já que as qualidades higienistas, estéticas e hedonistas do parque público permanecem atuais*”.

1.2 A origem histórica do parque urbano e diferentes influências.

1.2.1 Os parques europeus e americanos.

A origem do parque urbano guarda relação com os jardins renascentistas dos meados do século XV, quando ocorreu na Europa uma renovação de idéias em relação às artes, ciências, filosofia, entre outros. Nesse período, os jardins se tornaram elementos de destaque, especialmente, em países como a Itália, França e Inglaterra. Segundo Michael Laurie: “*No Renascimento europeu, se observa freqüentemente que os jardins privados abrem suas portas ao público*” (Laurie, 1983, p. 94).

Assim, também chamados de jardins renascentistas, os jardins italianos encontravam-se situados nas colinas e nas encostas, devido às vistas panorâmicas e ao clima, exibindo muitas esculturas e elementos arquitetônicos que serviam de contraponto para as formas e texturas naturais e criavam um nexos arquitetônico com a casa (I.06). Nestes jardins, onde a intenção era criar cenários, a vegetação era considerada secundária e as árvores, ladeando as avenidas, destacavam uma perspectiva e disfarçavam paisagens mais distantes. Os arbustos eram podados em formas geométricas e orientados de acordo com traçados lineares, para que a área pudesse ser vista em sua totalidade, por sua vez, o uso de flores era pouco freqüente. A água era desviada do rio até o ponto mais elevado, desse modo, era conduzida por todo o jardim em forma de cascata, fontes e lagos, proporcionando o ansiado frescor (Laurie, 1983, p. 41-43).



I.06 Desenho e fotografia de um jardim italiano, a Villa Garzoni, onde a vegetação é utilizada para destacar as esculturas e a edificação. FONTE: Jellicoe, 1995.

No jardim francês do século XVII, a rigidez da distribuição axial, da simetria, das proporções matemáticas e da perspectiva sem fim, era o reflexo da prosperidade, poder e inflexibilidade social existente na França, daquele período (Laurie, 1983, p. 46). Buscando sempre a ortogonalidade e a centralização, neste jardim, os caminhos são estruturados em cruz ou em suas derivações que conduzem, invariavelmente, para um estar central, destacado por um ponto focal, normalmente, um elemento verticalizado - um monumento, um chafariz, uma fonte, um coreto ou um obelisco – contornado por um passeio perimetral. Nesse cenário, segundo Luz (2000, p. 86), a vegetação era tratada como figuras geométricas em canteiros simetricamente ordenados ou dispostas em fileiras, visando ampliar o eixo principal do jardim (I.07). Com isso, o jardim francês demonstrava *“um caráter ordenador e disciplinar, cujos princípios básicos eram dominar a natureza a qualquer custo, com seus traçados geométricos axiais e regulares, moldando a paisagem”* (Luz, 2000, p. 85).



I.07 Obra de André Le Nôtre, emblemático paisagista do século XVII, o Vaux lê Vicomte é um bom exemplo do jardim francês que abusava do emprego de composições ortogonais, de eixos de simetria e da minuciosa geometrização dos elementos vegetais, dispostos em parterres (belos desenhos a partir da distribuição de plantas), em que o principal ponto de visualização sempre ficava fora e, quando possível, acima do jardim. FONTE: Jornal da Paisagem, 2006.

Os jardins franceses não agradavam, particularmente, aos ingleses do século XVIII, os quais associavam tais jardins aos governos despóticos da França. Assim sendo, o jardim inglês apresentava aspecto próprio, inspirado no modelo do incipiente movimento romântico que sugeria a imitação da paisagem campestre, com formas baseadas na observação direta da natureza e nos princípios da pintura. Suas principais características eram: linhas sinuosas, grandes áreas cobertas com gramíneas, pequenos bosques, recantos contemplativos, lagos com formas irregulares (I.08). Esse gosto pelo irregular e pelo “natural” era considerado como algo sublime, que possibilitava a surpresa, a variedade, a simulação e a estruturação de idílicas perspectivas (Laurie, 1983, p. 53-54). Ou seja, justamente em oposição ao jardim geométrico francês, o princípio do jardim inglês “era o da aproximação do homem com a natureza, respeitando suas formas” (Luz, 2000, p. 85).



I.08 Planta baixa e foto do Parque Birkenhead, onde se verificam as características do jardim inglês. Esse parque, situado nos arredores de Londres, inspirou Olmstead ao desenhar o Central Park em New York. FONTE: Jellicoe, 1995.

Assim, com traçados diferentes, os enormes jardins dos palácios das monarquias européias, nos séculos XVII e XVIII, construídos apenas para a nobreza, começaram a receber a denominação “parques”, servindo como locais para a contemplação e o flânar dos seus usuários da elite. Dois exemplos disso são: O Parque de Versailles, em Paris e o de Blenheim, nos arredores de Londres.

No entanto, nos meados e final do século XVIII, outros parques como o Hyde Park em Londres e o Jardim de Tulleries em Paris, mesmo sendo privados, apresentavam em seus registros a permissão de acesso ao público, durante a comemoração de eventos importantes. Nessa época, as elites dessas e de outras cidades européias (e mesmo algumas do Brasil Colônia),

também, podiam contar com os hortos botânicos, uma iniciativa científica do Iluminismo, utilizados pelos cidadãos como espaço para passeios e contemplação (Bartalini, 1995, p. 71).

Somente no século XIX, com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, o parque torna-se um fato urbano inovador de grande importância na configuração da cidade, tendo seu pleno desenvolvimento, adquire novas funções e passa a ser público. Com essa Revolução aconteceu o crescimento vertiginoso das cidades industriais, ocasionando inúmeros problemas estruturais, entre eles: a insuficiência de saneamento básico, péssimas condições de trabalho e de habitabilidade, a contaminação do ar, epidemias como o cólera, a alta taxa de mortalidade infantil, a promiscuidade, entre outros (Benévolo, 1983). Segundo Lamas (1993), houve uma ruptura na dimensão, na escala e na forma geral da cidade, isto é, um crescimento urbano desordenado.

Nessa conjuntura, o parque surgiu como uma inovação, uma alternativa para sanar as preocupações com questões sociais, sanitárias e estéticas, decorrentes da expansão urbana. Era, então, uma solução para as inquietações com o novo ritmo de trabalho, com as demandas por equipamentos para recreação e, também, com a necessidade de criação de espaços públicos, que amenizassem o problema da densidade, salubridade e embelezamento urbano. Tendo seus acessos abertos ao público, o parque urbano, um empreendimento moderno da cidade industrial, começou a alcançar a sociedade em geral, passando a ser enaltecido, no mundo ocidental, tanto por suas funções saneadoras de “pulmões verdes”, como de contemplação, estímulo da imaginação e convívio social.

Outros fatos nesse mesmo período, em diferentes partes do mundo, contribuíram para enfatizar a relevância do parque urbano como uma solução moderna para as novas demandas da cidade, destacando-se, entre eles, a reformulação de cunho higienista realizada por Haussman, em Paris, nos anos de 1853 a 1870, estabelecendo:

“... um sistema de parques urbanos, constituído por áreas verdes em diferentes escalas, interligadas pelas grandes avenidas. Para isso, fez uso das florestas que haviam pertencido à Coroa e criou uma série de parques, entre os quais o Monceau, o Monsouris e o Buttes-Chaumont” (Kliass, 1993, p. 22).

Sobre o assunto, no livro *História crítica da arquitetura moderna*, Kenneth Frampton (1997, p. 17) acrescenta que, para Alphand, um dos engenheiros que trabalhou com Haussman, o parque era uma influência civilizatória para as novas massas urbanizadas. Essa idéia foi aceita e repetida, inúmeras vezes, pois a reforma de Paris tornou-se um exemplo de intervenção urbana,

influenciando várias outras, em cidades dos continentes europeu e americano, no final do século XIX e início do seguinte.

Por sua vez, nos Estados Unidos ressaltava-se o Movimento dos Parques Americanos - o *Park Movement* - formado por uma elite intelectual, social e, politicamente, muito influente. Esse grupo de pessoas acreditava que o inevitável crescimento das cidades possibilitaria realizar os princípios de utopia social, baseados na democracia e no conhecimento científico, nos quais o parque desempenharia papel primordial e, por isso, deveria ser distribuído, de maneira progressiva, em todas as partes do país, inclusive nas mais pobres. (Pettena apud Bartalini, 1995, p. 72).

Desse modo, segundo a urbanista Walnyce Scalise (2002, p. 23), em um artigo publicado na *Revista Assentamento*, o movimento liderado por Olmsted defendia a criação de grandes espaços livres públicos, possibilitando oportunidades de recreação, de preservar os recursos naturais e de embelezar a cidade, propiciando o equilíbrio ambiental e a configuração de espaços aprazíveis para passear. Os parques passam a ser concebidos como parte integrante modernizadora da forma urbana, com qualidades recreativas, ambientais e estéticas.

Essa era uma grande inovação para a sociedade norte-americana da época, pois, nesse país, o parque público era desconhecido e, por mais grotesco que parecesse, o que mais se aproximava da idéia de um parque, em termos de vegetação e dimensão, era o cemitério, o qual era visitado em dias ensolarados por centenas de pessoas, aproveitando seu tempo livre. Tal interesse por espaços verdes públicos foi uma das razões que levaram os parques públicos, situados nos centros urbanos, segundo critérios válidos e inteligentes, a gozarem, imediatamente, de extraordinário sucesso (Laurie, 1983, p. 99).

Assim, conforme Laurie (1983, p. 100), as principais cidades dos países ocidentais (entre as quais, algumas províncias do Brasil, vivendo o período do Império, desde 1822), que visavam serem favorecidas com a construção de parques urbanos e com isso serem consideradas cidades modernas, utilizavam quatro argumentos essenciais: a saúde pública, a moralidade das pessoas, a trajetória do movimento romântico e a situação econômica. Desse modo, à luz da supramencionada argumentação, os parques eram benéficos porque:

- purificavam e refrescavam a atmosfera, sendo espaços onde se podia fazer exercícios e descansar ao ar livre;

- eram vinculados à noção de moralidade (no sentido de pureza) transmitida pela natureza. Essa idéia se apoiava na teoria iluminista do “bom selvagem”, defendida por Rousseau, nos meados do século do XVIII;

- eram antídotos para a feiúra existente na cidade. Paralelamente a essa temática dos parques, também ocorria na Europa, uma discussão, eminentemente, estética sobre a função da arte no paisagismo e sobre a relação entre edifícios e espaços livres, esta, muito influenciada pela obra de Camillo Sitte publicada em 1899 (Bartalini, 1995, p. 76).

- contribuía com o sistema capitalista em expansão, pois, significando saúde, moralidade e beleza para os operários dos centros urbanos, permitiriam melhorar a qualidade de vida dessa classe trabalhadora e, conseqüentemente, aumentaria sua produtividade.

Por tudo isso, Fany Cutcher Galender (1992), no artigo *Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos*, considera o parque urbano como:

“Produto direto de uma nova situação político-econômica que evidencia uma nova função: o lazer e a recreação, não como mais uma atividade humana, mas, como uma necessidade básica gerada pela divisão do trabalho e oriunda da industrialização acelerada de meados do séc. XIX” (Galender, 1992, p. 115).

Em outras palavras, pode-se dizer que é no século XIX que surge a idéia do parque urbano como espaço público inovador, por apresentar um conjunto de qualidades que poderiam solucionar os males da nascente civilização industrial na cidade. Esta idéia integrava as doutrinas higienistas, que são, portanto:

“... as primeiras a legitimar a função sanitária do parque urbano. Aos benefícios sanitários da natureza vão se juntar uma virtude “pacificadora”, associada rapidamente a uma idéia de controle social. O parque público e seus usos deveriam servir de modelo para os mais pobres, ensinando-lhes relações de boas maneiras e cortesia” (Serpa, 2004, p. 160).

Por tudo isso, como uma forma de trazer a natureza “idealizada” para dentro da cidade, carente de grandes e aprazíveis espaços públicos arborizados, o parque é desenhado no centro urbano, criando a atmosfera de um jardim ao alcance de sua população e, ao mesmo tempo, conferindo qualidades estéticas e higienistas (Laurie, 1983, p. 95). Surgiram, então, os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, na Inglaterra; os *parkways*, os parques de vizinhança americanos; os parques franceses formais e monumentais; e no Brasil, os passeios públicos, posteriormente, chamados de parques.

1.2.2 Os parques no Brasil.

O Brasil, até o início do século XIX, possuía poucos exemplos relevantes de paisagem planejada, visando responder às demandas urbanas em suas terras; um deles é o trabalho de urbanização realizado, na cidade do Recife, pelo Conde Maurício de Nassau, durante a invasão holandesa, na primeira metade do século XVII (Leenhardt, 1994, p. 63).

Graças à iniciativa desse holandês que, então, administrava o Recife, foi criado o primeiro parque do Brasil, o Parque de Friburgo, em 1639 (I.09), um jardim de características renascentistas, que embelezava o palácio de mesmo nome (Mesquita, 1998, p. 15). Esse parque apresentava um conjunto enfileirado de coqueiros, bem como canteiros com diferentes espécies da flora nativa e pequenos lagos, onde se criavam peixes e cisnes (Sá Carneiro e Mesquita, 2000, p. 76). Posteriormente, com a expulsão dos holandeses das terras pernambucanas, o parque foi destruído e, em seu lugar, somente no final do século XIX, a atual Praça da República e o Jardim do Campo das Princesas foram construídos.



I.09 Planta do Parque de Friburgo, um jardim renascentista, em Recife construído, no início do século XVII, pelo Conde Maurício de Nassau. FONTE: Anais do VI ENEPEA, 2002.

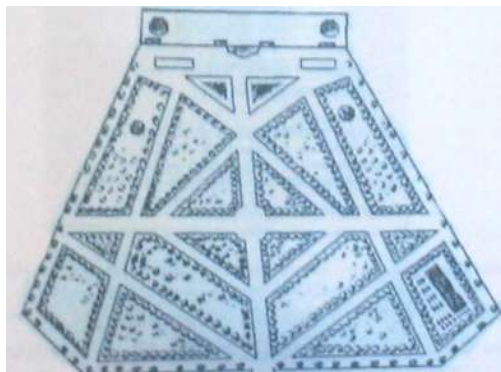
Outro exemplo de parque urbano realizado, ainda, no Brasil Colônia, é o Passeio Público do Rio de Janeiro, considerado o marco inaugural de uma série de obras voltadas para a modernização e expansão dessa cidade (Ceniquel, 1995, p. 243). A criação desse espaço livre público se deu a mando do vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos, em 1779, e tinha como objetivo,

melhorar o acesso do centro urbano para a periferia na Zona Sul (I.10). Além disso, essa iniciativa era uma medida sanitarista, posto que o Passeio Público foi construído sobre o aterro da lagoa do Boqueirão da Ajuda, considerada um foco constante de várias doenças (Souto, 2004).



I.10 Portão de Inauguração do Passeio Público do Rio de Janeiro, no fim do século XVIII, uma obra de modernização e expansão da cidade, segundo Ceniuel (1995). FONTE: pt.wikipedia.org/wiki, 2006.

Pioneiro absoluto na América Latina, por ser destinado ao uso público já no século XVIII, o Passeio Público do Rio de Janeiro foi projetado pelo Mestre Valentim (I.11). Esse último adotou outra atitude inédita, em termos urbanísticos, naquela ocasião, ao apresentar como intenção principal: *“criar um gênero de jardim condicionado às nossas necessidades, particularmente no que se refere ao uso da vegetação para criação de grandes áreas de sombras”* (Ceniuel, 1995, p. 244). Para tanto, utilizou como modelos de referência, de forma indireta: os jardins geométricos da escola francesa (Jardins de Versailles e Vaux-le-Vicomte) adaptados às características ambientais locais; e os jardins e quintais pernambucanos da época de Nassau (Mariano Filho apud Ceniuel, 1995, p. 245).



I.11 Planta do Passeio Público do Rio de Janeiro, um jardim francês, criado pelo Mestre Valetim no Brasil Colônia. FONTE: Nascimento, 2004.

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi uma novidade urbana bastante freqüentada pela população até o final do século XVIII. No entanto, nos meados do século seguinte, ele se encontrava em estado de abandono. Assim, em 1862, sob as ordens de D. Pedro II, inicia-se a grande reforma desse espaço livre público executada por August François Marie Glaziou (I.12),

que desprezou, totalmente, o traçado geométrico e retilíneo proposto pelo Mestre Valentim e introduziu a idéia do parque paisagístico que buscava identificação com a natureza, utilizando linhas sinuosas no seu traçado, típico da escola inglesa (Souto, 2004, p. 02).



I.12 Planta do Passeio Público do Rio de Janeiro, um jardim inglês, criado por Glaziou no Brasil Império. FONTE: Macedo e Sakata, 2002.

Assim, o Parque de Friburgo em Recife e o Passeio Público do Rio de Janeiro foram dois exemplos de parques urbanos construídos no Brasil Colônia que modernizaram as paisagens das respectivas cidades. Somente após o país se tornar Império, em 1822, é que nas cidades brasileiras os parques urbanos passam a ser defendidos, se consolidando como melhoramentos urbanos, mas não por necessidade, como foi o caso europeu, e sim por influência do “Velho Mundo”, pois não havia no Brasil, naquela época, densidade populacional urbana que demandasse pela utilização desses espaços (Macedo e Sakata, 2002). Para esse entendimento sobre a origem dos parques brasileiros, corrobora a afirmação de Bartalini (1995):

“Ao contrário das cidades européias e norte-americanas, a industrialização aqui não ensejou a criação de parques. Entre nós, os parques saíram de um modismo, de uma tendência à imitação de modelos das metrópoles, sem que houvesse as condições ou necessidades semelhantes às que motivaram seu surgimento lá” (Bartalini 1995, p. 74).

Mesmo assim, os parques se tornaram parte integrante, ainda que não fossem efetivamente construídos, nas ações de melhoramentos das principais cidades do Brasil, país escravocrata, durante a maior parte do século XIX. No entanto, apesar de utilizarem as mesmas justificativas higienistas, estéticas e hedonistas, difundidas na Europa e Estados Unidos, a criação de tais espaços livres, nas cidades brasileiras, se deu em uma escala mais pontual e sem as motivações que impulsionaram os europeus e os norte-americanos. Pois, no Brasil, a burguesia

mal se insinuava e o surto industrial, ainda, não preocupava (só chegaria no início do século XX). Com isso, a sociedade brasileira não vivia as mesmas dificuldades, decorrentes do adensamento populacional, freqüentes nas cidades industriais inglesas e, por sua vez, as elites locais (ao que parece, sendo escravista) não estavam interessadas pela utopia social, como as do leste norte-americano.

Assim, a política de saneamento e de embelezamento urbano voltada para os parques passou a ser utilizada em todo o país, mas, se sobressaiu, no Rio de Janeiro, devido à relevância econômica e cultural dessa cidade. Inicialmente, com a vinda ao país de Dom João VI, em 1808, esta cidade passou a ser sede da corte e, necessitando aparentar aspectos modernos, mereceu cuidados especiais em sua paisagem urbana, sendo beneficiada com a criação de parques públicos e do seu Jardim Botânico (Kliass, 1993, p. 26). Em continuidade, como capital do Império, manteve a sua condição de cidade privilegiada e contou com a contribuição do engenheiro francês Glaziou que, além da reforma do Passeio Público, também foi responsável por outros importantes projetos, reflexos da modernidade do Rio de Janeiro: a Quinta da Boa Vista em 1876 e o Campo de Santana em 1880. Sobre esse último espaço público, exemplo da influência do jardim inglês, Guerra (2002) afirma: *“foi o projeto do Campo de Santana no Rio de Janeiro (...), símbolo de modernidade, idealizado por Glaziou na concepção de espaço livre de lazer contemplativo”* (I.13).



I.13 Campo de Santana no Rio de Janeiro, símbolo de modernidade, idealizado por Glaziou. FONTE: Macedo e Sakata, 2002.

As demais cidades brasileiras não apresentaram a mesma continuidade e cuidado dispensados ao Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, a implantação de parques públicos teve seu início, em 1825, com o Jardim Público, hoje, Parque da Luz, e viu seus outros parques nascerem dos mais variados processos, à medida que se transformava do pequeno aglomerado

urbano em cidade (Kliass, 1993, p. 27). Fortaleza, localizada no nordeste brasileiro e, portanto, afastada da sede do Império, é outra cidade que também possuía um Passeio Público, atual Praça dos Mártires (construído em 1824 e, atualmente, tombado pelo IPHAN), dando indícios de que o interesse pela implantação de parques urbanos atingia todo o país (I.14).



I.14 Planta baixa atual e foto do Passeio Público de Fortaleza, construído em 1824. FONTE: Macedo e Sakata, 2002.

Nesse contexto, a cidade do Recife “vivia, como o restante do Brasil, ao sabor das influências européias, mormente de franceses, alemães e ingleses, e era marcada pela retomada da arborização pública e pelo despertar do gosto pelas praças e passeios públicos” (Mesquita, 1998, p. 19). Nesse sentido, a arquiteta Silvana Pettinati (2000, p. 378) explica que, em 1844, na administração do Conde da Boa Vista, o engenheiro francês Louis Leger Vauthier projetou, com vistas à expansão e modernização da cidade, um vasto Passeio Público. Esse projeto não chegou a ser construído, mas deu origem ao atual Parque 13 de Maio que foi inaugurado em 1939 para sediar o III Congresso Eucarístico Nacional, como uma obra relevante do Estado Novo, no Recife moderno. Assim sendo, a capital pernambucana, a exemplo de outras cidades brasileiras, mostrava a influência do que ocorria no exterior, tentando construir esse parque urbano com preocupações estéticas, higienistas e recreativas, desde os meados do século XIX.

1.3 O traçado do parque urbano

Desde o seu aparecimento nas cidades, o parque tem vivido grandes transformações, tanto em seu significado social, quanto em sua configuração físico-espacial. No livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lamas (1993) explica: “As transformações da forma sobrevêm,

quando esta se revela inadaptada ao contexto (...), a mudança do contexto vai mudando as formas, pela necessidade de resposta a situações diferentes” (Lamas, 1993, p. 48-114). Assim, a forma urbana constitui uma resposta dada às demandas de um *contexto* preciso. Esse último representa um conjunto de critérios (econômicos, sociais, culturais, político-administrativo, funcionais, estéticos, tecnológicos, entre outros), que por serem múltiplos e de “*natureza heterogênea desaconselham uma sistematização*” (Lamas, 1993, p. 48) em se tratando de um estudo morfológico, a exemplo desse trabalho.

Em outras palavras, para Lamas (1993, p. 44-98), a forma urbana “*é a solução do problema posto pelo contexto*” e o traçado é um dos seus elementos mais facilmente identificado, tanto em se tratando da cidade, quanto do parque urbano, um de seus espaços livres públicos de recreação. Sendo um elemento da forma urbana, o traçado de um parque “*é uma realidade para a qual contribuiu um conjunto de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais (...), é também o resultado de teorias e posições culturais e estéticas dos arquitetos urbanistas*” (Lamas, 1993, p. 26-30).

Perpassando por esse viés, no livro *O que é cidade*, Rolnik (1995, p. 18) afirma que a cidade pode ser decifrada através de suas formas arquitetônicas e urbanas que expressam aspectos culturais, isto é, uma das maneiras de entender a cultura de um povo é observando o traçado urbano. Desse modo, é possível dizer que, em diferentes escalas, o traçado revela o modo de vida de uma sociedade, em um determinado momento, por isso constitui uma espécie de marca da história, das formas de trabalho, das técnicas e da vida urbana.

Assim sendo, o traçado do parque urbano também revela as diversas posturas assumidas pela sociedade e o contexto que o demandou, em diferentes épocas. Ou seja, os processos de transformação da economia, das relações sociais, das políticas, entre outros, sofridos pela sociedade refletem sobre o traçado desse espaço livre público, podendo acarretar sua modificação.

No entanto, de acordo com Lamas (1993), apesar do traçado de um parque urbano estar sujeito a um conjunto de alterações impostas pela transformação do contexto ao qual deve satisfazer, assim como outros elementos morfológicos, ele não se modifica totalmente, de um ano para o outro, pois seu processo de transformação é lento, ao longo do tempo. Assim, as soluções mais lógicas adotadas na sua concepção original apresentam uma certa “persistência”,

possibilitando a permanência de seus elementos como os eixos, edificação/monumentos e “*em certa medida a estrutura fundiária*” (Lamas, 1993, p. 114) de seu sítio.

Nessa perspectiva é que dois estudiosos citados por Lamas (1993), sendo eles, M. Poete e, posteriormente, Lavedan, explicam o conceito de “persistência”. Para esse último, a mesma é uma espécie de persistência do “*espírito urbanístico*”¹, o qual faz com que, as intervenções posteriores no parque urbano apresentem soluções semelhantes as da geratriz de seu traçado. “*O traçado tem um caráter de permanência, não totalmente modificável, que lhe permite resistir as transformações urbanas*” (M. Poete e Lavedan apud Lamas, 1993, p. 100). Desse modo, apesar das transformações exigidas pelos diferentes contextos, o “DNA” do traçado original do parque urbano pode permanecer, com isso possibilitando voltar na sua história e reconstituir sua formação.

Sobre o assunto, Zancheti e Jokilehto (2004, p. 02) esclarecem que a permanência constitui um processo de continuidade, que pode ser compreendido como a utilização de elementos e da estrutura incorporados de mínimas alterações, para readaptação aos novos estilos de vida e de atividades na cidade. Por sua vez, o processo de mudança pode ser entendido como um conjunto de alterações/transformações que modificam bastante o traçado existente podendo chegar a grandes reformas.

As alterações sofridas pelo traçado e também seu caráter de permanência contribuem para entender que, esse é um elemento morfológico “*de importância vital(...). É o traçado que define o plano – intervindo na organização da forma urbana em diferentes dimensões(...) que regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade.*” (Lamas, 1993, p. 98-100). Dessa maneira, por analogia, conforme Figueirôa Silva (2005), no texto *Os princípios artísticos do traçado dos jardins de Burle Marx no Recife*, no parque urbano, o traçado regula a disposição dos elementos naturais e construídos, conectando os diferentes espaços. Isto é, ele delimita os gramados, canteiros, árvores, brinquedos, esculturas, fontes e lagos, entre outros. O ordenamento desses elementos, que integram e caracterizam o traçado, expressa uma noção de conjunto. De acordo com a referida pesquisadora (2005):

“Essa visão é compartilhada por Sá Carneiro Ribeiro (1996, p. 14), embasada em Conway, para quem o traçado responde pela unidade da composição e que é, segundo Loudon, uma das qualidades mais importantes do projeto paisagístico e designada por ele de espinha dorsal” (Figueirôa Silva, 2005, p. 177).

¹ (Lavedan apud Lamas, 1993, p. 114)

Com isso, entende-se que o traçado exerce papel fundamental na organização do projeto paisagístico de um parque urbano, pois como uma “espinha dorsal” distribui, liga, delimita, articula e orienta os seguintes elementos em estudo nesta pesquisa: eixos, vegetação e água propostos para o parque, considerando as características físico-geográficas do sítio desse espaço livre público projetado, além dos eixos viários e as edificações monumentais do seu entorno.

Os três últimos elementos acima mencionados; características físico-geográficas do sítio do parque urbano, eixo viário e edificações do seu entorno, conforme Lamas (1993), devem ser analisados ao se conceber o traçado de um parque porque, sendo elementos físicos preexistentes, são eles que inspiram e definem, inicialmente, o traçado desse espaço livre público ou de qualquer outro espaço urbano. Nessa perspectiva, o referido autor afirma: *“Qualquer arquiteto terá que saber que não trabalha sobre tábua rasa, mas sobre um território que já existe”* (Lamas, 1993, p. 116).

Assim, o parque guarda relação com o sítio ou superfície de solo que ocupa. A forma do sítio é condicionante da forma do parque e, conseqüentemente, de seu traçado. Além da sua forma, outras características físico-geográficas do sítio, destinado a construção de um parque urbano, participam da definição do seu traçado, algumas delas são: dimensão, presença de córregos, alagados e desníveis.

Os eixos viários são elementos estruturadores da configuração dos bairros de uma cidade (Casé, 2005), portanto, também devem ser observados na definição do traçado de um parque urbano, favorecendo a integração desse com a malha urbana do seu entorno. Relacionando esses eixos com o espaço livre público de recreação, Andrade (2002, p. 56) afirma que eles *“têm fundamental importância no tráfego de veículos e na definição dos usos e apropriações desse espaço”*. Ou seja, ao possibilitar o tráfego de veículos e o fluxo de pessoas no entorno do parque urbano, tais eixos facilitam o acesso ao mesmo, bem como o seu uso e apropriação.

Os edifícios notáveis ou monumentos, localizados no entorno de um parque urbano, também interferem no seu traçado, pois, além de compor a sua fisionomia, servem para agregar ao mesmo, significados e valores ligados a diferentes aspectos: políticos, sociais, culturais, históricos, estéticos, entre outros. Para Lamas (1993) apoiado em Poète, tais prédios públicos também são elementos que fundamentam o princípio das permanências, sendo *“um dos fatos urbanos que melhor persistem no tecido urbano e resistem a transformações. A sua presença é*

determinante na imagem da cidade” (Lamas, 1993, p. 104). Assim, a imagem de um parque urbano é também a imagem dada pelos edifícios notáveis construídos no seu entorno.

Lamas (1993) trabalha com os elementos morfológicos como um meio de se conhecer, tanto as partes das formas, quanto o modo como elas estão dispostas e organizadas dentro da cidade. Em consonância com o autor supramencionado, esta pesquisa estuda um dos espaços da cidade, o parque urbano, analisando o seu traçado composto por diferentes elementos: eixos, vegetação e água. Pois, as características e aspectos exteriores desses elementos, os modos como se inter-relacionam, no traçado do parque, *“variam de época para época ou de autor para autor e têm a ver com uma linguagem, com a estética e a comunicação e com a organização do próprio espaço”* (Lamas, 1993, p. 79).

Os eixos são elementos de composição do traçado do parque que conectam os diferentes espaços do mesmo. De um modo geral, se dividem em eixos principais, caracterizados pela amplitude, e eixos secundários ou caminhos, identificados por serem mais estreitos e numerosos que os principais. De acordo com Luz (2000), os eixos principais e os caminhos são elementos articuladores do traçado que mais permanecem, ao longo do tempo, conforme o projeto original do parque, possibilitando a análise morfológica desse espaço público. Sendo que, os eixos principais apresentam maior destaque nos jardins franceses e os caminhos se sobressaem no jardim inglês. Desse modo, o referido autor esclarece:

“Nos jardins formais franceses, cujo o padrão geométrico e regular dominava os grandes parques, os eixos eram avenidas que ligavam um ponto focal ao outro e as vistas eram cuidadosamente selecionadas para transmitirem a impressão de regularidade(...). Ao passo que os eixos com sua grande perspectiva produzem uma paisagem de domínio e onipresença, os caminhos são insinuantes e ágeis, conferindo ao visitante uma dimensão humana. Criam uma expectativa, despertando a curiosidade quanto ao cenário que veremos ao dobrar a curva ou ao final da alameda. São misteriosos e aconchegantes ao mesmo tempo. Nos jardins formais ingleses os caminhos eram elaborados com muita técnica” (Luz, 2000, p. 87-92).

Outro elemento de composição do traçado do parque urbano é a vegetação, que com individualidade própria também caracteriza a imagem do mesmo, possibilitando organizar, definir e conter seus diferentes espaços. Logo, entende-se que o traçado de um parque urbano é também estruturado por fileiras de árvores, por massas arbustivas e por gramados, ou seja, a vegetação tem presença marcante na composição morfológica e visual de um parque urbano. Segundo a tradicional definição de parque, a vegetação, inclusive, deve predominar sobre as

edificações e o restante do mobiliário, apesar de não possuir a mesma “dureza” ou permanência dos mesmos.

Dividida, basicamente, em dois estratos; o arbóreo, caracterizado pelo seu porte e incidência, e o estrato dos arbustos e gramíneas, a vegetação, em um parque urbano, pode ser utilizada para atender os diferentes princípios dos modelos paisagísticos. Assim, na escola francesa, de um modo geral, ela se mostrava rígida e formal, com os desenhos geométricos dos canteiros que ampliam o eixo principal e “*são absolutamente simétricos e disciplinadores na ordenação dos elementos compositivos desse espaço*” (Luz, 2000, p. 87). Por sua vez, nos jardins ingleses, a vegetação era disposta de forma a aparentar a informalidade das paisagens campestres, com arbustos plantados de maneira mais “natural”, com grandes áreas gramadas e massas de árvores, lembrando um bosque. Desse modo, segundo Nascimento (2004, p. 187), a vegetação é o elemento de composição do traçado mais maleável e que sofre maiores transformações ao longo do tempo, em decorrência, especialmente, da retirada de espécies existentes no projeto original ou acréscimo de novas espécies que, algumas vezes, são conflitantes com a proposta inicial.

Terceiro elemento de composição do traçado do parque estudado na presente pesquisa, a água, representada pelos lagos, fontes, chafarizes, cascatas, etc, se apresenta freqüentemente carregada de símbolos e de função. Representando o feminino e o inconsciente no simbolismo dos sonhos, a água, em muitas religiões, significa a purificação, a bênção e a vida (Luz, 2000, p. 86-90). Em termos funcionais, no parque urbano, a água ornamenta e possibilita, com o ruído de seu jorrar, a sensação de tranquilidade e frescor aos usuários do mesmo. Além disso, esse elemento do traçado permite a distração, pois é um espelho da natureza, cuja imagem envia invertida, refletindo a luz do céu e a copa das árvores (Leenhardt, 1996, p. 28). Em outras palavras, o papel da água como elemento do traçado do parque “*é o de promover uma série de relações, de atração, aconchego e interação com o ambiente natural*” (Guerra, 2002), isto é, com a vegetação, o solo e o ar, presentes nesse espaço público.

Nesse sentido, estético-ambiental, um dos cânones dos jardins franceses era a inserção de uma fonte ou um chafariz, circunscrito por formas geométricas, em geral, circulares, no cruzamento de um eixo principal com um secundário, marcando a transição de um espaço para outro (Luz, 2000, p. 87). Nos jardins ingleses, a água se destacava nos lagos com formas irregulares, imitando a natureza, margeados por arbustos e algumas árvores, em meio a extensas áreas gramadas. Sobre o assunto, Guerra (2002) afirma: “*Presentes nos exemplos de espaços*

públicos ingleses (...), lagos curvilíneos, dialogando com extensos gramados, caminhos orgânicos, arvoredos e arranjos florais, tais características influenciam parques e praças no Brasil” (Guerra, 2002).

1.4 O parque urbano histórico e sua proteção

Segundo Argan (1998, p. 79), “*cada ambiente da cidade é carregado de historicidade*”. O parque, sendo um espaço urbano, também apresenta consigo as marcas do processo de construção da cidade. Seu traçado revela que, ao longo do tempo, ocorreram permanências e mudanças no referido espaço público que adquiriu novos e dinâmicos significados para os cidadãos, expressando valores estéticos, históricos e sociais vigentes, em diversas épocas, e podendo ser, por isso, considerado um bem ou patrimônio cultural.

Na atualidade, a noção de cultura envolve aspectos materiais e não materiais, se concretizando na realidade vivenciada no cotidiano. É essa noção que, em lugar de ser pura dedução mental, alimenta e orienta o valor e uso dado pela sociedade a um determinado espaço urbano (Menezes, 1999, p. 89). Assim, o conceito de cultura está relacionado não somente com a preservação de monumentos isolados e das obras de maior expressão, mas também com o produto da ação do homem e da natureza, desde que apresentem interesse histórico e cultural (Barbosa e Junior, 2004, p. 70).

Desse modo, de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 216, constituem o patrimônio cultural do país, os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, que expressem a identidade, a ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dentre eles, estão as obras e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como os conjuntos urbanos e *sítios de valor histórico, paisagístico*, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, que foram definidos pelo Plano de Preservação de Sítios Históricos, PPSH, em 1978:

“Entende-se por sítio histórico todo conjunto ambiental caracterizado pela qualidade da trama estrutural que a constitui ou pelas expressões arquitetônicas singulares que contêm, como representativas da atuação do homem no tempo e no espaço (...), são marcos insubstituíveis da memória da região” (PPSH, 1978, 9-11).

Diante do exposto pela Carta Magna brasileira e pelo PPSH, o parque urbano pode ser considerado um sítio histórico, ou seja, um patrimônio cultural, e como tal, precisa ser protegido em sua “trama estrutural” ou traçado, formado pelas massas vegetais, pelos eixos, edificações, monumentos e pelas águas moventes e dormentes. Esses elementos de composição do traçado foram enumerados na Carta de Florença, em 1981, ao tratar do jardim histórico e, segundo esse documento, representam o fazer cultural de uma época (Delphim, 2005).

Melhor dizendo, desde que o projeto do parque urbano tenha sido elaborado, segundo princípios paisagísticos reconhecidos, os elementos do seu traçado original que permaneceram ao longo dos anos, representam atributos culturais de uma época, são testemunhos autênticos dos momentos históricos, portanto, devem ser resguardados por lei específica. Essa proteção legal é importante, de acordo com Feilden e Jokilehto (1995, p. 35), porque um patrimônio cultural deve, na medida do possível, manter sua forma original, tal como foi criado ou como tem evoluído no decorrer de sua história.

No Brasil, a preocupação com a proteção dos bens culturais teve início com a Constituição de 1934. Posteriormente, essa legislação foi complementada com Decreto-lei nº 25 em 1937, ainda hoje em vigor, regulamentando na esfera federal a atividade de preservação de edifícios, paisagens e instituindo o ato administrativo do tombamento. Sobre o assunto, Borba (1998) esclarece:

“Tombamento, também chamado tomo, provavelmente originado do latim tomex, significa inventário, arrolamento, registro. Tombar alguma coisa, de acordo com normas legais, equivale a registrar, com o objetivo de proteger, controlar, guardar. O tombamento de bens culturais, visando à sua preservação e restauração, é de interesse do estado e da sociedade” (Borba, 1998, p. 6).

Ou seja, o tombamento é o registro administrativo dos bens culturais para evitar que sejam danificados ou destruídos, pois, em ocorrendo, tal fato caracteriza uma agressão ao interesse público e social que o patrimônio protegido representa (IPHAN, 1994). Esse registro dos bens culturais pode ser realizado em um ou mais Livro de Tombo tanto no âmbito federal, quanto nas esferas estadual e municipal, nesse último caso, basta que o município disponha da legislação competente (Borba, 1998, p. 06). Nesse sentido, corrobora Delphim (2000):

“O tombamento é a classificação de um bem corpóreo (coisa, objeto) em uma ou mais categorias culturais previstas na Constituição Brasileira e no Decreto-lei nº 25 de 1937, pela inscrição em um ou mais Livros

de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou em outra instituição estadual ou municipal legalmente constituída” (Delphim, 2000, p. 30).

De acordo com a legislação federal nº 25 de 1937, os Livros de Tombo, instituídos pelo IPHAN, para viabilizar e consolidar a preservação da memória nacional foram divididos em quatro categorias, denominadas, segundo o caráter do bem cultural protegido: o livro Histórico, o livro de Belas Artes, o livro das Artes Aplicadas e o livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tais livros apresentam, dentre os diferentes patrimônios culturais da nação, neles inscritos, a relação dos seguintes parques urbanos brasileiros, abaixo expostos, cronologicamente:

- 1- Em 1938, o Passeio Público do Rio de Janeiro no Livro das Belas Artes e no Livro Histórico.
- 2- Em 1938, a Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, no Livro das Belas Artes e no Livro Histórico.
- 3- Em 1957, o Parque Lage no Rio de Janeiro, no Livro Histórico.
- 4- Em 1957, o Jardim Parque São Clemente, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, no Livro de Belas Artes.
- 5- Em 1965, Parque do Flamengo no Rio de Janeiro, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
- 6- Em 1965, Parque a Rua Marechal Deodoro nº 365 em Florianópolis, Santa Catarina, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
- 7- Em 1965, Passeio Público de Fortaleza, Ceará, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
- 8- Em 1974, Sítio da Trindade- conjunto paisagístico em Recife, PE, no Livro Histórico.
- 9- Em 1980, Arraial Novo do Bom Jesus, em Recife, PE, no Livro Histórico.
- 10- Em 1986, Parque Guinle no Rio de Janeiro, no Livro das Belas Artes.
- 11- Em 1994, Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emilio Goeldi em Belém, Pará, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Observa-se, com essa lista, que poucos são os parques urbanos brasileiros considerados pelo IPHAN como patrimônio cultural do país. Nessa perspectiva, Sérgio Treitler, em um artigo do *Jornal da Paisagem* (fev/mar de 2006), argumenta que nos órgãos de preservação brasileiros há uma tendência a priorizar o tombamento e a proteção da produção arquitetônica, em

detrimento dos espaços livres públicos de recreação. O mencionado autor apóia sua argumentação no artigo “*O Mapa do Brasil Passado*”, publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e escrito por Silvana Rufino. Esta autora elaborou uma tabela de todos bens tombados pelo IPHAN, nos seus primeiros trinta anos de atividade (entre 1937 e 1967), conforme demonstram os dados abaixo:

Tombamentos feitos pelo IPHAN entre 1937/1967:

Bens tombados	689
Bens arquitetônicos	645 (93,62%)
Outros bens	44 (6,38%)

Estes dados demonstram que dos 689 bens tombados pelo IPHAN, no período indicado, 645 destes, isto é, 93,62% diziam respeito a edificações notáveis. Restando apenas um percentual de 6% para os demais bens, entre eles dois parques acima mencionados, o Passeio Público e o Parque Quinta da Boa Vista, ambos no Rio de Janeiro. A pesquisadora ainda revela que dos 689 tombamentos realizados, 523 são bens do século XVIII ou anteriores a esse período. Quer dizer, 75,90% dos bens tombados pelo IPHAN, entre 1937 e 1967, foram de arquitetura do período colonial, onde se destacavam, especialmente, as edificações religiosas e militares e, era reduzida a construção de parques urbanos, com poucas e pontuais exceções á regra.

Voltando à lista dos parques brasileiros tombados pelo IPHAN, elaborada pela presente pesquisa, observa-se ainda que, em Recife, dentre os 7 parques públicos referenciados pelo livro “*Espaços livres do Recife*” (Sá Carneiro e Mesquita, 2000, p. 55), apenas o Arraial Novo do Bom Jesus e o Sítio da Trindade, também conhecido como Parque Arraial Velho do Bom Jesus, são protegidos como patrimônio cultural (I.15 e I.16). Esses dois espaços públicos recifenses tombados pelo IPHAN, mesmo não apresentando o caráter de um parque urbano historicamente planejado, são protegidos também por lei estadual e por lei municipal como bens culturais, pois abrigam importantes edificações militares do passado (PPSH, 1978, p. 115).

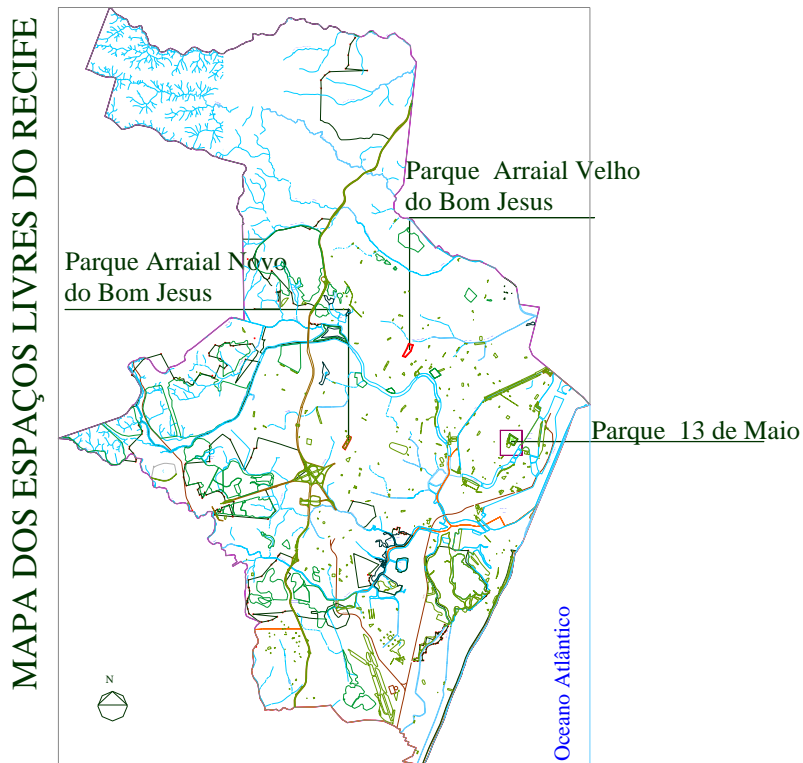


I.15 Plantas baixas dos Parques do Arraial Novo do Bom Jesus e do Arraial Velho do Bom Jesus, também conhecido como Sítio da Trindade. FONTE: Sá Carneiro e Mesquita, 2000.

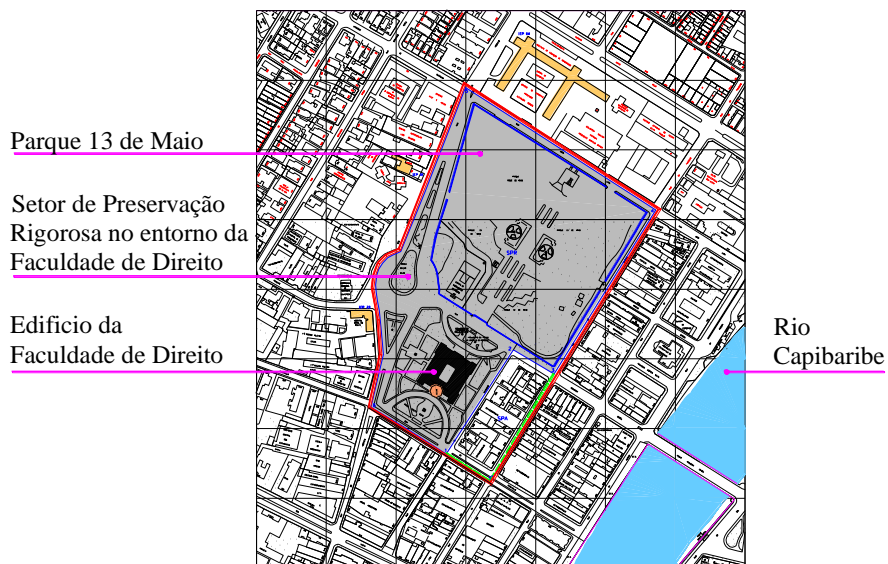
Assim, além da legislação pertencente à União, também leis estaduais e municipais podem atuar no sentido de salvaguardar um patrimônio cultural conforme determina o artigo 197, parágrafo 4º da Constituição pernambucana: *“Ficam sob a organização, guarda e gestão dos governos estadual e municipais (...), a proteção especial de obras, edifícios e locais de valor histórico ou artístico, os monumentos, paisagens naturais e jazidas arqueológicas”* (Constituição do Estado de Pernambuco, 05/10/1989). Sobre esse tema Borba (1994) complementa: *“bens tombados a nível federal pelo IPHAN são automaticamente levados a registro pelo Conselho Estadual de Cultura por força da lei 7.970/80”*, isto é, são inscritos nos Livros de Tombo da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, FUNDARPE. Por sua vez, na esfera das leis da cidade do Recife, a proteção dos patrimônios culturais municipais se dá por decretos, que os instituem e regulamentam.

Nesse contexto, o Parque 13 de Maio também se encontra protegido por lei federal, estadual e municipal, mas não por causa da qualidade estética de seu traçado historicamente planejado, e sim por estar em uma área da cidade do Recife (I.16) situada no entorno de uma edificação monumental, tombada como patrimônio cultural, o edifício da Faculdade de Direito. Em outras palavras, desde 1980, o espaço público em pauta, por determinação do IPHAN e,

conseqüentemente, da FUNDARPE e do decreto municipal de nº 11.632, integra o Setor de Preservação Rigorosa (SPR) do Sítio Histórico da Faculdade de Direito, definido como patrimônio cultural na categoria “Edifícios Isolados” (I.17).



I.16 Mapa dos espaços livres da cidade do Recife em 2000, indicando a localização de dois parques da cidade e do Parque 13 de Maio que integra o Sítio da Faculdade de Direito. FONTE: Laboratório da Paisagem/UFPE, 2006.



I.17 Planta do Sítio Histórico da Faculdade de Direito, onde se verifica que o Parque 13 de Maio integra o Setor de Preservação Rigorosa, no entorno da edificação tombada como patrimônio cultural. FONTE: Empresa de Urbanização do Recife, URB, 2005.

Os três âmbitos federal, estadual e municipal da legislação, relativa à proteção do patrimônio cultural, priorizam resguardar o edifício isolado, no caso, a Faculdade de Direito e não o Parque 13 de Maio. Nesse sentido, o decreto municipal nº 11.632 é enfático ao determinar em seu art. 3º: *“todas as intervenções na área interna à poligonal que define o S.P.R. deverão objetivar a restauração e/ou conservação das edificações do Sítio”* (grifo nosso). Com isso, percebe-se claramente que esses instrumentos legais são importantes, mas terminam por serem inócuos, no que se refere à proteção específica do referido parque, isto é, são pouco esclarecedores para guiar as intervenções nesse espaço livre público e impedir a descaracterização do seu traçado original.

Em Recife, esse não é um problema pontual do parque em estudo. O Parque da Jaqueira, que apresenta o caráter de um espaço público planejado, também se encontra na mesma situação, ao integrar o SPR da Capela de Nossa Sra. da Conceição, do Sobrado da Academia de Letras, da Estação da Ponte D’Uchoa e do Museu do Estado, as quais são edificações tombadas pelo IPHAN, pela FUNDARPE e protegidas por decreto municipal como patrimônio cultural.

Assim, segundo Nascimento (2005), há uma lacuna nas legislações vigentes no país voltadas, especificamente, para regulamentar as intervenções em espaços livres públicos. *“Atualmente, as intervenções nesses espaços (...) são respaldadas em leis voltadas para o patrimônio edificado de forma incompatível pelas diferenças na tipologia e na morfologia”* (Nascimento, 2005, p. 387). Essa lacuna, mencionada pela referida autora e também verificada no presente estudo, precisa ser preenchida com a elaboração de legislação direcionada para proteção dos parques urbanos que se destacam por sua importância histórica, localização, dimensão e pela qualidade de sua paisagem definida por seu traçado.

Capítulo 2- O PROCESSO DE CRIAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO TRAÇADO DO PARQUE

Este capítulo descreve o traçado, comparando os projetos elaborados para o Parque 13 de Maio desde 1844 até 1932, período anterior a sua inauguração. O capítulo relata ainda o processo histórico de criação desse parque, relacionando fatos urbanos relevantes ocorridos e inspirados em modelos urbanísticos europeus. Assim sendo, é dado destaque ao período da administração de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista (1837-1844) durante o Império, quando o projeto de um Passeio Público é proposto pelo engenheiro francês Loius Léger Vauthier, na área do Parque 13 de Maio. O capítulo prossegue, analisando outras propostas e termina com a análise da Planta da Cidade do Recife e seus Arredores em 1932, quando ainda se observa a presença de um grande alagado no sítio destinado à construção do parque. A análise morfológica de cada um desses projetos destaca alguns elementos de composição do traçado do parque urbano: os elementos propostos - eixos, vegetação e água; bem como, em alguns momentos, os pré-existentes - características físico-geográficas do sítio, eixo viário e edificações do entorno. Desse modo, tendo como foco o traçado, a análise dos diferentes projetos relacionados ao Parque 13 de Maio permitiu compreender como se deu a criação de um parque urbano, considerando as mudanças e permanências nele ocorridas, ao longo do tempo, que guardam relação com o contexto da formação urbana do Recife moderno.

2.1 O projeto inovador do Passeio Público de Vauthier em 1844

A gênese do Parque 13 de Maio remonta a primeira metade do século XIX, durante o Império. Nesse período, segundo o historiador Antônio Paulo Rezende (2002, p. 77), o Recife, que havia se tornado cidade em 1823 e capital da Província de Pernambuco em 1827, convivía com constantes inquietações políticas armadas, desafiando as ordens vindas do Rio de Janeiro, tais como: a Revolução de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e a Revolução Praieira em 1848. Essa rebeldia recifense, observada por um prisma político, contribuiu para a formação de uma identidade heróica denominada “Leão do Norte” que até hoje faz parte da memória da cidade.

A respeito dessa observação de cunho político, o presente trabalho recorre a uma idéia essencial apontada pelo filósofo Nilo Odália - citado por Rubens Andrade (2003): “ *a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante (...), não podia se reduzir a um pálido reflexo de jogos do poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento*” (Odália, 1991 apud Andrade, 2003, p. 13).

Nesse sentido, não apenas o olhar político, mas também o econômico, social, cultural e espacial foram lançados sobre a cidade do Recife e sua história, a partir do século XIX, possibilitando “*revelar como seu espaço foi construído, como a sociedade foi tecendo seu cotidiano*” (Rezende, 2002, p. 78). Esse pressuposto orientou a referida dissertação que investigou o processo histórico de criação e evolução do Parque 13 de Maio, enfocando as transformações ocorridas no seu traçado como reflexos do pensamento urbano moderno.

No intuito de entender esse parque como uma experiência de modernização urbana, foram observados alguns aspectos relacionados às mudanças econômicas, sociais e culturais, tais como: a revolução industrial na Europa, as inovações tecnológicas locais, o surgimento de novas posturas dos habitantes e dos administradores em relação à cidade do Recife, ambos influenciados pela cultura européia. Além disso, houve a influência do espaço urbano propriamente dito, pois a paisagem molda a história e participa do destino da humanidade (Del Rio, 1996, p. 21). Nesse sentido, foi observada a expansão do Recife com os aterros dos alagados e mangues existentes na sua área central e a consolidação dos seus principais eixos de formação e circulação.

A formação urbana do Recife, no século XIX, apresentou fortes relações com a industrialização, o liberalismo, a modernização das cidades e o projeto civilizatório da cultura ocidental européia, onde as mudanças não se davam apenas na economia e no plano ideológico-político e cultural - mas também nos espaços urbanos (Rezende, 2002, p. 78). Nessa época, especialmente, na Inglaterra e França e, depois, nos Estados Unidos, o parque público começava a se destacar como um fato urbano de grande importância no planejamento da cidade, sendo enaltecido por suas funções saneadoras de “pulmões verdes” e de recreação para a sociedade, que eram propiciadas pelo seu traçado.

Segundo Rezende (2002, p. 78), tudo isso ocorria motivado pela burguesia em ascensão na Europa, que procurava fazer o mundo à sua imagem e semelhança, o mundo das mercadorias e do liberalismo, onde o espaço urbano adquiria importância e novos comportamentos eram requeridos em lugar dos antigos costumes sociais. Nesse sentido, Pontual (2005) afirma que, no Recife, assim como nas demais capitais das províncias brasileiras:

“a Europa civilizada, do liberalismo, do mercantilismo, das luzes, da moda impõe-se como referência maior no século XIX. O movimento de esclarecimento das elites políticas e intelectuais e o aprimoramento das instituições foram dados, principalmente pelas influências inglesas e francesas” (Pontual, 2005, p. 32).

Assim, nas primeiras décadas do século XIX, conforme informa Barreto (1994), uma nova configuração urbana foi implementada no Recife, pelos recursos advindos da produção e exportação de açúcar, algodão e do movimento portuário². Sobre essa produção açucareira em transformação e expansão, a autora explica que:

“viria atrelada a outras imposições do mercado externo, agora ampliado, por uma série de fatores: o aumento da população e do consumo, a penetração do capitalismo, etc. Para que a demanda fosse atendida, seria necessário o abandono dos velhos métodos artesanais da produção de açúcar, em função das inovações tecnológicas. O mesmo fato provocou o surgimento de pequenas indústrias, sempre ligadas aos dois principais produtos de exportação” (Barreto, 1994, p. 43).

Em se tratando de sua população, a cidade do Recife, por volta de 1838, segundo o professor Orlando Parahym (1978, p. 150), contava com aproximadamente 50 mil habitantes.

² O Porto do Recife recebia todos os produtos chegados da Europa e exportava açúcar, pau-brasil e escravos, depois, couro e algodão. “O porto catalizou o crescimento e a vida comercial do Recife. Seu movimento foi crescendo. A cidade ampliava a olhos vistos, apesar de muitas deficiências” (Parahym, 1978, p. 121).

Conforme indicava as queixas do padre Lopes Gama em um jornal local em 1843 (Diário de Pernambuco, 13/10/2005), tais cidadãos tanto nos trajes, como nos usos, nos modos e nas maneiras, só aprovavam o que era francês³, no entanto, circulavam por ruas sem calçamentos, que eram “*pouco mais de duzentas, habitualmente sujas e enlameadas quando chovia*” (Parahym, 1978, p. 119), por inúmeros becos estreitos, por pouquíssimas pontes de madeira (nenhuma de ferro) e por algumas praças. Nesse período, não havia nenhum parque na cidade.

O trecho abaixo escrito por Parahym (1978) indica a movimentação cotidiana da sociedade do Recife (II.01), “*principal entreposto de comércio com a Inglaterra*”⁴:

“Pelas ruas passavam homens circunspectos, sempre de roupas escuras, gamenhos no rigor da moda, padres (...), frades do Carmo, da Penha, franciscanos menores, congregados filipinos, soldados marinheiros e negros. Muitos negros, escravos ou forros, carregando latas e baldes d’água, móveis, fardos, sacos, tabuleiros e cestos. Homens pardos. Mulatos. Homens a cavalo. Cachaceiros. Pretas vendedoras de bolo. As mulheres brancas ficavam trancadas em casa, dirigindo as mucamas, cosendo, bordando, espreguiçando em amolecedoras sestras, ao calor das tardes terrivelmente insípidas (...). Enterros à noite; sepultamento nas igrejas. Costume contra o qual se levantaram as vozes de alguns médicos da época. O Cemitério de Bom Jesus da Redenção seria inaugurado na segunda metade do século XIX, em terreno situado em Santo Amaro das Salinas (...). Lampiões de azeite de peixe, ou de óleo de carrapateira iluminavam muito escassamente, à noite, as ruas do Recife naqueles tempos distantes. Dentro das casas, velas de sebo ou candeieiros de azeite e torcidas de algodão” (Parahym, 1978, p. 119-120).



II.01- O movimento cotidiano do Recife na ponte da Boa Vista, entre as atuais ruas da Concórdia e da Imperatriz, durante a administração do Conde da Boa Vista, quando era terceira metrópole do Império. FONTE: Ferrez, 1981.

³ Segundo Gilberto Freyre “*Depois dos holandeses e dos ingleses, são os franceses que vamos encontrar mais ligados à história e à vida do Recife*” (Diário de Pernambuco, 13/10/2005).

⁴ Anotação realizada pelo viajante alemão João Mauricio Rugendas no livro “*Viagem pitoresca através do Brasil*” publicado em 1835 em Paris (Souto Maior e Silva, 1992, p. 147).

O cenário acima exposto possibilita entender o quão foi bem-vinda a modernização implantada no Recife pela administração pública do Conde da Boa Vista (1837-1844). Nesse sentido, o historiador Fernando da Cruz Gouvêa afirma: *“Político perspicaz, de grande prestígio e administrador notável, Boa Vista ligaria seu nome às medidas decretadas em favor da modernização da província natal”* (Gouvêa, 1990, p. 72). Outro parecer sobre esse presidente da Província de Pernambuco e a modernização de Recife na sua administração foi escrito por Parahym (1978):

“Rego Barros, no seu governo, deu a Pernambuco arrojado impulso progressista em todos os setores da atividade pública: florescimento comercial e industrial, renovação urbanística, instrução, aterros, pontes, estradas, construção do palácio do governo, projeto e obras do Teatro Santa Isabel, a Alfândega, levantamento topográfico da província, modernização administrativa, limpeza da cidade, estímulo à vida social, etc. Inaugurou a modernização do Recife, abrindo caminhos para que se realizasse, tempo afora, sua legítima vocação metropolitana regional” (Parahym, 1978, p. 49).

Ou seja, esse político do Partido Conservador muito se esforçou para transformar o Recife numa cidade moderna, nesse sentido, a proposta de um parque, então chamado passeio público, entre o novo bairro da Boa Vista e a freguesia de Santo Amaro foi uma de suas ações impetuosas e progressistas. Inspirado no modelo urbanístico adotado por Paris, cidade emblemática do mundo ocidental onde havia estudado, o Conde da Boa Vista buscou realizar diversas obras de melhoramentos em Recife ainda bastante provinciana se comparada às grandes cidades européias da época (Rezende, 2002, p. 80).

Para tanto, ele rompeu *“com as técnicas construtivas do período colonial, consideradas arcaicas e muito simplórias”* (Barreto, 1994, p. 48) e trouxe trabalhadores e técnicos franceses, entre eles o engenheiro Louis Léger Vauthier, que chegou ao Recife em 1840:

“... para alinhar essa cidade às cidades modernas francesas, afirmando idéias de mobilidade e salubridade. Vauthier foi nomeado chefe da Repartição de Obras Públicas, tendo realizado além do planejamento de fornecimento de água potável, várias obras de engenharia, aterros de mangues e alagados, construção de estradas, pontes e edificações públicas” (Pontual, 2005, p. 33).

A respeito desse fato, o arquiteto e historiador Luís da Mota Menezes, em entrevista publicada pelo *Diário de Pernambuco* (13/10/2005), explica que quando Vauthier chegou ao Recife, a cidade vivia sob a pressão de um acelerado crescimento populacional. Eram escassas as

áreas secas para a construção de casas, com isso, as pessoas começavam a ocupar os mangues e alagados. Havia ainda outras dificuldades como a falta de iluminação pública, de circulação para subúrbios distantes, de saneamento e de água encanada⁵.

Ainda segundo Menezes (2005), ao lado desse “caos” urbano, Vauthier encontrou também um governante que havia estudado em Paris, ansioso para trazer melhoramentos urbanos para o Recife e que, para isso, necessitava dos serviços de um engenheiro com formação europeia e conhecedor das tensões urbanas vividas pelas cidades do “velho continente”, que começavam a acontecer também na capital pernambucana. Sobre a atuação de Vauthier em Recife, Menezes (2005) ensina:

“ Vauthier traz para o Recife as idéias que estariam presentes na Península Ibérica, na Europa, na França e até na Holanda. Quer dizer as idéias de melhoramentos urbanos (...). Sua importância está nas diretrizes que ele traça de natureza urbana, melhoramentos que ele indica e que depois José Mamede vai dar seguimento. A importância desse engenheiro francês em Pernambuco reside nesse investimento tecnológico da França, através dele, no que se refere às condições de equipamentos de melhorias urbanas em Pernambuco” (Diário de Pernambuco, 13/10/2005).

Isto é, apoiado em sua vivência europeia e conhecimentos profissionais sobre os novos problemas urbanos causados pelo adensamento da população e sobre os novos modelos de desenvolvimento urbano, Vauthier buscou resolver tanto os problemas existentes, quanto os futuros, que poderiam ocorrer na cidade do Recife, ou seja, procurou realizar ações preventivas.

Assim, visando garantir a salubridade do ambiente e a “formosura” urbana, o supracitado engenheiro determinou medidas, orientando o afastamento das casas em relação às divisas, a ventilação das casas, o gabarito das fachadas em relação à testada e a arborização das ruas, “*até então considerava-se que as árvores seriam atributos do meio rural*” (Barreto, 1994, p. 48). A respeito da arborização nesse período, Vauthier (1840) escreve, no texto *Casas de Residência no Brasil*⁶, que a cidade do Recife era totalmente deficiente nesse quesito; para ele isso se explicava,

⁵ “A água era colhida em cacimbas ou trazidas em canoas vinda do Monteiro ou do Varadouro de Olinda. Água poluída, contaminada, de péssima qualidade como é de se imaginar. Veículo de doenças” (Parahym, 1978, p. 119).

⁶ *Casas de residência no Brasil e Diários* foram dois textos escritos por Vauthier para uma revista francesa de arquitetura. Baseado nesses textos o sociólogo Gilberto Freyre estudou a atuação de seis anos do engenheiro francês em Pernambuco, denominada “Ciclo Vauthier” no livro “Um engenheiro francês no Brasil” publicado em 1940. Tal publicação se dá um ano após a inauguração do Parque 13 de Maio em 1939.

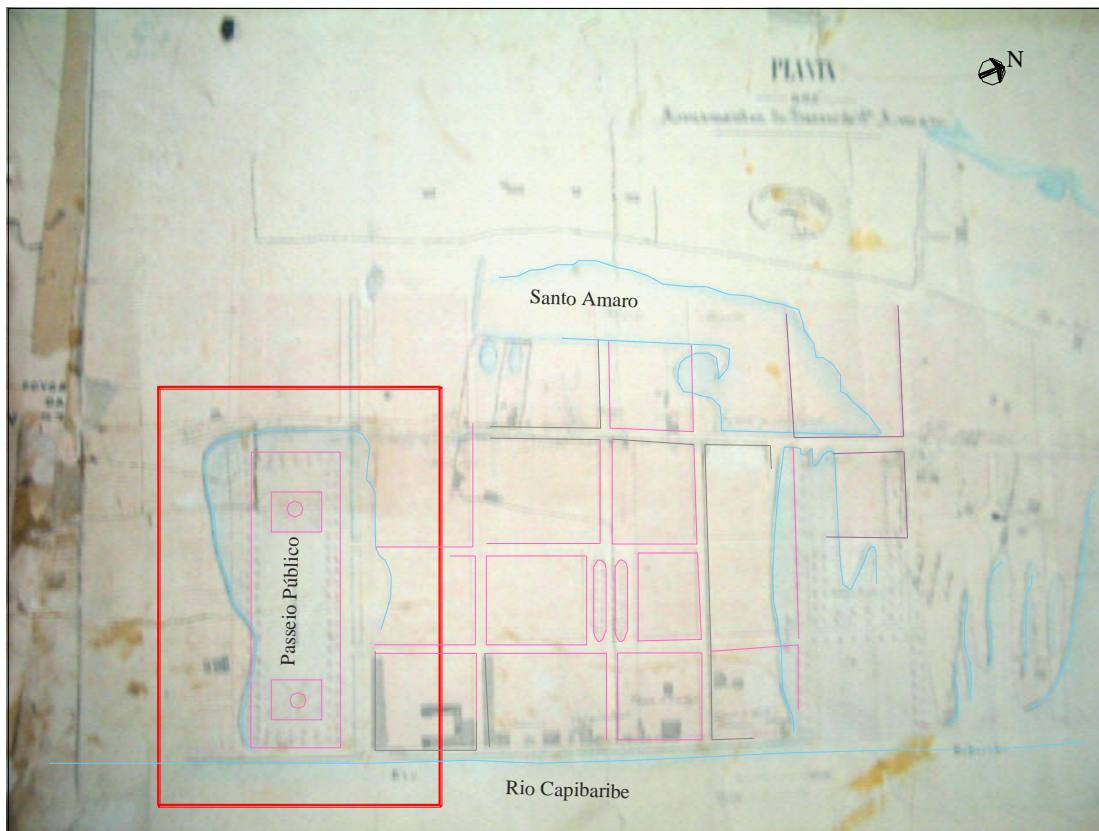
pois entre os recifenses; “*vegetação significava campo, e árvores não eram julgadas dignas de se mesclarem nas obras dos homens*” (Vauthier apud Pettinati, 2000, p. 377).

Na direção da Repartição de Obras Públicas, cargo que ocupou durante seis anos, Vauthier buscou implantar o modelo que trazia da França: uma cidade onde as vias de acesso principais estivessem conectadas com os acessos secundários, onde os largos e praças estivessem situados na confluência das ruas, com cais amplos e tratamento privilegiado das margens dos rios. Com isso, primava pela facilidade da circulação, pela higiene das habitações e pela beleza do ambiente (Pettinati, 2000, p. 359).

Em termos do embelezamento da cidade, o engenheiro francês já defendia o equilíbrio ambiental e a importância do espaço público: “*a formosura de uma cidade depende essencialmente do justo equilíbrio que se conserva entre a superfície das ruas, praças e largos destinados ao público e a superfície do terreno ocupado pelas edificações*” (Diário de Pernambuco, 13/10/2005).

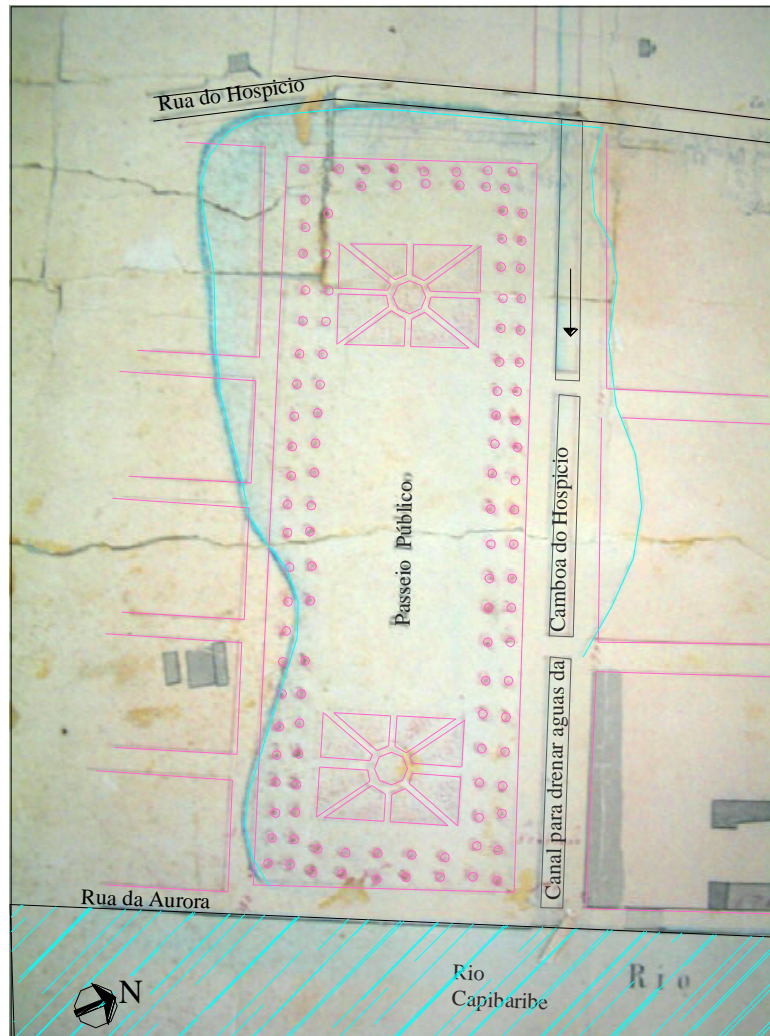
Essas idéias de Vauthier se refletem na “*Planta dos Arruamentos do Bairro de Santo Amaro*” (II.02) encontrada no Arquivo Público do Estado Jordão Emereciano, APEJE, onde propõe uma divisão uniforme e homogênea do solo, com ruas largas, arborizadas e com passeios públicos, já que a cidade era totalmente carente deles. Em “notas” sobre esse projeto ele explica:

“Faltando completamente a esta Capital passeios públicos, tem sido reservado para este fim, no princípio mesmo da planta, um vasto terreno onde se pode fazer um magnífico passeio de 680 palmos de frente e 1800 palmos de fundo, beirando a leste o Capibaribe, ao norte pela camboa de Santo Amaro, a oeste pelo canal que para tanto a Câmara Municipal deixa subsistir no Bairro Novo da Boa Vista e que (...) deveria tomar a direção modificada traçada na planta junto, enfim, ao sul pelos quarteirões do mencionado bairro novo” (Vauthier apud Pettinati, 2000, p. 375).



II. 02 Planta dos arruamentos do bairro de Santo Amaro em 1844. FONTE: APEJE, 2005.

A observação da planta e de sua nota descritiva acima expostas indica a preocupação de Vauthier com a “formosura”, salubridade e modernidade da cidade e, para tanto propõe a criação de um vasto passeio público (II.03), situado num ponto estratégico, equidistante dos bairros da Boa Vista e de Santo Amaro, possibilitando, assim, uma transição suave entre eles, bem como sua utilização pelos moradores não só desses bairros, mas também dos bairros centrais: Santo Antônio, São José e do Recife. Esse foi o primeiro projeto relacionado à criação do atual Parque 13 de Maio.



II.03 Aproximação dada sobre a “Planta dos arruamentos do bairro de Santo Amaro” para visualizar o Passeio Público proposto por Vauthier em 1844. Esse melhoramento voltado para a modernização da cidade foi o primeiro projeto relacionado à criação do atual Parque 13 de Maio . FONTE: APEJE, 2005.

A análise da morfologia do passeio público de 1844 revela que Vauthier localizou o passeio público ao longo de duas vias de grande circulação na época: a primeira era o Rio Capibaribe e a segunda era uma das estradas ou linhas de força⁷ da cidade, formada pela continuidade da Estrada Luis do Rego⁸ (atual Av. Cruz Cabugá) em direção à Rua do Hospício. Isso demonstra, possivelmente, uma preocupação em facilitar o acesso das pessoas a esse espaço

⁷ Linhas de força consistiam em eixos de ligação com as outras partes da cidade, sendo ainda elementos estruturadores da configuração interna do bairro, pois elas eram ponto de partida de outros caminhos direcionando a sua ocupação (Pontual in Pontual e Sá Carneiro, 2005).

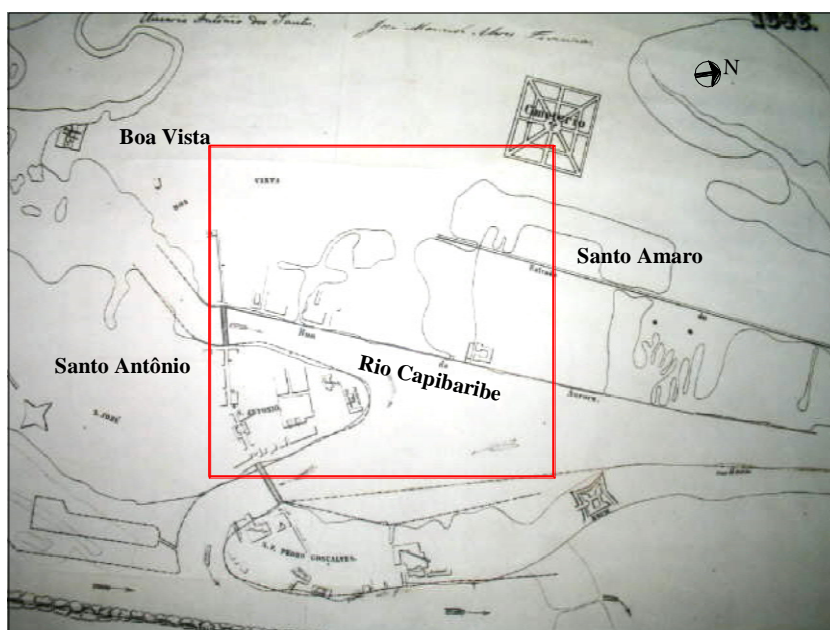
⁸ Tendo sua construção iniciada em 1817, também ficou conhecida como estrada de Olinda, pois ligava o Recife a Olinda (Costa, 1983).

livre público, considerado benéfico ao convívio social, à salubridade urbana e, conseqüentemente, a modernização do Recife almejada pelo Conde da Boa Vista.

Vauthier idealizou a implantação do Passeio Público em um sítio com cerca de 6.0 ha, segundo cálculos realizados na presente pesquisa, e formato retangular entre as atuais ruas: da Aurora, João Lira, do Hospício e av. Mario Melo, ocupando as quadras onde hoje se encontram o Colégio Sílvio Rabelo, a Biblioteca Pública Estadual, a Escola Primária Ana Rosa Falcão e um prédio da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.

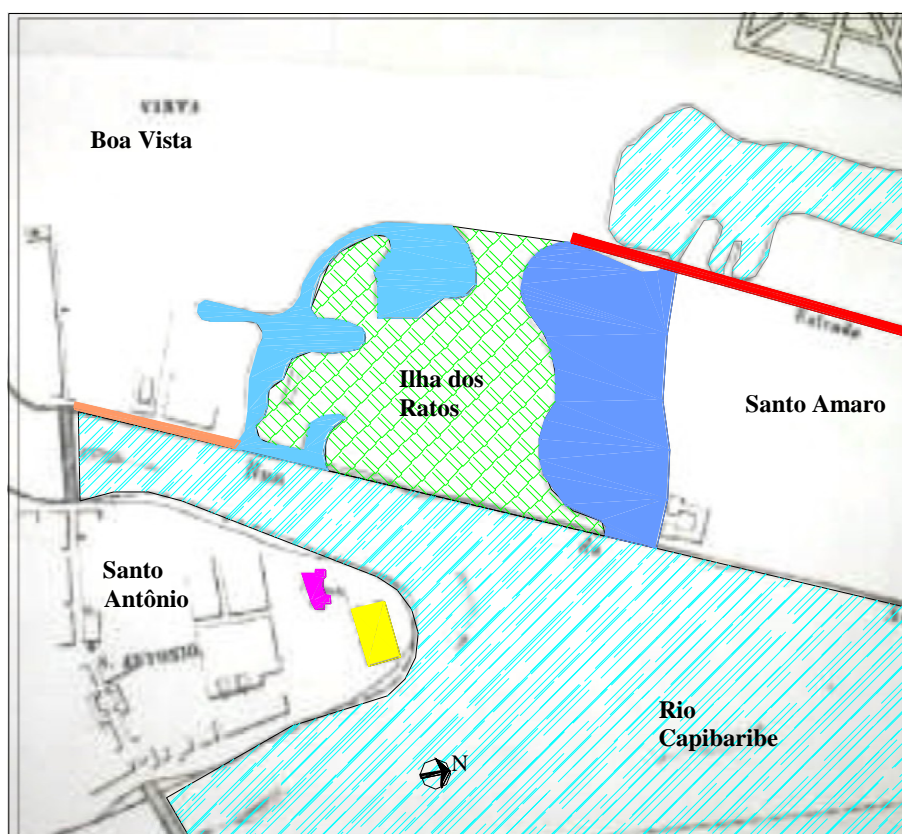
Esse sítio do passeio público era ambiente de baixo estuário, caracterizado pela intensa troca entre as águas do rio e do mar, pela presença de solos alagados, inundáveis e pela vegetação de mangue e campo de várzea (Vasconcelos e Bezerra, 2000). Nesse sentido, a “Planta da Cidade do Recife em 1843” (II.04), encontrada no Museu da Cidade do Recife, contribuiu para melhor compreender essa vasta área alagada, que impedia a junção dos bairros da Boa Vista e Santo Amaro, através de um percurso contínuo pela Rua da Aurora, às margens do Rio Capibaribe. Essa rua teve construído em 1840, segundo o historiador Vanildo Bezerra Cavalcanti (1977), seu trecho, entre a atual Avenida Conde da Boa Vista e a Rua do Riachuelo:

“Neste ponto parou o crescimento da rua por algum tempo. Uma camboa ai desaguava e vinha em linha reta da Rua do Hospício, onde dobrava em ângulo reto na direção norte, indo terminar numa outra que existia em toda a extensão da atual Avenida Mario Melo, formando assim uma ilha(...) ‘Ilha Tomás Cock’ e depois Ilha dos Ratos” (Cavalcanti, 1977, p. 238).



II.04. Planta da cidade do Recife e Arredores em 1843. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005.

A “Ilha dos Ratos” (II.05), uma das denominações da área destinada ao passeio público, era assim conhecida provavelmente por que nas marés cheias, ela era inundada pelas águas do Rio Capibaribe, que traziam para o local os animais mortos e sujeiras, nelas despejadas pelos cidadãos. Com a baixa da maré esse lixo ficava putrefando ao sol, atraindo ratos e outros animais repulsivos. (Cavalcanti, 1999, p. 70).



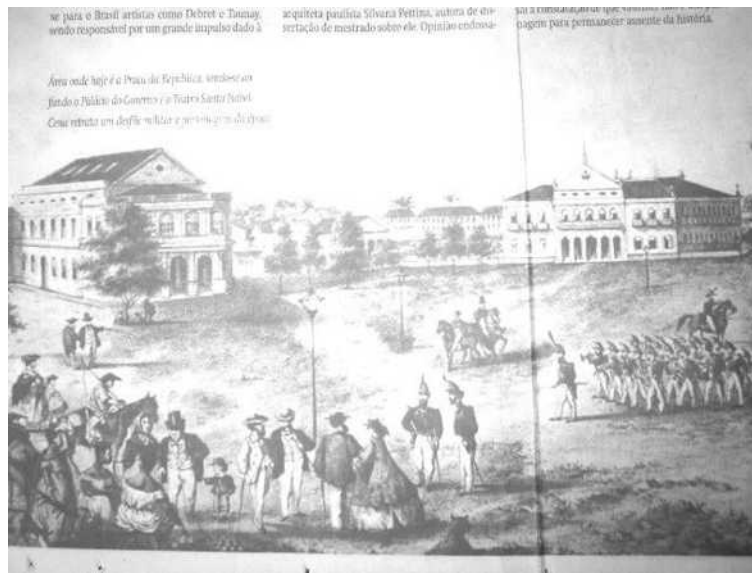
- Ilha dos Ratos
- Alagado onde Vauthier localizou o passeio publico
- Alagado onde foi localizado o canal da Rua do Riachuelo
- Palacio do Governo
- Teatro Santa Isabel
- Rua da Aurora
- Eixo formado pela atual Av. Cruz Cabuga e R. do Hospicio
- Rio Capibaribe

II.05 Recorte e aproximação dado sobre a Planta da Cidade do Recife em 1843, onde se verifica a presença dos alagados formando a “Ilha dos Ratos”, mencionada por Cavalcanti (1977). Nota-se ainda a ausência da Ponte Santa Isabel que foi construída em 1862. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005.

Associando a citação de Cavalcanti (1977) com as plantas apresentadas, percebe-se que a intenção de Vauthier era aterrar a área do maior alagado que se formava em um dos lados dessa “ilha”, possibilitando a passagem do bairro da Boa Vista para Santo Amaro por terras secas. Assim, o problema posto pelo contexto existente naquela época teve como uma das soluções propostas por Vauthier, a construção de passeio público naquele sítio. Como foi visto na aproximação dada sobre a “Planta de Arruamentos de Santo Amaro” (II.03), além do aterro das áreas molhadas, o engenheiro propôs o desvio da canalização existente, que deveria obedecer à direção indicada na planta, ou seja, no sentido Rua do Hospício/ Rio Capibaribe, em uma linha reta paralela ao passeio público, exatamente, onde hoje se localiza a Avenida Mario Melo.

Vauthier também revelou preocupação com a expansão da cidade e articulação de seus espaços urbanos, quando buscou ligar o bairro da Boa Vista, nas imediações do passeio público, com o bairro de Santo Antônio. Para tanto, em 1845, ele propôs a construção de uma ponte pênsil, a atual Ponte Santa Isabel, que só foi executada duas décadas depois (Pettinati, 2000). Essa integração era importante, porque na porção do bairro de Santo Antônio, próxima ao passeio público proposto e localizado no outro lado do Rio Capibaribe, dois edifícios notáveis foram situados e construídos durante a gestão do Conde da Boa Vista: o Palácio do Governo, inaugurado em 1841, sendo obra do engenheiro militar Moraes Âncora; e o Teatro Santa Isabel, inaugurado em 1850, outra importante obra de Vauthier (II. 05 e 06). A respeito desses fatos explica Cavalcanti (1997):

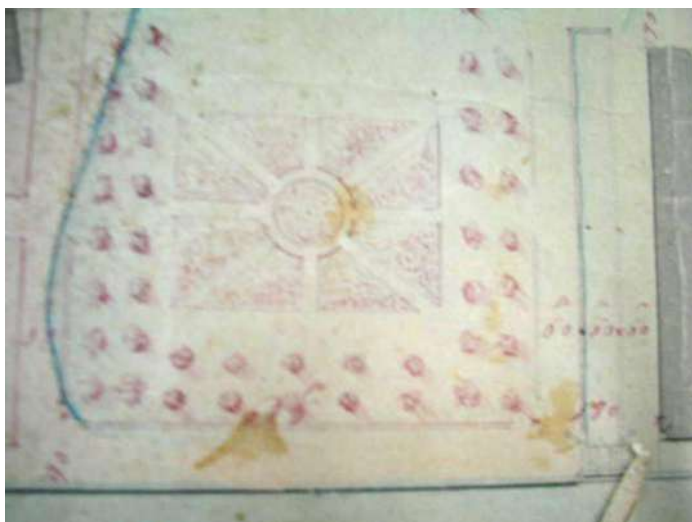
“A expansão da cidade com o aterro da Boa Vista, onde se destacava os efetuados entre as ruas do Hospício e a da Aurora, principalmente a chamada ‘Ilha dos Ratos’, depois tomando o pomposo título de ‘Passeio Público 13 de Maio’, começou a exigir novos pontos de comunicação entre as ilhas e o ‘continente’. As zonas setentrionais de Santo Antônio e sobretudo da Boa Vista, progrediam em boa marcha, pois só de um lado estavam o Palácio do Governo, o ‘Teatro Novo’ (depois Santa Isabel), fazendo seus freqüentadores usarem o perigoso e incomodo transporte de canoas (...) do outro, isto é, na Rua da Aurora e Rua Princesa Isabel, se encontravam o Instituto Benjamim Constant (hoje Colégio Estadual de Pernambuco), as casas da nobreza pernambucana, (...) ia-se fazer a ‘Casa da Câmara’ (hoje Assembléia Legislativa), e a estação da Estrada de Ferro de Olinda, etc.” (Cavalcanti, 1977, p. 140).



II.06 O Palácio do Governo e o Teatro Santa Isabel obras do Conde da Boa Vista. Desfile militar na área onde hoje é a Praça da República. FONTE: Ferrez, 1956.

Analisando morfologicamente o passeio público de Vauthier (II.03), através do método da aproximação das escalas, pode-se notar como foram articulados três elementos definidores de seu traçado: a vegetação, a água e os eixos propostos. Verifica-se, contornando o passeio público, a presença de filas duplas de árvores, o que resguardava o usuário, dificultando a visualização do espaço urbano e possibilitando a idéia de campo, de espaço bucólico, onde as pessoas iam descansar em meio a natureza. Em se tratando do elemento água, é possível que a situação do passeio público, às margens do Rio Capibaribe, tenha tornado irrelevante a utilização de artifícios aquáticos como fontes e lagos.

Os eixos propostos nesse passeio público indicavam as principais características da escola paisagística francesa que eram, segundo os estudos de Laurie (1983, p. 46-49): a simetria, as vistas ao exterior limitadas às possibilidades do passeio e a escala monumental (II.07). Desse modo, em cada lado do passeio público, destacando sua simetria, foram colocados dois grandes canteiros entrecortados com eixos ortogonais, que possibilitavam a formação de mais de um percurso pelo usuário daquele espaço livre público, que se distrairia com a variação de cenário, escapando da monotonia. Nesse sentido, observa-se ao centro do passeio público, um grande espaço vazio, sem eixos de circulação definidos, permitindo que o fluxo ocorresse em todas as direções. Esse espaço vazio, segundo o Duque d'Harcourt (2005): *“é talvez o elemento mais importante dos jardins e dos parques, é uma expressão do invisível um centro em torno do qual tudo se organiza”* (Harcourt apud Delphim, 2005, p. 55).



II.07 Detalhe de uma das extremidades do passeio público de Vauthier, demonstrando as características do jardim francês: simetria, axialidade, vistas limitadas ao exterior. FONTE: APEJE, 2005.

Esse passeio público proposto pelo engenheiro francês não foi executado naquele momento, apesar de estar relacionado à formação do Recife moderno, conforme afirma Pontual (2005, p. 34): “*de particular importância para o Recife foram as práticas efetivadas por Vauthier*”. Todavia, caracterizando a modernização buscada pelo Conde da Boa Vista para a cidade, assim como a Ponte Santa Isabel, o passeio público pôde geminar posteriormente, em projetos mais completos. Nesse sentido, Rezende afirma (2002, p. 80): “*O governo de Rego Barros não conseguiu concretizar todos os seus planos, mas efetivamente deu novos ares ao Recife, lembrou os tempos de Nassau*”.

2.2 O “Projeto do Passeio Público” de Matineau em 1860

Diferentes fatores impediram que o Conde da Boa Vista concretizasse todos os seus planos. Pettinati (2000, p. 49) dá indícios de um deles; o panorama econômico em Pernambuco, que vivia um déficit em sua renda devido a má colheita do algodão e a baixa cotação do açúcar da província. Nessa perspectiva, outro esclarecimento é acrescido por Rezende (2002, p. 82): “*O governo de Rego Barros tinha seus combativos adversários*”, que defendiam o uso do dinheiro público para resolver problemas mais urgentes em Pernambuco, como saúde e educação, em lugar das obras de modernização urbana.

Por isso, talvez, alguns projetos de Vauthier não tenham sido executados, ou seja, por falta de recursos financeiros ou por não serem considerados de extrema necessidade, ou simplesmente por estarem relacionados com o governo das oligarquias pernambucanas. Esse quadro das dificuldades enfrentadas por Vauthier se agravou quando, em 1844, o Conde da Boa Vista deixou a presidência da província, que passou a ser exercida por Joaquim Marcelino de Brito. Assim sendo, explica Flávio Guerra (1978):

“O exato foi que, com a saída de Rego Barros, os recursos para o Recife e suas obras, iniciadas e não concluídas, foram se reduzindo. Os técnicos franceses e os operários alemães e de outras procedências européias se desligando da máquina provincial e passando a trabalhar por conta própria, o dinamismo e progresso sumindo” (Guerra, 1978, p. 286).

Politicamente, no período das administrações subseqüentes a do Conde da Boa Vista, instalou-se no Recife *“um clima de guerra”* (Rezende, 2002, p. 83), que culminou com a Revolução Praieira em 1848. Antes disso, em 1846, o engenheiro francês entrega seu cargo de diretor da Repartição de Obras Públicas e retorna a Paris (Diário de Pernambuco, 13/10/2005). No entanto, deixa os seus projetos de melhoramento e embelezamento da cidade, como o passeio público, gerando em muitos recifenses o desejo de vê-los construídos.

A aspiração pela construção de um passeio público pode ser observada no editorial do *Jornal do Recife* datado de 1859, escrito por Soares D’Azevedo e intitulado *“Um Passeio Público no Recife”*. Nesse texto, Azevedo celebrava o esplendor da iluminação a gás hidrogênio recém instalada na cidade, em lugar *“da luz amortecida do carrapato”*, e solicitava que a este prazer oferecido pela indústria moderna, fosse acrescido a construção de um Passeio Público, descrito como: *“outra fruição civilizadora, que nos convide a passear de dia, e que tão comum é hoje em cidades muito menos importantes que a do Recife: queremos falar d’um Passeio Público”* (D’Azevedo, 1978, p. 85).

A citação acima revela que, naquele momento, muitas cidades já contavam com um passeio público, isto é, com um parque, pois as sociedades modernas, segundo o autor, não necessitavam apenas do alimento para viver, mas também de convívio social e de outros deleites ligados à natureza, como respirar ar puro, e à arte através da visualização de belas paisagens. Esses prazeres eram as vantagens da vida civilizada, entretanto, os recifenses não as conheciam, pois não havia em Recife um passeio público, isto é, um espaço livre público onde os cidadãos

(comerciantes, artistas, intelectuais, pobres operários) pudessem não só se restabelecer do cansaço advindo das atividades cotidianas, mas também acrescentar elegância aos seus costumes (D’Azevedo, 1978, p. 85-86).

Assim, no intuito de convencer a Câmara Municipal do Recife a atender sua solicitação, D’Azevedo (1978) apoiava-se no fato de que as principais cidades do mundo civilizado possuíam passeios públicos e, fortalecendo sua intenção, satirizava com a esplanada do Cais do Colégio (II.08), atual Praça 1817, “*que havia se tornado bem mais ampla com a construção do cais*” (Mesquita, 1998, p. 19) e, naquela época, era chamada de Passeio Público:

“Não tenha somente o Rio de Janeiro o seu Passeio, Londres o seu St. James, Paris as suas Tuilherias, Madrid o seu Prado, Roma a sua Villa Borghesa, Florença o seu Boboli, Veneza o seu Lido; tenha também a Veneza da América, o nosso Pernambuco, o seu jardim de delicias, que tantas proporções tem para o ter, e derramem-se por ele em ondas moços e velhos - as nossas sedutoras damas, principalmente, até hoje encerradas em suas escuras habitações e reduzidas a percorrer de noite as tortuosas ruas da cidade ou os dois dedos de esplanada do Cais do Colégio, alias de um proveito relativo, mas a que por epigrama somente se dá o nome de Passeio Público (D’Azevedo, 1978, p. 87).



II.08 Esplanada do Cais do Colégio que, segundo Soares d’Azevedo, somente por epigrama poderia se chamar passeio público. Sobre o mesmo esclarece Mesquita (1998, p. 20): “*Passeio Público anteriormente chamado de pátio do Colégio, atual praça 1817, converteu-se num ponto de encontro social, no século passado, numa visão de Schlappriz*”. FONTE: Mesquita, 1998.

Possivelmente, ao escrever esse editorial em junho de 1959, Azevedo estava aproveitando o ensejo da visita de D. Pedro II ao Recife, em novembro daquele mesmo ano. Nessa época, entusiasmados com os melhoramentos que o Imperador poderia trazer para a cidade, muitos cidadãos, a exemplo de Azevedo, enviaram sugestões nesse sentido para as

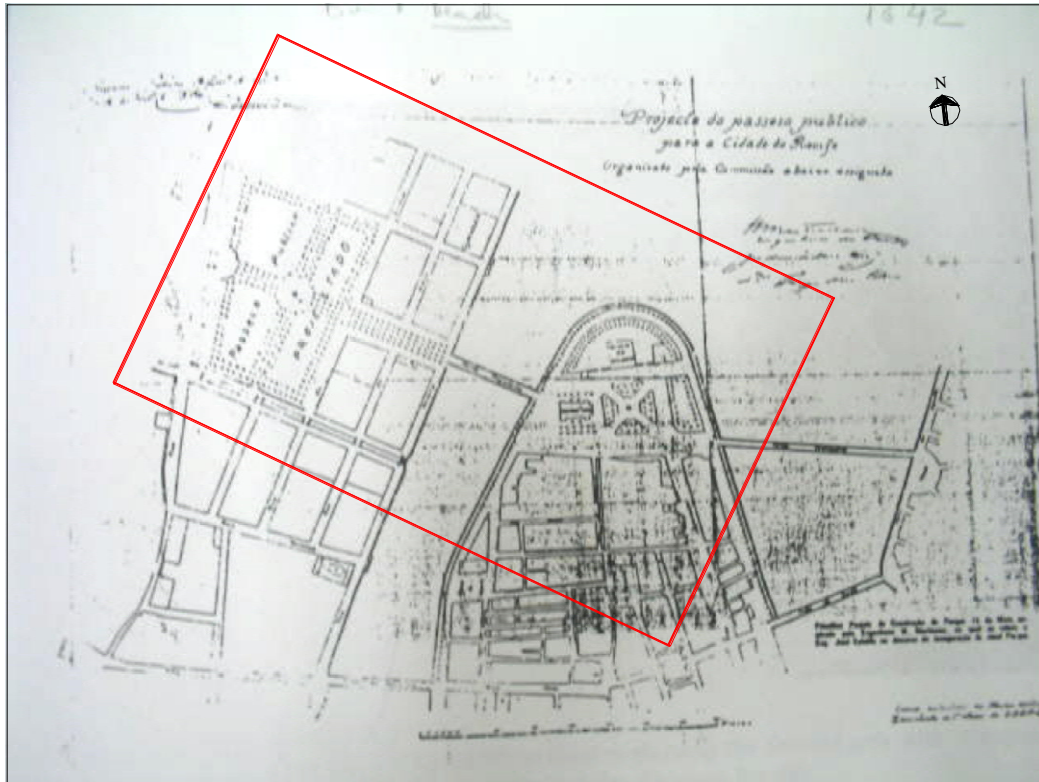
autoridades locais. De acordo com Gouvêa: *“o Imperador D. Pedro II estaria pela 1ª vez no Recife, apontada na Corte como uma cidade revolucionária e até separatista”* (Gouvêa, 1990, p. 120). Com isso, percebe-se que o Imperador, por sua vez, também tinha seus próprios interesses ao visitar o Recife, entre eles: minimizar a fragilidade política da monarquia e os conflitos sociais nas províncias do Norte, particularmente, em Pernambuco.

Nesse período, a vida nessa cidade ainda se concentrava, especialmente, nos seus quatro bairros: do Recife, de Santo Antônio, de São José e da Boa Vista. Os dois primeiros bairros se destacavam pelo intenso comércio, já o bairro da Boa Vista, construído sobre aterros, se sobressaía pelas belas residências. Por sua vez, com a democratização dos subúrbios e avanço em termos de transportes, os arrabaldes do Recife também se expandiam. Nesse sentido, Evaldo Cabral de Mello (1992) explica que um dos motivos de muita gente naquela época desejar sair para o campo nos domingos e dias santos, em qualquer estação do ano, era a falta de um passeio público no centro urbano. (Mello, 1992, p. 198).

O Recife, em 1859, era a terceira cidade do Brasil em importância, contando com uma população crescente de, aproximadamente, 60 mil habitantes, apesar das diversas epidemias e de conviver *“com os problemas que se arrastavam desde os primeiros tempos de sua história (...), precisava com urgência modernizar os equipamentos e as instalações do porto. Não possuía sistema de água encanada e nem de esgoto”* (Rezende, 2002, p. 86).

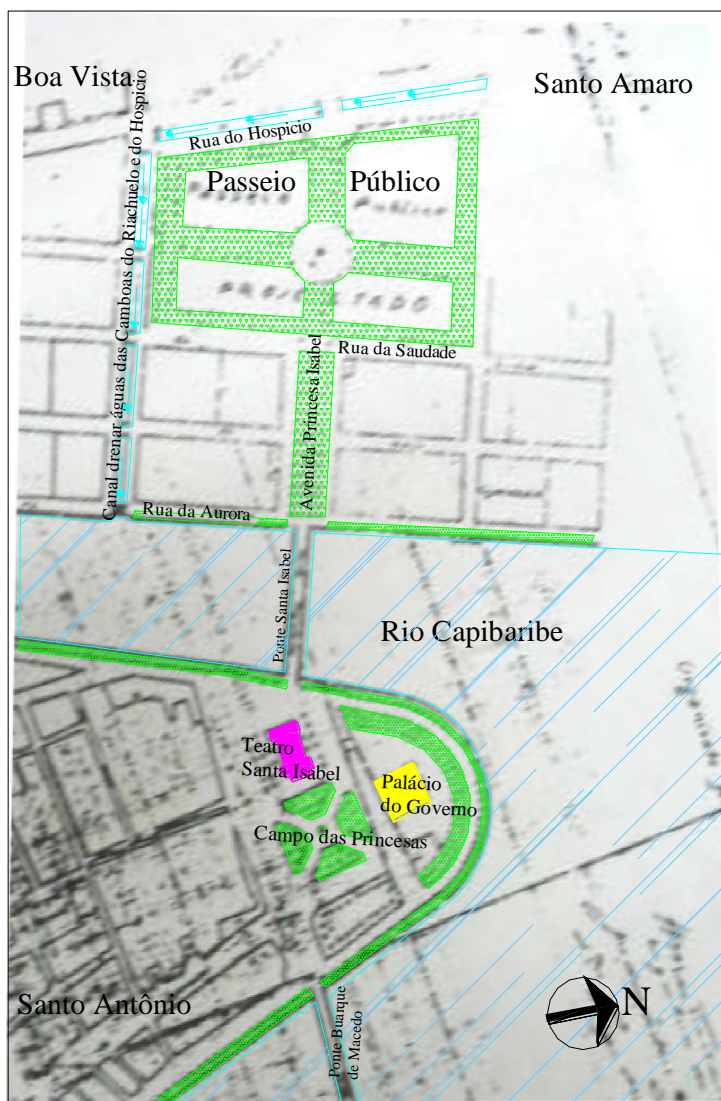
Desse modo, a chegada de D. Pedro II trazia esperanças de que *“afinal, viriam o melhoramento do porto, o prédio da Faculdade de Direito e outras medidas de alcance social”* (Gouvêa, 1990, p. 131), para a cidade do Recife, que se mobilizou para recepcionar o Imperador do Brasil. Sobre o acontecimento informava o anúncio do Diário de Pernambuco de 17/08/1859: *“Pernambuco também se prepara ativamente para receber os augustos hóspedes”*.

O fato dessa visita do Imperador parece estar relacionada com o “Projeto do Passeio Público para a cidade do Recife” de 1860, assinado pelo engenheiro inglês William Martineau (II. 09). Esse projeto foi encontrado na tese *“The relationship between urban park design, functions and uses. A case study in Recife, Brazil”* de Ribeiro (1996) e constitui o momento mais propulsor do processo de criação do Parque 13 de Maio, iniciado com Vauthier em 1844 e finalizado em 1939, com a execução e inauguração do projeto de Domingos Ferreira.



II.09 “Projeto de passeio público para a cidade de Recife”, datado de 1860, autoria de Martineau. Esse foi o primeiro projeto que buscou articular os espaços livres públicos do Recife, utilizando a vegetação como elemento integrador. FONTE: Ribeiro, 1996.

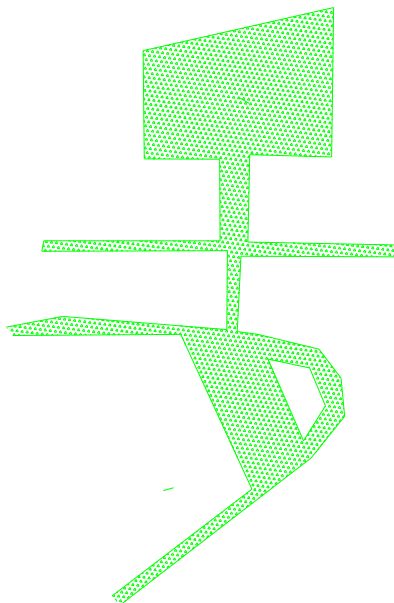
Na inauguração do Parque 13 de Maio em 1939, o engenheiro José Estelita discursou, fazendo referência ao projeto do Passeio Público de Martineau de 1860 e afirmando que a maior característica desse empreendimento era: *“a grande dimensão do espaço a ser embelezado com jardins e alamedas e o excesso de arborização utilizada nesse sentido”* (Diário de Pernambuco, 01/09/1939). No referido projeto, segundo José Estelita em seu discurso inaugural, a vegetação foi utilizada por Martineau como elemento estético e de sinalização dos espaços de estar e circulação, nas áreas do Passeio Público e da Avenida Princesa Isabel, se estendendo pela alameda construída por trás do Palácio do Governo, que contorna a ponta da Ilha do bairro de Santo Antônio, e ainda ligando as duas atuais pontes Santa Isabel e Buarque de Macedo (II.10).



II.10 Recorte e aproximação dada sobre o “Projeto de Passeio Público para a cidade de Recife” de 1860, para melhor compreensão das palavras de José Estelita no discurso de inauguração do Parque 13 de Maio em 1939. FONTE: Ribeiro, 1996.

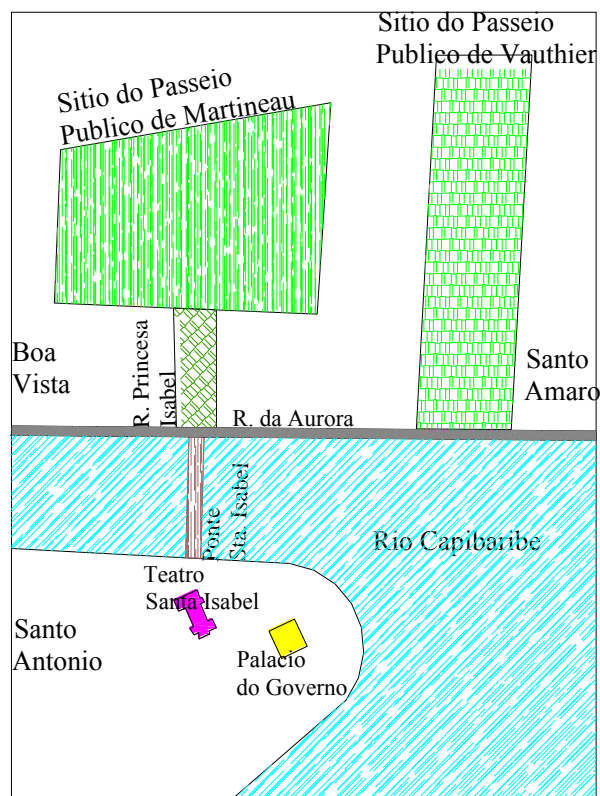
Também pode ser visto no projeto em questão, que o sítio indicado por Martineau para a implantação do Passeio Público propriamente dito possuía forma de um trapézio com cerca de 7.7 ha, segundo cálculos realizados por esta pesquisa, ocupando inclusive a área onde, desde 1912, está situada a Faculdade de Direito, e apresentando como fronteiras as atuais ruas: do Hospício, do Riachuelo, da Saudade até o cruzamento desta última com a Mamede Simões. O conjunto dos espaços públicos propostos, no entanto, contando com a área ajardinada no bairro de Santo Antônio, abrangia um total de aproximadamente 15 ha, conforme medições do presente trabalho (II. 11). Essa articulação entre as áreas verdes de diferentes escalas interligadas por

grandes avenidas arborizadas demonstra a preocupação do engenheiro inglês com a estética urbana, ou seja, com o embelezamento e saneamento do Recife.



II.11 Área do Projeto de Martineau em 1860 contando 15 hectares. FONTE: Cândida Freitas, 2005.

A análise do projeto de Martineau mostra que o seu Passeio Público ficava nas imediações do proposto anteriormente por Vauthier. Portanto, também era caracterizado pelos pântanos, solos alagados e vegetação de mangue e de campo de várzea (II.12). Para tornar essas terras úteis, Martineau também optou pelos aterros das áreas molhadas, mas adotou uma solução diferente para a canalização das águas da Câmboa do Hospício, que seriam desviadas e despejadas no Rio Capibaribe, na mediação do cais da Rua da Aurora, através de um canal que partia da Rua do Hospício em direção à do Riachuelo, contornando o Passeio Público, conforme verifica-se no seu projeto (II.10).



II.12 Croqui com a situação do Passeio Público de Martineau e de Vauthier. FONTE: Cândida Freitas, 2006.

De acordo com Sá Carneiro (1997, p. 20), esse Passeio Público apresentava um estilo geométrico, sendo dividido em quatro áreas de estar, jardins retangulares, através de avenidas arborizadas que se cruzavam numa grande “praça” central circular (II.10). Nessa proposta, acentuam-se elementos do traçado da escola paisagística francesa, com eixos ortogonais que conduzem a um ponto principal e com um eixo central nítido, levando às edificações a serem ressaltadas - no caso em estudo, o Palácio do Governo e o Teatro Santa Isabel.

Com isso, se evidencia nesse projeto a intenção do autor em criar uma perfeita unidade entre as áreas do futuro Passeio Público e do Jardim do Campo das Princesas (atual Praça da República), apesar da separação imposta pela existência do Rio Capibaribe, situado entre eles. Para tanto, Martineau propôs um eixo verde, que possibilitaria a articulação entre os dois expressivos espaços públicos (II.10), iniciando na atual Avenida Princesa Isabel, demarcada por 4 linhas de árvores ao longo dos seus 50 metros, e seguindo pela atual Ponte Santa Isabel, inaugurada em 1862. As fileiras de árvores se estendiam tanto na rua da Aurora, em um dos lados do Rio Capibaribe, como no outro, na Rua do Sol.

Assim, observa-se que Martineau se respaldou no entorno preexistente, onde havia o palácio, o teatro, o rio e a ilha; e nas características do estilo francês que, naquele momento, tinha como grande exemplo no Brasil; o Passeio Público⁹ elaborado pelo Mestre Valetim no Rio de Janeiro, capital do Império. Nessa perspectiva, Lamas (1993) afirma: *“O processo criativo utiliza sempre, a preexistência como apoio e elemento condicionador da forma arquitetônica”* (Lamas, 1993, p. 64).

A análise morfológica do Projeto de Martineau revela que essa proposta foi um grande avanço para a época. Pois, além da criação de um passeio público, havia a preocupação de sua articulação através de vegetação com outros espaços públicos existentes e próximos - o Campo das Princesas, as ruas da Aurora, do Sol e atual av. Martins de Barros, todas situadas nas margens do rio Capibaribe (II.10). Tudo isso demonstrava o intuito do engenheiro no sentido de valorizar a beleza e unidade do conjunto arquitetônico.

Segundo a Prof.^a Ana Rita de Sá Carneiro, em aula ministrada durante o desenvolvimento dessa pesquisa na UFPE: *“o projeto de Martineau merece destaque porque foi a primeira expressão de articulação dos espaços livres públicos do Recife, influenciando futuras propostas nesse sentido, como por exemplo o Parque do Derby, que deu surgimento ao bairro de mesmo nome em 1925* (Sá Carneiro, 2006). Apesar de sua importância, o “Projeto de um Passeio Público para o Recife” de Martineau não foi executado, assim como a proposta de Vauthier décadas antes.

2.3 O parque na “Planta da Cidade do Recife e Arredores” de 1875

Com propostas elaboradas pelos competentes engenheiros estrangeiros, Vauthier e Martineau, mas sem se concretizar de fato na cidade do Recife, o Parque 13 de Maio, então Passeio Público, alcança os idos de 1875. Essa afirmação, pode ser comprovada, inicialmente, através do registro¹⁰ do discurso do Desembargador Henrique Pereira de Lucena, na abertura da Assembléia Provincial, em 01 de março de 1875, quando menciona onde se localizaria o passeio público e as despesas realizadas com essa obra:

⁹ Somente em 1862, esse espaço público fluminense foi reformado por Glaziou, seguindo uma nova tendência nas principais cidades, o estilo inglês, com linhas sinuosas no seu traçado.

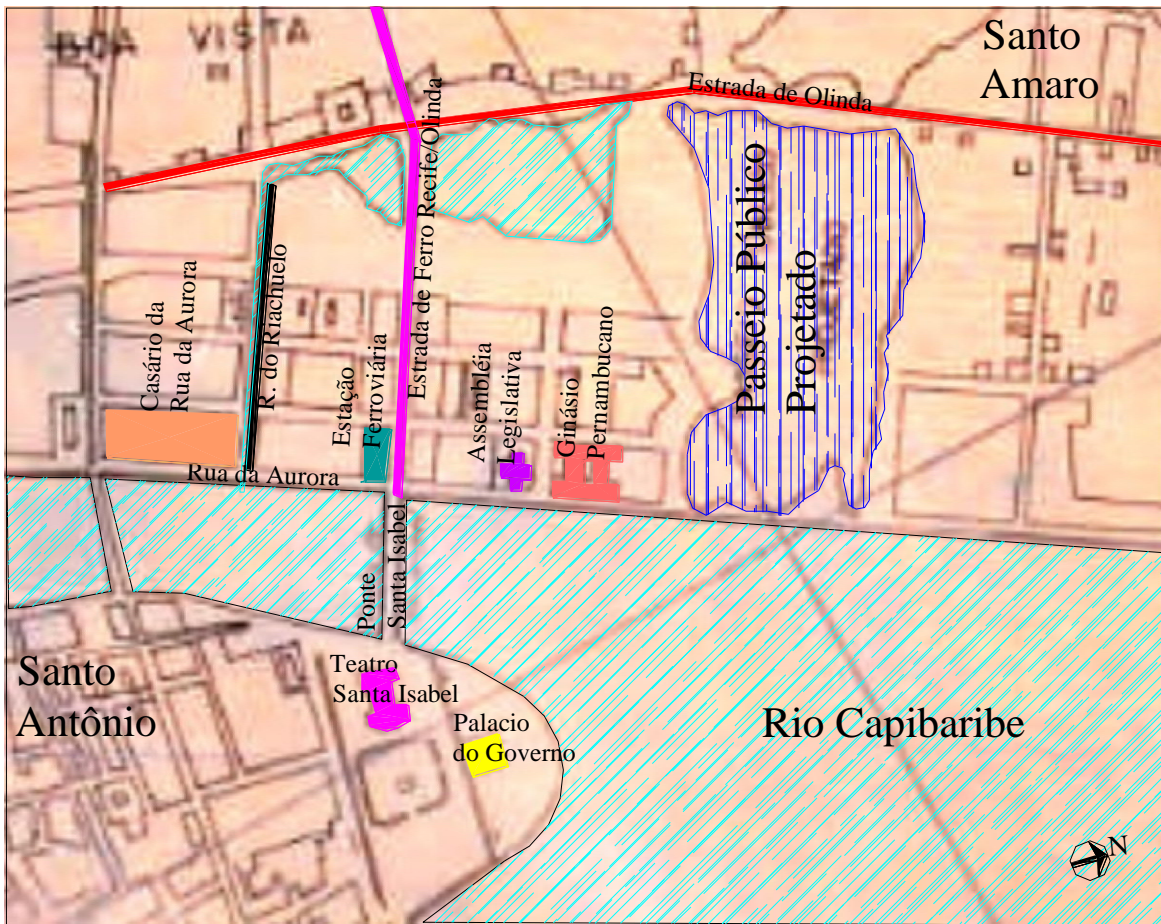
¹⁰ Registro esse encontrado no Arquivo Público do Estado.

“O terreno destinado para esse passeio acha-se situado em seguimento ao Gymnásio Provincial entre o cais da Rua da Aurora e a estrada do norte (de Olinda). Muito lentamente tem marchado o serviço de aterro desse terreno, que é feito com as areias retiradas do porto e para ali transportadas por um pequeno número de canoas. Durante o ano findo nenhuma despesa se fez com esse serviço” (Fala do Desembargador Henrique Pereira de Lucena, 01/03/1875).

Além desse discurso, a “Planta da Cidade do Recife de 1875” (II.13), encontrada no acervo do Museu da Cidade do Recife, também contribuiu para demonstrar que, naquele ano, o passeio público recifense continuava sendo uma proposta que não se materializara efetivamente. Assim, em tal cartografia, verifica-se uma alusão de um “passeio público projetado”, escrita sobre um espaço vazio, exatamente, ao lado do prédio do Ginásio Pernambucano, como havia mencionado o Desembargador naquele mesmo ano (II.14).



II.13 “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1875. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005.



II.14 Recorte e aproximação dado sobre a “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1875, onde se verifica que o passeio público apesar de ser uma aspiração dos recifenses, ainda não havia sido construído. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

A análise de tal planta de 1875 (II.14) revela que o sítio destinado à implantação do “passeio público projetado” era o mesmo indicado por Vauthier em 1844. Esse sítio ainda era uma grande área vazia e alagada, onde havia o predomínio do elemento natural. Nela, o “passeio público projetado” poderia apresentar a forma do retângulo regular, proposto pelo engenheiro francês visando a modernização do Recife, pois possuía cerca de 6.0 ha, os quais estavam distribuídos próximos a dois eixos de circulação já consolidados nesse período e ainda hoje, significativos para a capital pernambucana, são eles:

1º- *a Estrada de Ferro de Recife a Olinda* (no sentido transversal ao rio Capibaribe) - eixo formado pelas atuais Rua Princesa Isabel e Rua do Príncipe, localizado a sudoeste do “passeio público projetado”;

2º- a Estrada de Olinda ou de Luís do Rego¹¹ (no sentido longitudinal do rio Capibaribe) - onde hoje se encontra a Av. Cruz Cabugá seguindo pela Rua do Hospício. No lado oposto a este eixo, o “passeio público projetado” era limitado pela Rua da Aurora nas margens do rio Capibaribe, antiga grande via de circulação do Recife.

A planta de 1875 indica, também, que o eixo formado pela Estrada de Ferro Recife/Olinda tinha sua continuidade através da Ponte Santa Isabel, principal responsável pela articulação da área, onde estava situado o “passeio público projetado” e seu entorno, com os bairros comerciais da cidade, sendo eles: Santo Antônio e bairro do Recife. Desse modo, percebe-se que esses eixos viários, localizados no entorno do sítio destinado ao passeio público, possibilitava o fluxo não somente dos pedestres, mas também dos bondes de tração animal, o que significava facilidade de acesso ao futuro espaço livre público de recreação.

No entorno desse sítio havia também o canal do Riachuelo na porção sudoeste da “Ilha dos Ratos” que, segundo Cavalcanti (1999, p. 70), foi aterrado em 1880 (II.13). Esse canal era composto: pelas águas sujas, pelos “tigres” (isto é, pelo barris onde os materiais fecais das casas eram depositados), e por “*outras imundícies ali jogadas pela população. Tudo isso servia para contaminar a atmosfera com suas exalações e colocar os moradores daquela desgraçada vizinhança a tormentos, especialmente quando a maré baixava*” (Relatório do Inspector de Saúde Pública, 27/11/1878). Essas condições de higiene precárias, agravadas pela falta de saneamento, causaram muitas epidemias no Recife (Rezende, 2002, p. 87).

Voltando à planta de 1875, verifica-se ainda a existência de uma malha urbana retangular e ortogonal, que se consolidava a sudoeste do sítio destinado ao “passeio público projetado”, no sentido da Boa Vista, nesse período um bairro residencial em expansão. Assim, nessas imediações, destacava-se as edificações do Ginásio Pernambucano, da atual Assembléia Legislativa (II.15 e 16), além da Repartição do Saneamento (hoje, COMPESA), da Estação de Ferro e os sobrados da Rua da Aurora, entre esses estava a residência do Conde da Boa Vista e a sede do Clube Internacional. Esse conjunto arquitetônico nos arredores do sítio reservado ao passeio público valorizava o mesmo e confirmava seu caráter de espaço estruturador do centro da cidade do Recife. Conforme comprova a citação de Parahym (1977):

“Dois edifícios públicos de grande destaque, não somente para a rua (da Aurora), mas para a própria cidade, foram ali edificadas. O primeiro, em 1855, é o Ginásio Pernambucano, este magnífico

¹¹ Essa Estrada teve sua construção iniciada em 1817, portanto em 1876 já se encontrava consolidada (Costa, 1983).

educandário, responsável pelo melhor das gerações pernambucanas e nordestinas depois do seu aparecimento. A ele veio se juntar a repartição do Saneamento. (...) O segundo edifício que ressaltamos, foi a Câmara dos Deputados, surgindo muito depois que o primeiro e ocupando sozinho o quinto quarteirão. O quarto trecho, ou seja, as casas que partem da rua Princesa Isabel, foram edificadas, contemporaneamente à ponte, em 1862. De frente, isto é, no terceiro quarteirão, esquina com a Princesa Isabel, ficava a Estação da Rua da Aurora, da 'Trilhos Urbanos de Recife, Olinda e Beberibe', inaugurada em 1873" (Parahym, 1977, p. 239).



II.15 Foto antiga dos prédios destacados por Parahym (1977): a Assembléia Legislativa, o Ginásio Pernambucano e ainda o prédio da Repartição de Saneamento, às margens do rio Capibaribe. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.



II.16 Aspecto do entorno do sítio do “passeio público projetado” em 1878, onde se destaca a Ponte Santa Isabel e a da Rua da Aurora ao fundo. FONTE: Atlas Ambiental do Recife, 2000.

Ainda tratando sobre o entorno do sítio do “passeio público projetado”, observa-se que na direção de Santo Amaro, praticamente, não havia malha urbana, os terrenos pantanosos, alagados

e mangues continuavam desocupados, destacando-se apenas a Fundação d'Aurora e o Cemitério de Santo Amaro, ambos contribuindo para aumentar a movimentação dos cidadãos naquela área e o significado da mesma para a cidade.

Desse modo, percebe-se que havia cotidianamente no entorno do sítio do “passeio público projetado” a circulação de estudantes, políticos, proprietários de terras, esportistas, bem como operários e indivíduos indo aos sepultamentos. Esse grande fluxo de pessoas fortalecia entre os recifenses o desejo pela construção de um grande espaço livre público que, além de embelezar, sanear e modernizar aquela área do Recife, iria possibilitar o descanso contemplando a natureza, o encontro e o convívio social.

2.4 O “Projeto de Arruamento do Jardim 13 de Maio” de 1899

Para muitos recifenses que tinham como meta a modernização, o saneamento e o embelezamento da cidade, princípios que marcaram a transição entre os séculos XIX e XX (Lubambo, 1991), a concretização de um passeio público, nas imediações de eixos viários estruturadores da cidade e de importantes edifícios públicos e privados, tornou-se uma aspiração a ser atendida. Esse sentimento era fortalecido pela expansão do bairro da Boa Vista, pois possibilitaria recreação aos seus moradores, e pela necessidade de saneamento, aterrando aquele imenso alagado foco de mosquito transmissores de doenças, existente no bairro de Santo Amaro, e drenando a Camboa do Hospício através de um canal na direção do Rio Capibaribe (Parahym, 1978). Dessa maneira, o passeio público era uma intervenção urbana ligada ao *“higienismo, movimento que resultou da preocupação das elites com as epidemias e a falta de salubridade na cidade”* (Almeida, 2001, p. 70).

Assim, em 1888, no governo do Desembargador Oliveira de Andrade realizou-se na Associação Comercial do Estado, localizada na Rua do Hospício, uma reunião com a participação de membros da sociedade local e do poder público, visando dar início a construção do passeio público, então chamado jardim público, há muito tempo proposto para a cidade do Recife. Sobre esse assunto, o Diário de Pernambuco publicou um artigo no final de 1888, celebrando esse primeiro passo dado pelos recifenses para contar com um melhoramento urbano dessa relevância, usando os seguintes termos:

“A cidade do Recife, a nossa risonha capital, uma das mais belas e populosas do Império, de freqüente e fácil acesso ao estrangeiro pela sua posição geográfica, está reclamando, há muito, melhoramentos e embelezamentos de que carece (...). Não é explicável e até depoente contra nosso bom gosto, que a segunda cidade do Império dispunha apenas de duas praças ajardinadas, nenhuma das quais por suas proporções, corresponde às exigências de nossa população” (Diário de Pernambuco, 23/12/1888).

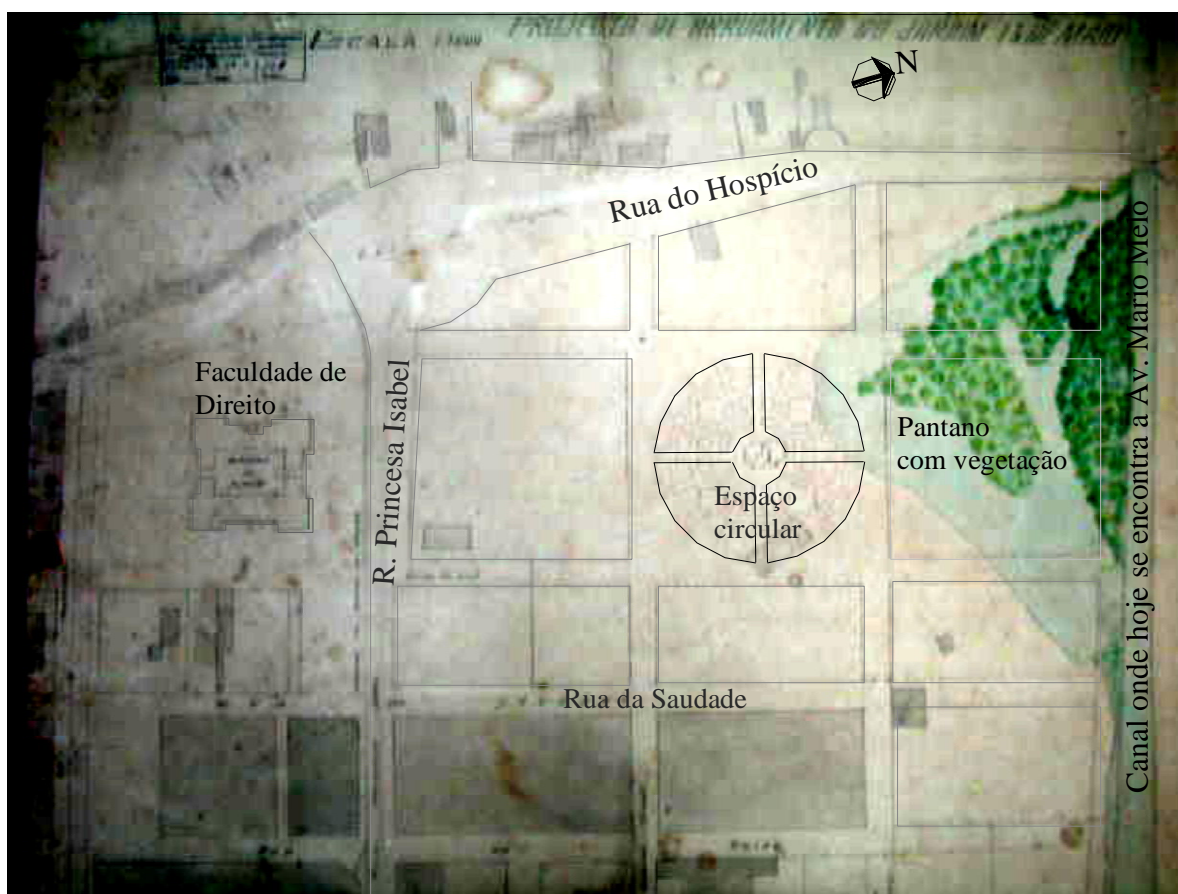
Tal artigo considerava ainda que as praças do Recife eram monótonas e enfadonhas, devido à acentuada falta de espaço e à ausência de lagos, bosques, pontes e outros embelezamentos, assim sendo, citava o Jardim Botânico, o Passeio Público e o Largo do Rocio, como exemplos de espaços públicos que embelezavam a cidade do Rio de Janeiro. O referido texto acrescentava que esse não era um privilégio da capital do Império, pois Fortaleza, capital do Ceará, também possuía um jardim público pitoresco de grande porte, em uma área central da cidade, bastante freqüentado por sua população, que fazia dele: *“... um ponto obrigatório e diário de ‘rendez-vous’ da sociedade cearense, onde se cultiva e se mantém amistosa convivência, onde se exibem, onde tocam música (...), brincam e correm crianças. Onde nesta cidade (de Recife) fazer o mesmo?”* (Diário de Pernambuco, 23/12/1888).

Assim, em 1888, visando suprir essa necessidade existente na cidade do Recife, que então contava com uma população com cerca de 100 mil habitantes, foi nomeada uma comissão para dirigir a construção do jardim público, sendo no ano seguinte lançada sua pedra fundamental, no dia 13 de Maio. Essa data prestaria homenagem ao primeiro ano da libertação dos escravos, bem como seria o prazo necessário para a arrecadação dos “auxílios” dos particulares objetivando esse empreendimento (Diário de Pernambuco, 31/05/93). No entanto, no ano de 1889, ocorre o fim do Império no Brasil, *“chegava a República, resultado de muitas lutas anteriores”* (Rezende, 2002, p. 89), e com ela uma grande instabilidade política em todo o país.

Desse modo, somente *“no governo do General Barbosa Lima (1892-1896) foi iniciada a construção do Jardim 13 de Maio”* (Cavalcanti, 1999, p. 70). Para tanto, esse governante, em 1895, conseguiu *“um empréstimo de 500 contos de reis (...), sendo contratada a sua execução com o engenheiro Pierre Couriaddon”* (Diário de Pernambuco, 31/02/39). Com a saída do Barbosa Lima do poder executivo, as obras do jardim foram paralisadas, segundo Cavalcanti (1999, p. 70): *“Administrações posteriores esqueceram, porém, o vasto logradouro”*. O cônsul português Barbosa Vianna (1970) comprova essa última citação, afirmando no ano de 1900:

“O passeio público 13 de Maio, em construção, na rua Visconde do Rio Branco (hoje- Aurora), ao norte do edifício do Ginásio Pernambucano, até à ponte (Santa Isabel) que tem em seguida, e vai até à rua do Visconde de Camaragibe (atual Hospício). É um vasto parque-jardim e ficará um ótimo ponto de recreio, logo que estiver concluído” (Viana, 1970, p. 137).

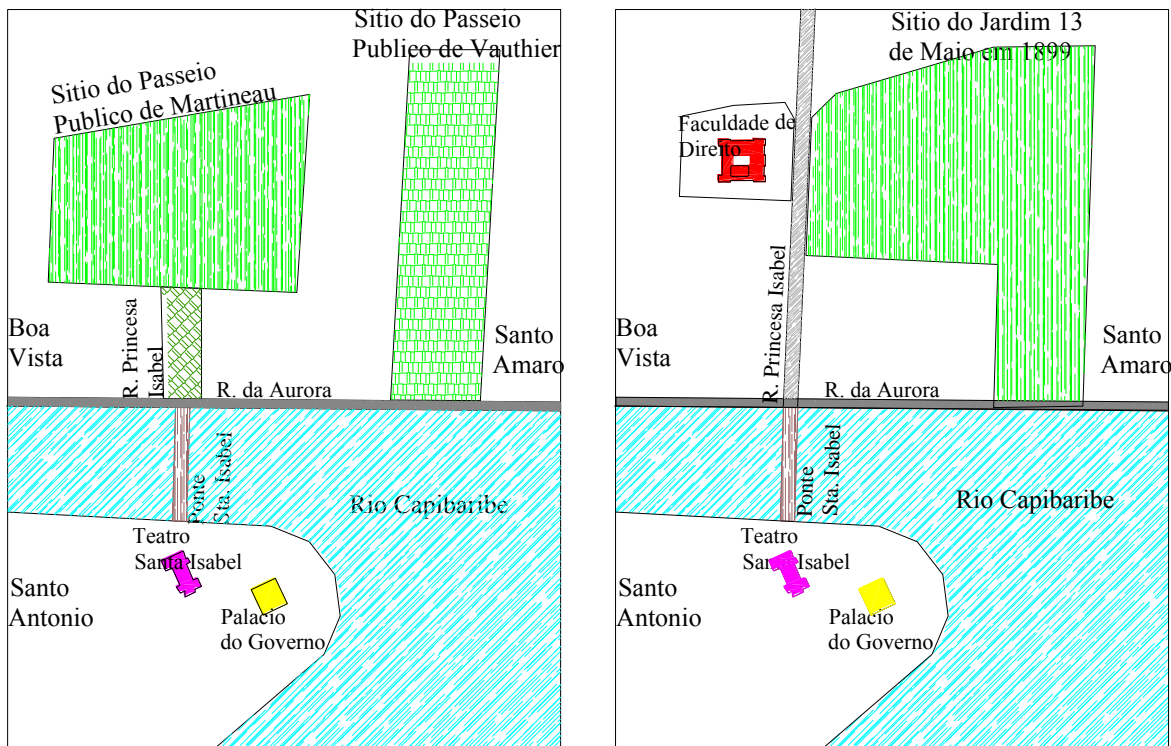
Ou seja, verifica-se, conforme citação acima, onze anos depois da reunião, onde ficou acertado o início das obras do Jardim 13 de Maio para o ano de 1889, que o mesmo ainda estava em construção no ano de 1900. Nesse sentido, o “Projeto de Arruamento do Jardim 13 de Maio de 1899” (II.17), encontrado no APEJE, abaixo exposto, contribuiu para entender como poderia se encontrar esse espaço livre público naquela ocasião.



II.17 Projeto de Arruamento do Jardim 13 de Maio de 1899. FONTE: APEJE, 2005.

A análise da planta de 1899 revela que o sítio do Jardim 13 de Maio permanecia localizado entre a Boa Vista e Santo Amaro, no entanto, apresentava diferenças em relação à forma, à dimensão e aos limites informados pelos projetos de Vauthier e Martineau, décadas

antes (II. 18). Em 1899, o sítio do Jardim 13 de Maio praticamente somava a área indicada por Vauthier em 1844, um retângulo cujo as laterais menores eram paralelas às margem do rio Capibaribe; com a área determinada por Martineau em 1860, um retângulo com os lados maiores paralelos às margens do mesmo rio.



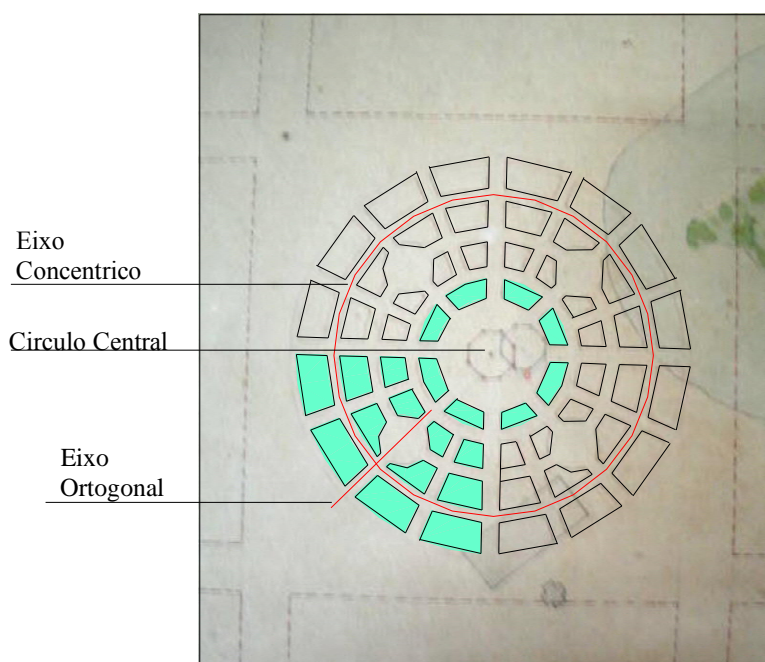
II.18 Figura mostra que a soma da área do passeio público no projeto de Vauthier em 1844 com a área proposta por Martineau em 1860 resulta aproximadamente no sítio do Jardim 13 de Maio em 1899. FONTE: Cândida Freitas, 2006.

Segundo cálculos desta pesquisa, o sítio Jardim 13 de Maio, em 1899, apresentava uma dimensão em torno de 12.2 ha; seu formato, lembrava um “L” invertido e seus limites, eram as atuais: Rua Princesa Isabel, Rua do Hospício, Av. Mario Melo, Rua da Aurora, Rua Mamede Simões e Rua da Saudade. Apesar de ter aumentado o número de vias no seu entorno, os dois grandes eixos viários continuavam sendo os vistos nas cartografias anteriores: o eixo formado pelas atuais Rua Princesa Isabel/Rua do Príncipe e o integrado pela Rua do Hospício/Av Cruz Cabugá (II.17)

Comparando-se ainda esse projeto de arruamento de 1899 com a “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1875, torna-se evidente, a exemplo do que acontecia em diversas partes do Recife, que o sítio em estudo fora aterrado, diminuindo a extensão dos terrenos alagáveis que o constituía. Sendo criado em uma de suas extremidades, onde restou um pântano com vegetação

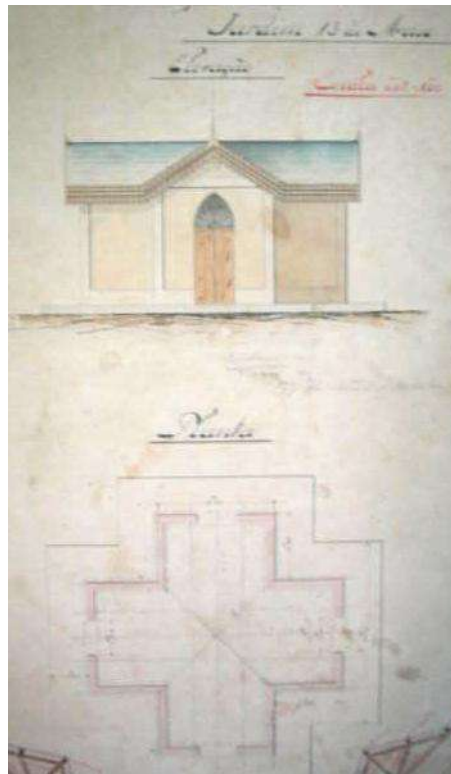
de mangue, um canal que cruzava a Rua do Hospício e rua da Aurora em direção ao rio Capibaribe, exatamente, como havia proposto Vauthier em 1844. Esse canal se localizava onde hoje se encontra a Av. Mário Melo (II.17).

A análise do “Projeto de Arruamento do Jardim 13 de Maio” mostra, em seu traçado, parte da implantação de uma malha, predominantemente, geométrica e ortogonal que nada mais é, senão a continuidade das principais ruas existentes naquele entorno imediato, o que resulta na formação de quadras retangulares, onde se destaca uma estrutura circular ao centro, próxima à área alagada com vegetação, provavelmente constituída por canteiros (II.19).



II.19 Espaço circular formado por eixos ortogonais e concêntricos que se destacava em meio ao sítio do Jardim 13 de Maio. FONTE: APEJE, 2005.

Esse círculo central era subdividido em diversos eixos ortogonais e concêntricos, apresentando como ponto focal outro espaço circular menor, circunscrito ao conjunto. Esse traçado obedecia a rigidez axial característica da escola francesa (II.19), indicando uma preocupação estética que tentava refletir inovação, isto é, buscava integrar a arte com a natureza, que deveria ser dominada. Perto desse espaço circular poderia ainda haver a edificação do “Café-Restaurante do Jardim 13 de Maio”, cujo projeto sem data foi encontrado no APEJE (II.20).



II.20 Projeto sem data do Café-Restaurante do Jardim 13 de Maio. FONTE: APEJE, 2005.

Com relação aos edifícios notáveis no entorno do Jardim 13 de Maio, destaca-se no projeto de 1899, a presença da Nova Academia de Direito (II. 16 e 21), situada entre a Rua do Riachuelo e Rua Princesa Isabel, em um terreno que fazia parte do Passeio Público projetado por Martineau, em 1860 (II.17). Essa edificação também teve suas obras paralisadas em diferentes momentos, assim como o Jardim 13 de Maio, conforme verifica-se na narrativa de Barbosa Viana (1992), que utilizava o termo passeio público ao se referir a esse último:

“Seguindo da Rua do Riachuelo, por Hospício, temos à direita as obras paralisadas do edifício da Faculdade de Direito e, atravessando a linha férrea de Olinda, o Passeio Público 13 de Maio, em construção, e do lado esquerdo, antes da linha férrea, o Quartel do Hospício” (Viana, 1992, p. 233).

O prédio da Faculdade de Direito, de autoria do engenheiro civil José de Almeida Pernambuco só foi concluído em 1911 e inaugurado em 1912, se tornando uma das grandes obras realizadas pelo governo republicano que iniciara em 1889. Segundo Ribeiro (1998, p. 21): *“Em estilo eclético, este edifício concedeu um aspecto de monumentalidade ao ambiente do parque.”*



II.21 Edifício da Faculdade de Direito inaugurado em 1912 concedeu monumentalidade ao Jardim 13 de Maio.
FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

2.5 O “Projeto do Passeio Público 13 de Maio” em 1911

Quando o prédio da Faculdade de Direito foi concluído no ano de 1911, um novo projeto foi apresentado para o antigo jardim público de 1899 que, nesse momento, passou a ser chamado de Passeio Público 13 de Maio. No entanto, não só essas, mas um amplo conjunto de planos e obras, segundo Moreira (1995), ocorreu no Recife entre 1909 e 1915, período caracterizado por reformas visando modernizar o centro da cidade, sobretudo o Bairro do Recife, impulsionado pela “euforia” do movimento ideológico de modernização nacional e pela reforma da capital do país, o Rio de Janeiro. Nesse sentido, o autor explica:

“A reforma urbana do Bairro do Recife insere-se no conjunto de intervenções de remodelação e embelezamento estético que ocorreu nas grandes cidades brasileiras no início do século (...). Tais intervenções, procuravam sobretudo a satisfação do aspecto estético, pautavam-se pelo alargamento e criação de grandes avenidas, pela criação de parques e jardins, pela construção e reforma de edifícios públicos, além de uma série de posturas que regulamentavam a construção, a disposição hidro-sanitária e o aspecto externo dos edifícios ” (Moreira, 1995, p. 788).

Assim, o Recife colonial passa por um processo de “remodelação”, com a demolição não somente de seus velhos sobrados situados em vielas insalubres, mas também de marcos históricos como o arco de Santo Antônio (II.22) e a Matriz do Corpo Santo. Surge o novo Recife com a

construção de prédios empresariais ecléticos e abertura de largas avenidas no Bairro do Recife, como a Av. Barão do Rio Branco (Moreira,1995, p. 790). Tudo isso, tomando como modelo a reformulação urbana de Paris, cidade que havia se tornado um símbolo de modernidade, isto é, de uma nova estética urbana na administração do Barão Haussmann de 1853 à 1870 (Andrade, 2003, p.38).



II.22 Essa foto do Arco de Santo Antônio ao lado da estação dos bondes foi um cartão postal da cidade do Recife no início do século XX. No entanto, com a “remodelação” urbana vivenciada pela capital pernambucana entre 1909 e 1915, esse e outros marcos históricos foram demolidos. FONTE: novomilenio.inf.br/santos/fotosnm.htm, 2006.

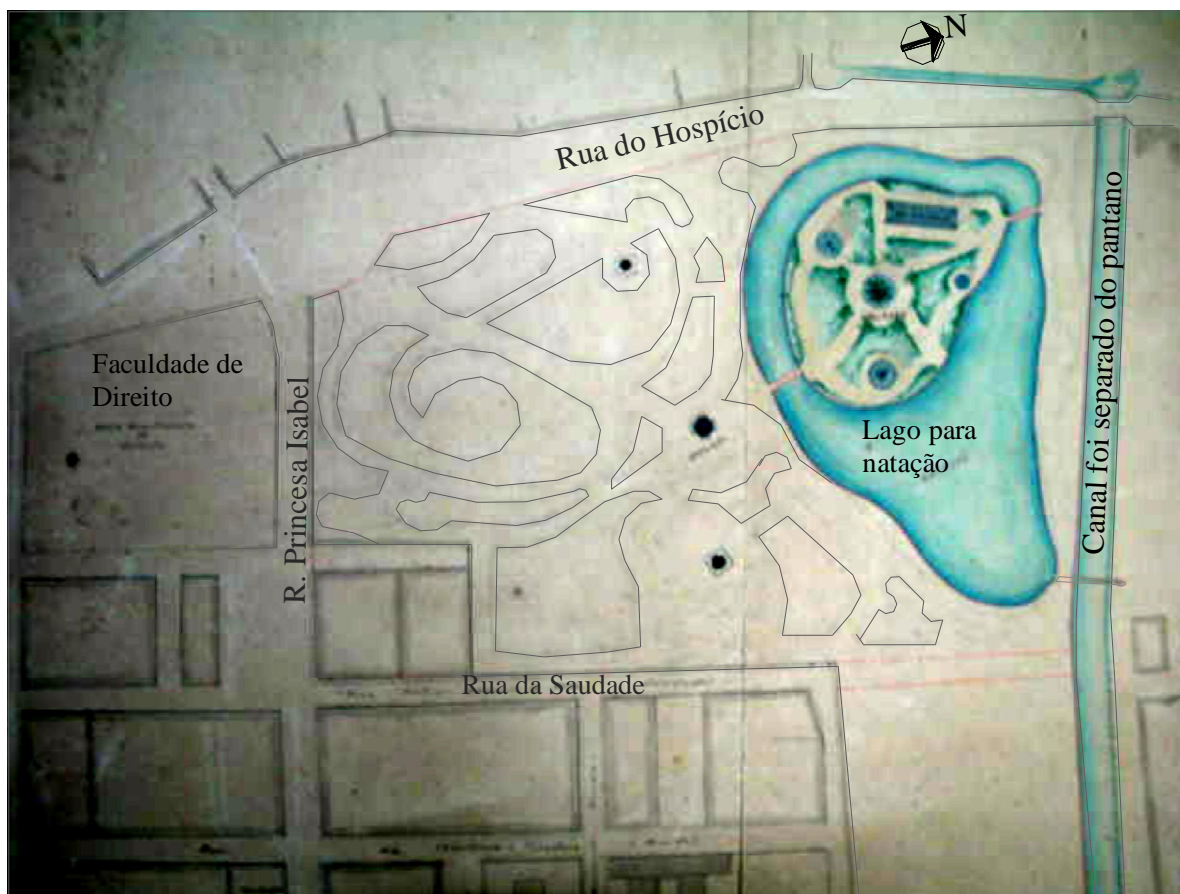
Segundo Lamas (1993), as principais características da reforma urbana de Paris estiveram apoiadas nos seguintes fatores: renovações de seu traçado, reestruturação fundiária, construção de infra-estruturas, equipamentos e espaços livres arborizados, visando alcançar três objetivos: a circulação adequada e eficiente interligando a cidade, a eliminação da insalubridade e degradação dos bairros e a revalorização e reenquadramento dos monumentos, articulando-os através de eixos viários e perspectivas (Lamas, 1993, p. 212).

Desse modo, o exemplo de Paris influenciou a reforma na capital pernambucana no início do século XX, que pretendia criar a idéia de que era uma cidade limpa e organizada, obediente às medidas higienistas e, com isso, “reverter o processo de decadência econômica em que se encontrava a cidade e a região. Era patente que a cidade portuguesa não atraia mais investimentos, era preciso mostrar uma cidade moderna”. (Moreira, 1995, p.795).

Esse conjunto de alterações sofridas pelo centro urbano recifense teve como embrião o reaparelhamento do Porto e o Plano de Saneamento do Recife (1909-1915), esse último de

autoria do engenheiro Saturnino de Brito. Tal engenheiro, segundo Sá Carneiro (2005) apoiada em Outtes (1997, p. 55), “revolucionou a história do urbanismo e também do paisagismo do Recife pelas preocupações em sanear a paisagem definindo os espaços livres destinados a parques e prevendo a expansão da cidade segundo orientação voltada à higiene, ao conforto e à estética” (Sá Carneiro, 2005, p. 55). No seu Plano de Saneamento para o Recife, Saturnino de Brito fez referência para que fossem criados parques e canais em diferentes áreas da cidade como o Derby, a Boa Vista e do Espinheiro, além disso, estimulou a construção do Passeio Público 13 de Maio (Sá Carneiro, 2005, p. 56).

Dessa maneira, um “Projeto do Passeio Público 13 de Maio” (II.23), datando o ano de 1911, foi encontrado no acervo do APEJE e assim como o desenho de 1899, também apresenta autoria desconhecida. O projeto referente ao início do século XX levou em consideração, sobretudo, o pântano com vegetação de mangue e o canal em uma de suas extremidades, ambos verificados no sítio destinado ao antigo Jardim 13 de Maio proposto em 1899.



II.23 “Projeto do Passeio Público 13 de Maio” de 1911. FONTE: APEJE, 2005.

Esse projeto de 1911 apresentava canteiros com forma irregular, à moda do jardim inglês, espalhados por grande parte da área, entre eles havia, talvez, três edificações (II.22). Verifica-se ainda, que os espaços dotados de elementos naturais nesse projeto do início do século XX, tomaram formas construídas, ressaltando a idéia de modernização, onde a natureza era dominada pelo homem.



II.24 Elementos integrantes do traçado do Passeio Público de 1911. FONTE: APEJE, 2005.

Em outras palavras, o antigo pântano com vegetação de mangue registrado na planta de 1899, tornou-se um lago em 1911, para a prática de natação. Esse lago era drenado por uma comporta que se conectava a um canal. O mencionado canal, por sua vez, apresentava a mesma localização do anterior, porém foi construído isoladamente, para tornar mais eficaz e direta a passagem das águas advindas da Camboa do Hospício em direção ao Rio Capibaribe. No centro no alagado, onde havia vegetação de mangue, foi criada uma ilha arredondada para abrigar um aviário, localizado nas cercanias e no centro de uma rótula, para onde convergiam 5 acessos intercalados por tanques de plantas aquáticas. Para permitir a circulação entre o aviário e o restante do sítio, foram erguidas duas pontes sobre o lago (II.24).

A análise do projeto de 1911 revela também que a forma do sítio do Passeio Público, de um modo abrangente, permanecia um “L” invertido semelhante ao do projeto de 1899, localizado

entre os mesmos eixos viários já verificados anteriormente. No entanto, nesse novo momento, apresentava uma área menor com 11.75 ha. Essa diminuição ocorreu devido ao desmembramento da parte de sua área que se localizava no cruzamento da Rua Princesa Isabel com a atual Rua da Saudade (II.22).

Quanto ao entorno do espaço público em estudo, o prédio da Faculdade de Direito, torna-se sua maior referência como obra arquitetônica, a partir de 1912 quando foi inaugurada. Essa e outras obras na cidade do Recife representaram o início dos tempos modernos no século XX, onde a diversidade é ampliada, bem como os projetos de dominação da natureza e as “sutilezas” que envolvem as relações sociais e políticas (Rezende, 2002, p. 91).

No entanto, segundo Moreira (1995), após essa intensa época de planos e obras, responsável pela redefinição espacial ligadas as atividades econômicas e habitacionais, ocorreu no Recife entre 1915 e 1922 uma espécie de “*marasmo*” com relação as intervenções urbanas. Este último período, “*talvez, represente uma fase em que os melhoramentos efetuados deram conta do crescimento urbano e que a cidade se acomodou aos mesmos*” (Moreira, 1995, p. 792).

2.6 O “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1923

O Recife inicia a década de 20 se destacando como uma capital de importância regional, com um setor de serviços expressivo e formação de uma camada média, apesar das frequentes crises na economia e na política pernambucana deflagradas pela prevalência dos interesses da agroindústria açucareira (Rezende, 2002, p. 94). Também chamava atenção, nesse período, seu crescimento demográfico vertiginoso: dos 113 mil habitantes em 1900 subiu para cerca de 239 mil (Parahym, 1978, p. 163). Tudo isso demonstrava que a cidade necessitava se expandir para atender o aumento de sua população e suas demandas.

Desse modo, nas administrações do prefeito Antônio de Góes (1922-1925) e do governador estadual Sérgio Loreto (1922-1926), ocorreram diversas intervenções, que possibilitaram a implantação de um sistema de infra-estrutura nas periferias, como luz, água, rede viária, entre outros e, ao mesmo tempo, propiciaram o embelezamento e modernização de seus antigos largos e praças, visando com essas obras a expansão do Recife, ou melhor, a redução da

situação caótica instalada na cidade (Moreira, 1995, p. 793-794). Segundo Rezende (2002, p. 95), nos meados da década de 20, *“as palavras de ordem eram urbanizar, civilizar e modernizar”*.

Nesse panorama, a urbanização da campina do Derby destacou-se como um grande empreendimento paisagístico e urbanístico no Recife em 1924 (II.25). Esta urbanização, baseada nos princípios projetuais dos jardins franceses e ingleses, construiu um novo bairro onde antes havia um grande alagado sem ocupação. Para tanto, foi necessário a realização de aterros, construção de um canal, implantação de um loteamento, abertura de largas avenidas e criação de um grande parque, hoje Praça do Derby (Sá Carneiro, 2005, p. 57). *“A cidade expandia-se para outras áreas, buscando novas formas de lazer, seguindo modelos externos”* (Rezende, 2002, p.95). Um deles, pode-se dizer, foi a reforma de Paris realizada por Haussmann, que criou o serviço de Parques e Jardins, órgão fundamental, *“com vistas a constituir uma política que conjugasse os aspectos técnicos (saneamento) com as preocupações estéticas (embelezamento) para a cidade”* (Andrade, 2003, p.89) e a implantar diversos espaços livres públicos da cidade.



II.25 Perspectiva do Parque do Derby, inaugurado em 1924. FONTE: Revista de Pernambuco, 1924.

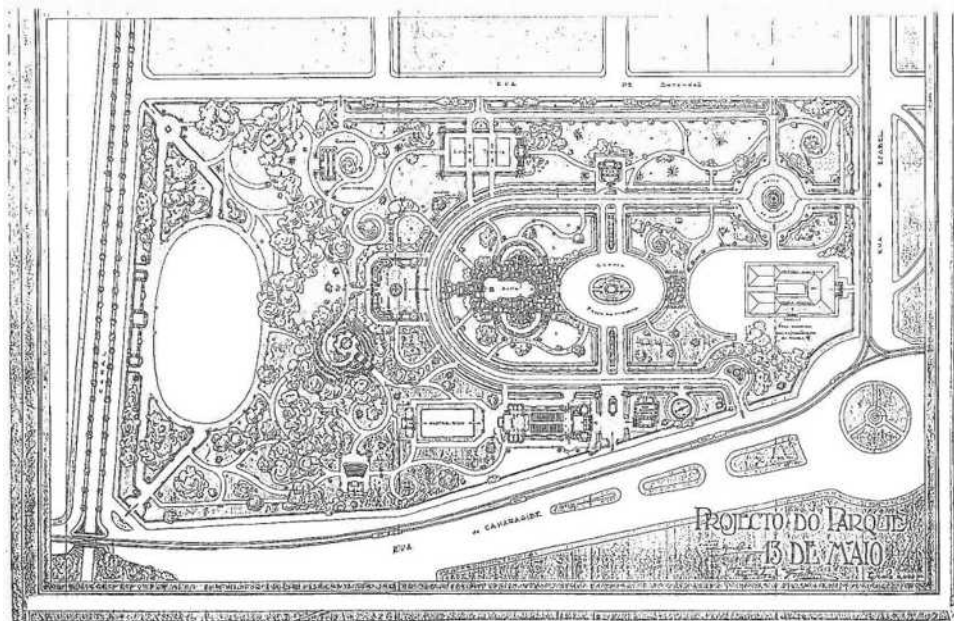
Dessa maneira, uma das prioridades do Recife moderno, durante a década de 20, em benefício de sua população foi a criação de um número significativo de espaços livres públicos fartamente arborizados, que pôde contar não somente com a construção da atual Praça do Derby, mas também com outras obras de melhoramentos e aformoseamento urbano como: o Parque do Payssandu, hoje Praça Chora Menino, o Parque do Entroncamento, atualmente Praça do

Entroncamento e o Parque Sérgio Loreto, no presente Praça Sérgio Loreto, bem como o Largo da Paz e da Encruzilhada (Moreira, 1995, p. 794).

Todos esses espaços públicos recifenses foram também utilizados como importantes instrumentos de valorização fundiária, o que ainda acontece nas operações urbanas dos dias atuais, conforme indicou Serpa (2004) no capítulo I, ao analisar alguns parques franceses e soteropolitanos. Nesse sentido, segundo Moreira (1995), o conjunto de obras realizadas no Recife no período em pauta foi determinado pelos interesses da elite local, que aos poucos foi construindo palacetes no entorno desses espaços públicos periféricos:

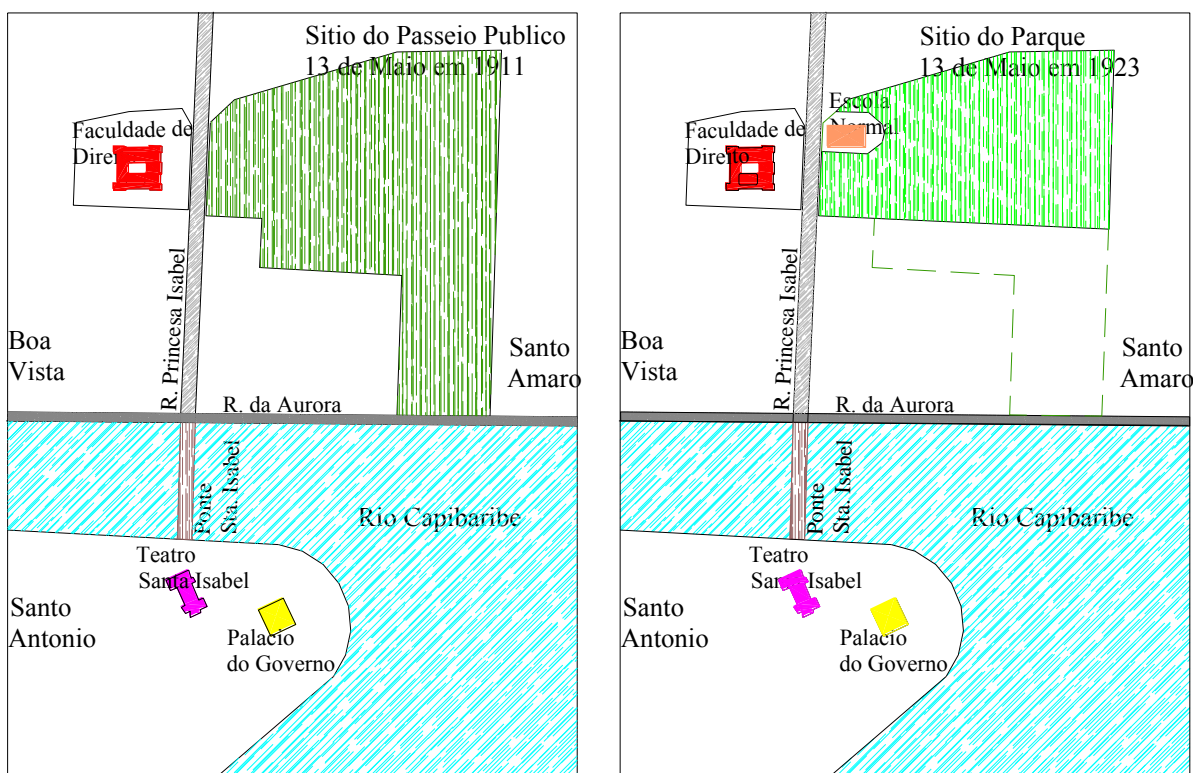
“... ávidas pelo ‘new way of life’ destes aprazíveis locais. Principalmente depois que as condições básicas foram lançadas e que o automóvel redimensionou a noção de distância do século XIX(...) Estes novos espaços se tornaram um local propício para as manifestações civis e de atividades características da modernidade tão almejada” (Moreira, 1995, p. 794).

Assim, em meio à construção de alguns parques, de menores dimensões, depois denominados praças, em 1923 um novo projeto foi apresentado para o antigo Passeio Público 13 de Maio, que então passou a ser chamado de Parque 13 de Maio. Esse projeto, encontrado no Museu da Cidade do Recife, revela que o sítio do parque em estudo permanecia localizado na fronteira da Boa Vista com Santo Amaro, porém nesse momento apresentava a forma de um trapézio com uma área aproximada de 7.0 ha, de acordo com cálculos dessa pesquisa (II.26).



II.26 “Projeto do Parque 13 de Maio” em 1923. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005.

O sítio do parque de 1923 era menor que o de 1911, parte de sua área foi desmembrada para ser transformada em quadras retangulares com novas ocupações (II.27). Além disso, o alagado antes existente no sítio do parque foi totalmente aterrado e as águas da Camboa do Hospício foram desviadas e drenadas para o Rio Capibaribe através de um canal, onde hoje se encontra a Avenida Mario Melo, repetindo a solução proposta por Vauthier no século passado (II.28).

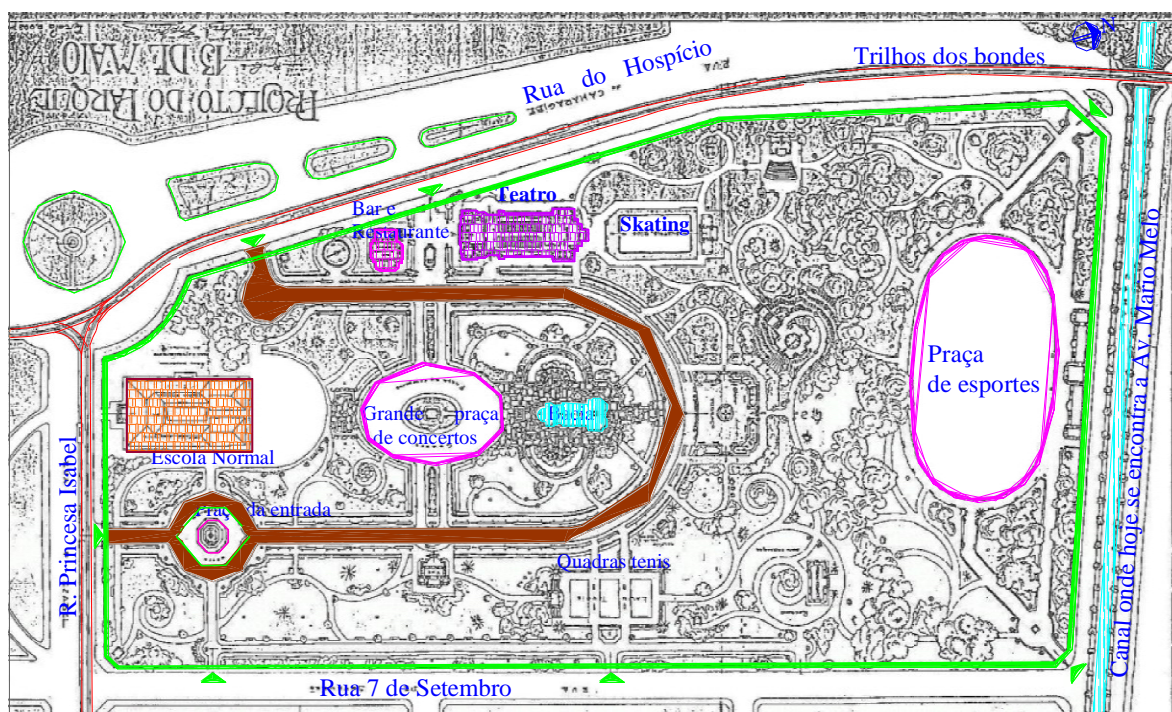


II.27 Croquis dos projetos de 1911 e 1923, onde se observa a diminuição do sítio do Parque 13 de Maio.

Com relação ao eixo viário localizado em seu entorno, destaca-se, nesse projeto de 1923, o traçado da Rua Visconde do Camaragibe (atual R. do Hospício), com rotatória e canteiros, semelhantes aos de hoje (II.28). Na década de 20 essa rua era cortada pelos trilhos dos bondes que circulavam pela cidade, assim como a Rua Princesa Isabel, apontando com isso a importância de ambas para a estrutura urbana do Recife.

A análise desse desenho de 1923 revela uma riqueza de detalhes e diversidade de equipamentos, edificações e ambientes, não encontrada em nenhum dos outros projetos

estudados nesta dissertação. Seu traçado influenciado pelo desenho do jardim inglês era caracterizado pela existência de contrastes e recantos, tendo como objetivo, segundo Laurie (1983, p. 53), “a surpresa, a variedade, a simulação e a obtenção de perspectivas idílicas”. Destaca-se no interior do sítio uma via principal em forma de “U”, que se inicia na entrada principal na Rua Princesa Isabel, se estende até seu centro e termina num outro acesso situado na atual Rua do Hospício.



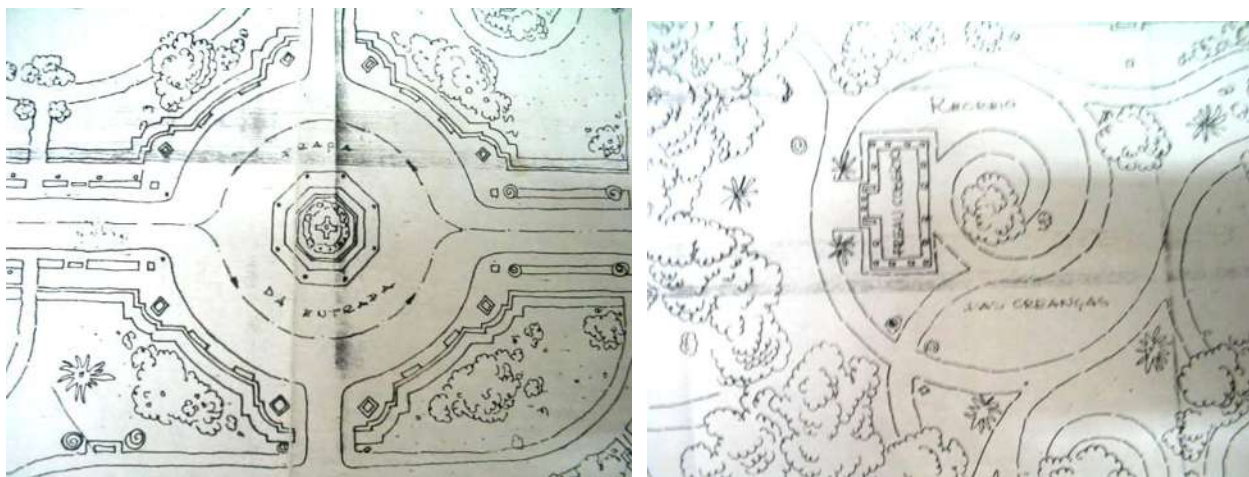
II.28 Recorte com aproximação e giro do “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1923, possibilitando visualizar a localização de alguns edifícios propostos, da grande praça de concertos, da praça de entrada, da bacia d’ água, etc.

Esse caminho principal contornava uma “praça de entrada” em forma de octógono situada na entrada, possibilitando uma visão abrangente do parque e de seus equipamentos (II.28 e 29). A partir dessa via, caminhos secundários e sinuosos contornados por vegetação eram distribuídos por todo o parque. Suas linhas curvas proporcionavam ambientes bucólicos e misteriosos, articulando o edifício existente, ou seja, a Escola Normal, e os outros elementos construídos propostos: um cinema, um teatro, um bar e restaurante, tendo no centro uma grande praça para concertos (Ribeiro, 1998, p. 21).

A análise da morfologia do parque de 1923 indica que, além da entrada principal, o mesmo apresentava distribuídos por entre suas laterais, 7 acessos secundários que possibilitavam

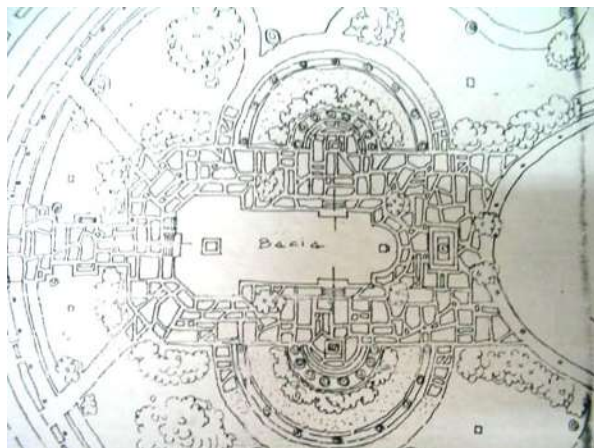
diferentes chegadas e saídas, evitando que o parque se tornasse monótono para seus usuários. Nesse sentido, havia ainda, dois relógios solares, um vertical e outro horizontal. A lista dos equipamentos para recreação ao ar livre nessa proposta também era numerosa: quadras de tênis, recreio para crianças, teatro ao ar livre, *belvedere* e *skating-ring*. Dentre esses, se destacava a praça de esportes, um grande espaço vazio localizado em uma das extremidades do parque, onde hoje se encontra a Biblioteca Pública do Estado (II.28).

Em se tratando da vegetação, verifica-se um conjunto composto por massas arbóreas, arbustivas e áreas gramadas, que foi dividido basicamente em dois estratos distintos: o estrato arbóreo e arbustivo, caracterizado pelo desenho das copas, mais concentrado entre o centro do parque e o canal; e o estrato formado pelas áreas gramadas, partindo do centro do parque em direção à entrada principal, sobretudo, na proximidade da atual Rua da Saudade. Essa organização da vegetação possibilitaria ao indivíduo que entrasse pelo acesso principal, uma ampla visualização da dimensão do parque e de seus diferentes espaços voltados tanto para a contemplação, quanto para a prática de esportes.



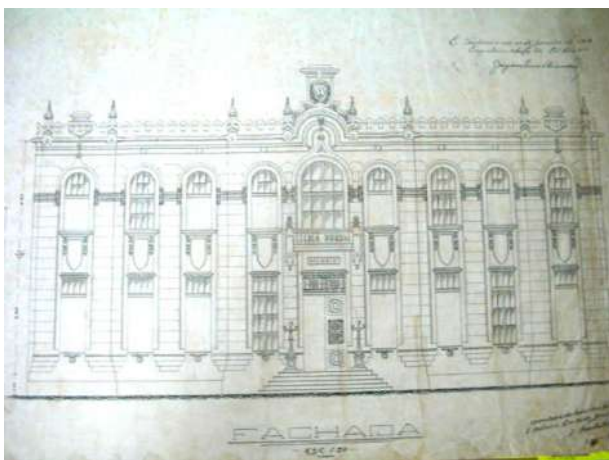
II.29 Aproximação dada sobre o “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1923, revela a presença de arbustos e grama perto da “Praça de entrada” e de copas de árvores próximas ao espaço reservado para o “Recreio das crianças”. FONTE: APEJE, 2005.

Por sua vez, o elemento água foi implantado apenas no centro do parque e consistia em uma bacia de formato irregular circundada por pavimentação em pedra. Essa restrita utilização da água, talvez, tenha relação com as medidas ligadas à saúde pública em uso naquela época, que buscavam eliminar os possíveis focos de mosquitos transmissores de doença, entre os quais estavam os espaços contendo águas paradas (II.28 e 30).



II.30 Detalhe da “Bacia” único elemento aquático observado no projeto de 1923. FONTE: APEJE, 2005.

Atualmente, uma edificação de valor arquitetônico marcante, no entorno do parque proposto em 1923, é a Escola Normal do Recife. Esse prédio, cuja inauguração data de 1920, foi construído em terrenos que pertenceram ao antigo Passeio Público de 1911 (II.31). No entanto, por ocasião da inauguração do Parque 13 de Maio, em 1939, o referido prédio foi condenado à demolição pelo diretor do Diário de Pernambuco, Aníbal Fernandes, que então o denominou de “*monumento ao mau gosto*” e de “*trambolho*”, argumentando que se o edifício fosse demolido, possibilitaria ampliar a dimensão do parque contemplativo, localizado “*no coração da cidade, a exemplo do Parque Monceau de Paris*” (Diário de Pernambuco, 07/06/1993). No entanto, tal demolição não se materializou e, em 1963, o edifício da Escola Normal tornou-se a sede da Câmara Municipal do Recife, onde até hoje permanece, ocupando uma área que no passado pertencia ao parque.



II.31 Fachada apresentada em 1919 para a edificação da Escola Normal, atual sede da Câmara Municipal de Recife. FONTE: APEJE, 2006. Foto da Câmara Municipal do Recife nos dias atuais. FONTE: Cândida Freitas, 2006.

Os eixos secundários e os 4 acessos dispostos ao redor da edificação da Escola Normal, no Projeto Parque 13 de Maio de 1923, revelam a preocupação do traçado do parque em interligar o referido prédio com os demais equipamentos nele existente. Além disso, esse traçado buscou destacar a importância do prédio da Faculdade de Direito, colocando diante do mesmo, o acesso principal do parque. Assim, com um traçado aprimorado, o projeto de 1923 demonstra uma estética requintada, onde a linha sinuosa é uma marca freqüente relacionando à arte com a natureza, conforme preconizava o modelo do parque urbano europeu da “*Belle Époque*”. Apesar de tudo isso, no entanto, esse projeto não foi executado, pois, segundo Ribeiro (1998, p. 21), faltava “*integração entre o projeto e o planejamento da Cidade como um todo*” que, nos meados da década de 20, estava voltado para a expansão do Recife, com a implementação de infraestrutura de seus subúrbios, portanto, o Parque 13 de Maio, situado na área central da cidade, não se enquadrava entre as principais obras de melhoramentos urbanos de então.

2.7 O parque e a “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1932

No início dos anos 30, o contraste entre o sonho e a realidade dividia a construção da paisagem do Recife. Por um lado, a cidade se expandia sem estrutura adequada para suprir as necessidades de moradia e circulação de grande parte de população. Por outro, conviviam com o mais bem equipado porto do país, a indústria em crescimento, os cafés, cinemas e restaurantes luxuosos, as grandes residências no Derby, no Espinheiro e as casas de veraneio na praia de Boa Viagem (Rezende, 2002, p. 103). Essa contradição tornava constante e cada vez maior, o interesse dos recifenses pelas prioridades modernas: um sistema viário urbano eficiente, a salubridade e o embelezamento da cidade. De acordo com Pontual (1995, p. 811): “*A cidade e seu progresso (...), eram nos anos 30 um sonho perseguido*”.

Com isso, as discussões urbanísticas se aprofundaram no Recife, especialmente, a partir da vinda do urbanista francês Alfred Agache à cidade, em 1927, motivando a elaboração de diferentes planos para promover o progresso da cidade, que exigia áreas mais amplas e, sobretudo, de melhor estética. Segundo Pontual (1995, p.799-811), foram autores desses planos em diferentes momentos: o engenheiro Domingos Ferreira em 1928, o arquiteto Nestor Figueiredo em 1932, o urbanista Atilio de Corrêa em 1936 e o urbanista Ulhoa Cintra em 1942. Tais planos, visando conceder um “*futuro promissor*” ao Recife, adotaram o paradigma

funcional de cidade, desse modo, o sistema viário foi enfatizado, sendo também observados: *o zoneamento por áreas com funções exclusivas (...), o padrão verticalizado para as edificações, as grandes concentrações urbanas e a valorização do verde por meio de parques praças e jardins*” (Pontual, 2005, p. 36).

Nesse período, marcado pela diversidade de debates a respeito de um plano urbano para atender as demandas do Recife moderno, segundo Ribeiro (1998, p. 18), também merece destaque a produção artística do paisagista Burle Marx na cidade, durante os anos de 1934 a 1937, quando assumiu o cargo de diretor do Setor de Parques e Jardins da Diretoria de Arquitetura e Construção. Entendendo que *“o jardim cumpria função ecológica, pedagógica e artística”* (Figueirôa, 2005, p. 180), Burle Marx impulsionou o desenvolvimento do paisagismo no Recife com sua concepção inovadora de jardins, valorizando a flora e as qualidades ambientais da paisagem regional (Mesquita, 1994 apud Ribeiro, 1998). Com isso, preconizou as bases do jardim moderno no Brasil.

No conjunto da obra de Burle Marx que demonstra sua atenção com o valor estético da paisagem natural em relação ao planejamento urbano e foram realizadas no Recife, nessa época, destacam-se: a Praça de Casa Forte, a Praça Euclides da Cunha, a Praça da República, a Praça do Entroncamento, entre outras (Sá Carneiro, 1997, p. 179). No entanto, apesar do relevante trabalho de Burle Marx em diferentes espaços públicos recifenses, em se tratando do Parque 13 de Maio, não há nenhum indício que comprove a sua participação no projeto desse parque urbano inaugurado em 1939, apenas dois anos após a sua partida para o Rio de Janeiro (Ribeiro, 1998, p.18). Porém, sua atuação talvez tenha influenciado o traçado do referido parque, que apresentava *“plantas e árvores da região, jardins amazônicos...”* (Diário de Pernambuco, 31/08/1939), vegetação utilizada por Burle Marx na Praça de Casa Forte em 1935 (Figueirôa, 2005, p.184).

Assim sendo, houve durante a década de 30, em Recife, um contexto propulsor de planos urbanos e projetos paisagísticos direcionados para modernização da cidade. Mas, apesar de tudo, o Parque 13 de Maio continuava sendo apenas uma aspiração dos recifenses que não se concretizava, ainda que diferentes projetos para o mesmo fossem apresentados a sociedade local. Entre estes, houve também as propostas de profissionais como Beringer, José do Rego Monteiro e Giácomo Palumbo, mencionados pelo Prefeito Novaes Filho em seu relatório de 1944.

Todavia, essas não foram encontradas nas fontes pesquisadas como também, não há evidências de que alguma delas foi executada (Ribeiro, 1998, p. 20-21).

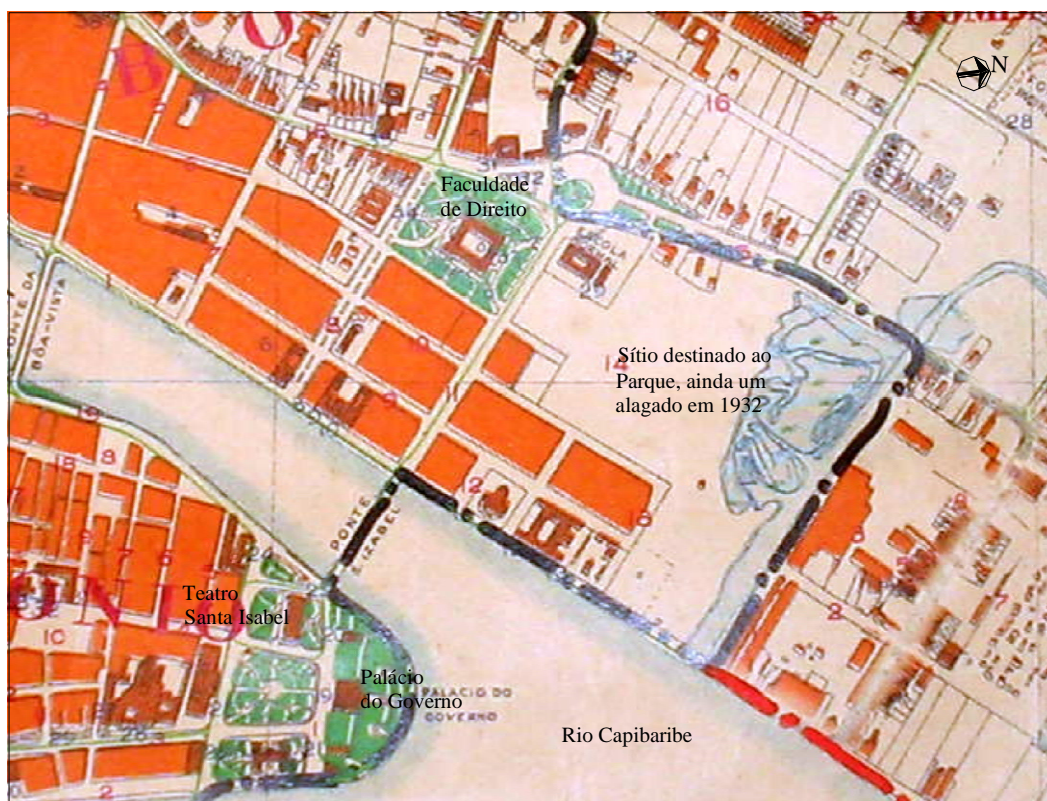
Essa diversidade de projetos referentes ao Parque 13 de Maio revela que a sua construção esteve sempre na dependência da postura dos governantes, especialmente dos prefeitos, os quais podiam dar maior ou menor atenção ao andamento dessa obra iniciada no século XIX, ou ainda propor novos projetos sem, no entanto, se comprometerem com a execução dos mesmos. Perpassa por esse viés, a afirmação de Aníbal Fernandes, diretor do Diário de Pernambuco em um artigo publicado em 1939, por ocasião da inauguração desse espaço público: *“O Parque 13 de Maio era uma das obras encruadas da cidade. Entravam e saiam administrações e tudo ficava no mesmo”* (Diário de Pernambuco, 07/06/1993).

Assim, a “Planta da Cidade do Recife e Arredores” em 1932, pertencente ao Museu da Cidade do Recife, contribuiu para comprovar que o sítio destinado a construção do Parque 13 de Maio continuava sem uso (II.23), com a existência de um enorme alagado coberto de mangue. Terrenos como esse, em uma área central da cidade, terminavam por conferir ao Recife uma aparência de cidade mal cuidada (Guedes, 1926). Porém, contrastando com essa realidade, perto desse sítio se destacavam dois espaços públicos significativos, o Jardim da Faculdade de Direito na Boa Vista e a atual Praça da República no bairro de Santo Antônio, evidenciando na malha urbana uma conexão entre eles, estabelecida pelos seus respectivos traçados. Com isso, percebe-se o esforço para realizar a prioridade moderna ligada ao equilíbrio ambiental e à estética, que requeria a criação de áreas verdes em diferentes pontos da cidades e, sobretudo, em seus bairros centrais densamente construídos.

A análise da planta de 1932 mostra ainda que o sítio destinado ao Parque 13 de Maio, possivelmente, aos poucos seria preenchido, pois duas de suas quadras já se apresentavam ocupadas com edificações diversas (II.32). Uma dessas quadras estava situada na esquina da Rua Princesa Isabel com Rua da Saudade, aparecendo ocupada desde o projeto de 1911; a outra, por sua vez, era a da Escola Normal. Esse edifício educacional foi ali construído desde 1920, ano em que o referido sítio havia passado da propriedade da União para a Municipalidade, ficando essa responsável pela construção desse espaço público. No entanto, ao invés da implantação do parque, a Municipalidade optou por lotear o terreno, fato esse que implicou no retorno ao domínio da União, pois o mesmo estava destinado a criação de um logradouro público e não a construção de casas particulares. O domínio da União por sua vez, cedeu-os a 7ª Região Militar

até 1938, quando o Prefeito Antônio Novaes Filho o resgata novamente, em troca de um outro terreno na Rua Visconde de Suassuna (Diário de Pernambuco, 31/08/39).

Nessa perspectiva, Sá Carneiro (2005) explica: “O terreno do parque foi objeto de controvérsias urbana e paisagística desde meados do século XIX e assim como o Derby, era um pântano abandonado” (2005, p. 63). Todavia, apesar dessas ocorrências com intenção de manipulação política, a observação da planta de 1932 denota claramente, que o sítio destinado a construção do Parque 13 de Maio permanecia um grande vazio residual, a espera de solução por parte da vontade política para se transformar em um importante espaço público de contemplação da natureza, da arte e do convívio social, o qual há muito era requerido pelos recifenses.



II.32 “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” em 1932. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005.

Capítulo 3- A INAUGURAÇÃO DO PARQUE 13 DE MAIO E INTERVENÇÕES POSTERIORES VISUALIZANDO O TRAÇADO

Este capítulo analisa o projeto do Parque 13 de Maio de autoria do engenheiro pernambucano Domingos Ferreira, inaugurado em 1939, durante a administração do Prefeito Antônio Novaes Filho (1937-1945). Nesse momento, o Brasil vivia o período do Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas. Tal análise, focalizando o traçado, buscou a relação entre o projeto executado do parque, no final da década de 30, e sua inauguração por ocasião do III Congresso Eucarístico Nacional, como parte do contexto político, social e cultural do Recife, que consolida a criação do referido espaço público como busca de uma nova estética urbana. A mesma intenção se deu, paralelamente, com a abertura da atual Avenida Guararapes no bairro de Santo Antônio. O capítulo prossegue, descrevendo e comparando o projeto de 1939 com algumas intervenções ocorridas após esta data, nos anos de 1960, 1985 e 2001, verificando, com isso, as mudanças e permanências acontecidas no traçado do referido parque ligado a preocupações estéticas, higienistas e recreativas. A análise morfológica, em diferentes momentos, segue observando os elementos de composição do traçado verificados no capítulo anterior: os elementos propostos – eixos, vegetação e água; bem como, em alguns momentos, os pré-existentes - características físico-geográficas do sítio, eixo viário e edificações do entorno. Desse modo, a análise realizada nesse capítulo possibilita entender a evolução do traçado de um parque urbano, o Parque 13 de Maio, criado como representante da modernização do Recife.

3.1 A inauguração do Parque 13 de Maio e a “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” em 1939

Nas três primeiras décadas do século XX, em nome da modernização, diferentes projetos foram apresentados para o Parque 13 de Maio, que permanecia uma intervenção urbana desejada e não concretizada no Recife. No entanto, em diferentes partes da cidade ocorreram uma série de transformações com a prática das “remodelações” urbanas: os anos entre 1909 e 1913 se destacaram com o reaparelhamento e modernização do porto, o Plano de Saneamento do Recife, o incremento das ações higienistas e a reforma do Bairro do Recife; a década de 20, por sua vez, foi um período caracterizado pelas obras de expansão urbana na periferia, com a urbanização do Derby, a construção da Avenida Boa Viagem e de diferentes espaços públicos arborizados espalhados pela cidade; já a década de 30 foi marcada pelo relevante trabalho de Burle Marx em diferentes espaços públicos recifenses, iniciando sua obra paisagística, e pelas discussões em torno de um plano urbanístico para reformar os bairros de Santo Antônio e São José, visando facilitar a circulação e propiciar a salubridade e embelezamento dessas áreas centrais do Recife (Leite, 1999, p. 68).

Esses debates, especialmente, entre os intelectuais, técnicos e políticos, sobre as mudanças do cenário urbano, perseguindo o desenvolvimento da cidade e influenciados pelas realizações e experiências européias e americanas, alcançaram o apogeu com Antônio Novaes Filho, prefeito do Recife entre 1937 e 1945 nomeado pelo Interventor do Estado Agamenon Magalhães, que investiu no “*discurso modernizador, seguindo a linha política do Estado Novo*” (Rezende, 2002, p.116), isto é, da ditadura estabelecida por Getúlio Vargas no Brasil nos mesmos anos da referida gestão municipal. Em seus discursos, segundo Pontual (2001), o prefeito reafirmava compromissos com uma nova racionalidade da administração pública, baseada na realização de “*obras de elevado patriotismo*”, na “*energia para manter a ordem*” e na busca do progresso.

Neste período, o Recife era a terceira cidade do Brasil em população e a primeira em densidade demográfica (Boletim da Cidade e do Porto do Recife, 1942). Conforme Rezende (2002, p. 123): “*a população da cidade era de 348,4 mil pessoas (...). O Recife recebia um expressivo contingente populacional, vindo da zona rural, sonhando em melhorar de vida*”. Ao mesmo tempo, a capital pernambucana assumia uma nova forma urbana com o adensamento, a

expansão e a ocupação de suas áreas vazias, não só provocando a perda do equilíbrio entre seu ambiente natural e seu ambiente construído, mas também ligando sua imagem ao crescimento desordenado e à pobreza (Pontual, 2001, p. 27).

Diante de tal panorama, Novaes Filho se empenhou durante sua administração em modernizar o Recife, transformando a capital pernambucana em uma cidade limpa, bela e monumental (Pontual, 2001). *“Aliás, a cidade moderna não devia esquecer a dimensão estética”* (Rezende, 2002, p. 117). Para tanto, priorizou a intervenção e concentração de investimentos nos bairros centrais, onde realizou obras como: a abertura da Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes), a reforma da Praça da Independência, as demolições para a abertura da Avenida Dantas Barreto, a construção e reforma de pontes e de diferentes espaços livres públicos de recreação, destacando-se entre estes, o Parque 13 de Maio (Pontual, 2001).

A construção do Parque 13 de Maio foi iniciada em fevereiro de 1939, objetivando, sobretudo, *“dar ao III Congresso Eucarístico Nacional, um ambiente digno da grandeza e magnificência das solenidades religiosas”* (Diário de Pernambuco, 31/08/1939), que aconteceria em setembro do mesmo ano; e posteriormente, em dezembro, sediar outro importante evento, a Grande Exposição Nacional de Pernambuco, ligada ao comércio, a agricultura e a indústria de todo o país, ou seja, ao grupo dos produtores e empresários (Diário de Pernambuco, 14/07/39).



III.01 Cartaz da Exposição Nacional de Pernambuco realizada no Parque 13 de Maio em dezembro de 1939, após o III Congresso Eucarístico Nacional. FONTE: Diário de Pernambuco, 1939.

Logo, percebe-se que esse parque público foi um empreendimento associado tanto aos interesses da Igreja Católica e de uma elite empresarial, como aos interesses do próprio Estado Novo, que precisava do apoio dessas forças alternativas para se manter no poder, já que havia

fechado a Câmara dos Deputados e o Senado (Rezende, 2002, p. 115-121). Desse modo, em sete meses, um projeto que há quase um século esperava ser realizado, foi concluído pelo prefeito Novaes Filho com o apoio de Agamenon e de Vargas, tornando-se uma obra forte da ditadura política, que a utilizou diversas vezes como fonte de propaganda e de legitimação pública. Assim sendo, Novaes Filho, em discurso pronunciado na inauguração desse parque, em 30/08/1939 afirmou:

“Há quase um século constitui esse jardim uma das mais vivas aspirações do Recife. Vários projetos foram organizados e várias tentativas de execução fracassaram (...). Em menos de dois anos de administração, o governo municipal pode apresentar, sem vaidade e sem exibicionismos, um esquema de realizações que conforta e tranqüiliza. Posso recordá-lo isento de ostentação e vanglória, porque o trabalho que vimos realizando foge, rigorosamente, aos quadros do esforço pessoal: é fruto do regime de trabalho e ação administrativa que o Estado Novo, em boa hora veio inaugurar para a salvação do país (...). Em verdade esta obra não é minha, não é de meus distintos auxiliares, ela pertence aquele que a orienta, traça diretrizes seguras e normas precisas e vitoriosas – o interventor Agamenon Magalhães (...). Recifenses, aí está o Parque 13 de Maio cheio de beleza e de linhas irrepreensíveis de bom gosto e de senso urbanístico (...) uma obra eminentemente pernambucana, demonstrando que dispomos de técnicos capazes” (Revista Arquivos I, 1942, p. 256-258).

Ao ser uma obra “eminentemente pernambucana”, o projeto do parque de 1939, cujo autor foi o engenheiro Domingos Ferreira, diferiu dos desenhos anteriores elaborados por estrangeiros, reconhecendo a competência dos profissionais locais. Segundo Pontual (2001, p. 102), com esse projeto, que obedecia a princípios como a amenização e a valorização paisagística, prescritos para a cidade funcional no IV CIAM¹² ocorrido em 1933, o parque inaugurado possibilitou relacionar a imagem da cidade do Recife com as das principais cidades brasileiras, inglesas e americanas, como Nova York realçada pelo *Central Park*. Isto é, o Parque 13 de Maio valorizou a paisagem recifense e integrando “o elenco dos atos modernizadores do governo de Novaes Filho, conferiu magnitude à cidade e acalentou o orgulho dos detentores do saber urbanístico” (Pontual, 2001, p.102), entre eles, o engenheiro José Estelita, que declarou durante a inauguração do referido espaço público, em 30/08/1939:

“Nós, engenheiros de Pernambuco que possuímos no Recife um Prefeito que se tem conduzido de modo a honrar o posto que lhe confiou o Estado Novo, nós, sob os eflúvios daquele símbolo, trabalhemos pela grandeza desta capital, tornando-a cada vez mais rica, atraente e feliz(...). Toda a população recifense

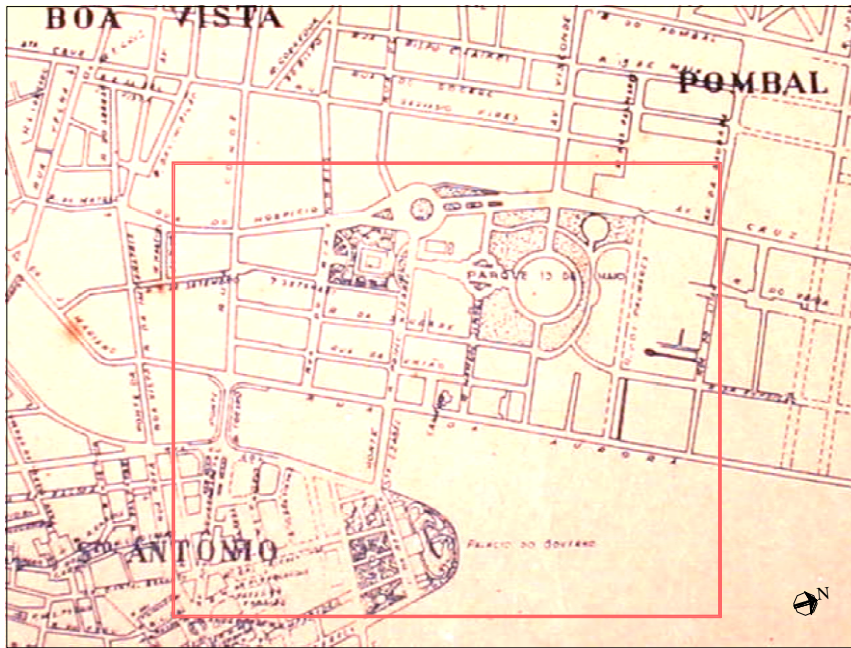
¹²CIAM, Congresso Internacional para a Arquitetura Moderna.

reconhece que, no caso do Parque 13 de Maio, foi transformado em poucos meses um recanto da cidade outrora esquecido, infecto e inútil num logradouro bem arborizado de linhas modernas e que enobrece qualquer cidade adiantada do país(...). Ar, sol, vegetação sejam sempre a trilogia dos elementos naturais visada em tudo quanto se resolver no progresso urbanístico do Recife ” (Revista Arquivos I, 1942, p. 259-260).

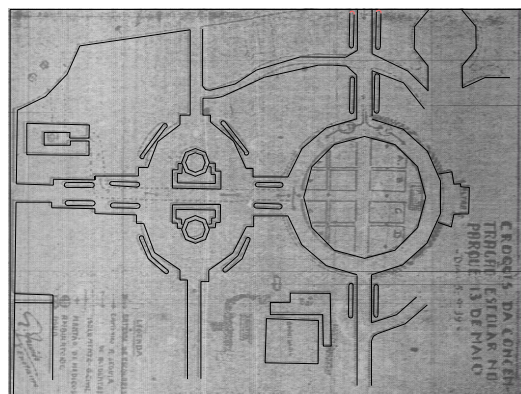
Assim, no dia 30 de agosto de 1939, o Recife, “*cidade de edificação condensada, onde o verde urbano se tornou uma questão vital*” (José Estelita, 1942, p. 260), inaugurou o seu primeiro parque público de grandes proporções, o Parque 13 de Maio, que iria “*se tornar, sem dívida, um dos pontos de reunião social da família pernambucana*”, previa o Jornal do Comércio (30/08/1939) ao informar sobre o referido espaço público. Outro jornal local, o Diário de Pernambuco, também informava sobre o assunto, porém sob outros aspectos:

“O Projeto do Parque foi elaborado pelo eng. Domingos Ferreira, Diretor de Obras Municipais, não tendo o prefeito, Novais Filho, medido esforços para a exposição dessa obra de tanto interesse para a cidade do ponto de vista urbanístico e da saúde pública”(Diário de Pernambuco, (29/08/1939).

Com isso, entende-se que o parque era considerado não apenas como uma obra emblemática do Estado Novo, mas também como uma intervenção inovadora, sob a influência dos novos ditames urbanísticos internacionais, ligada à recreação, ao embelezamento e ao equilíbrio ambiental do Recife. Nesse sentido, uma “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” (III.02), sem data, pertencente ao Museu da Cidade do Recife, contribuiu para o entendimento do espaço público inaugurado no final da década de 30. Essa planta pode ser, talvez, de 1939, pois apresenta semelhanças com um croqui do parque, publicado no referido ano pelo Diário de Pernambuco para organizar uma das cerimônias do III Congresso Eucarístico Nacional (III.03).

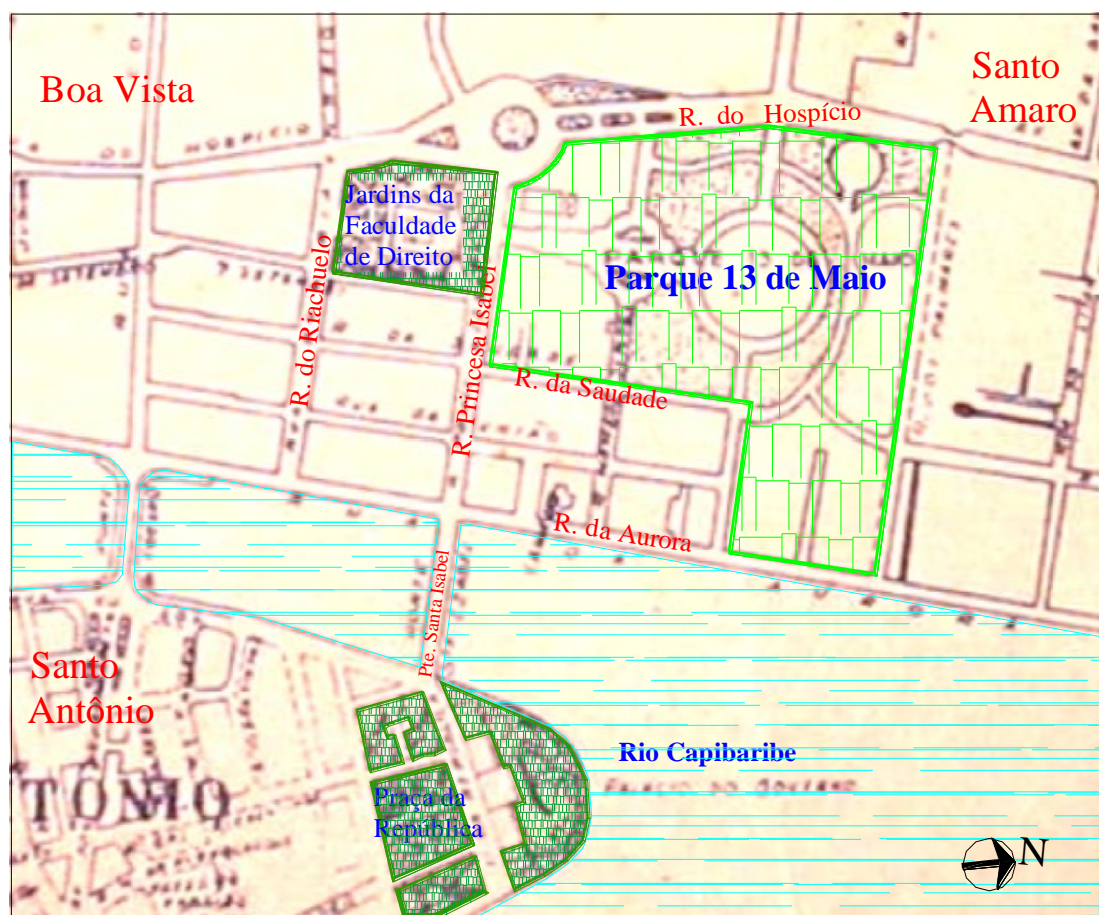


III.02 “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” sem data. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005.



III.03 A comparação entre aproximação dada sobre a “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores” sem data e o croqui do Parque 13 de Maio publicado no Diário de Pernambuco, em 1939, evidencia semelhanças no traçado do parque público. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2005 e Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

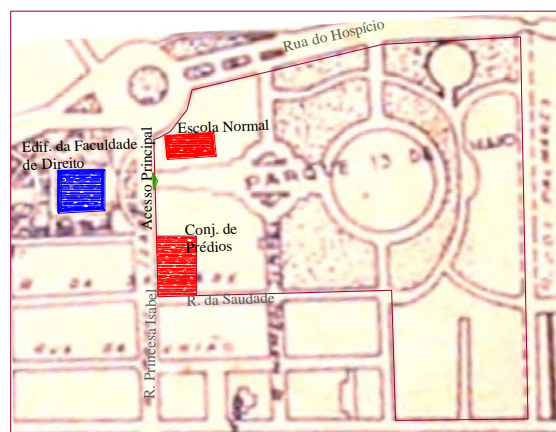
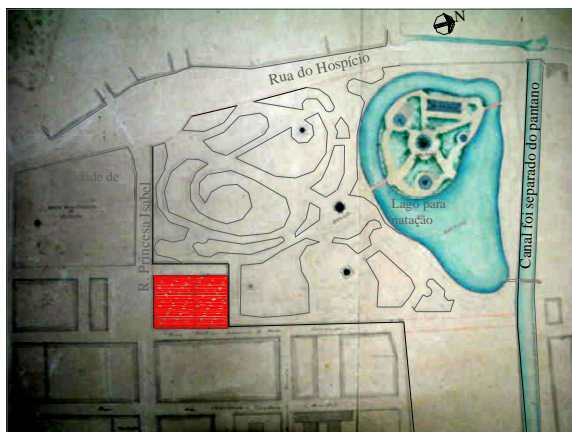
A análise da planta da cidade (III.04) revela que o Parque 13 de Maio, então “*cercado de residências à margem da larga avenida do Hospício, tendo de um lado (...), na face sul, o prédio da Faculdade de Direito com seus jardins*” (José Estelita, 1942, p. 257), permanecia localizado entre os bairros de Santo Amaro e da Boa Vista, nas proximidades de dois importantes eixos viários da cidade: um formado pela Rua do Hospício e o outro, pela Rua Santa Isabel. A implantação do parque na localização indicada por Vauthier e também, “*por Martineau e pelos outros técnicos que vieram depois (...), atendia uma idéia funcionalista defendida pelos ingleses: um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar*” (José Estelita, 1942, p. 260).



III.04 Aproximação dada sobre a “Planta da Cidade do Recife e seus Arredores”, onde se verifica que o Parque 13 de Maio permaneceu na localização indicada pelos projetos anteriores. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

Desse modo, o referido parque estava “no seu lugar”, isto é, numa localização adequada, permitindo aumentar a área de ambiente natural no adensado centro do Recife e também favorecendo, em conjunto com a Praça da República e o jardim da Faculdade de Direito, o equilíbrio ambiental e o aspecto estético da cidade. Para tanto, o seu sítio apresentava uma área

de 11.3 ha, segundo artigo do Diário de Pernambuco (31/08/1939), com a forma de um “L” invertido, semelhante ao do projeto de 1911 (III.05).



III.05 Sítio do Parque 13 de Maio em 1911 e em 1939, a comparação entre esses dois projetos revela que a dimensão do referido espaço público permanecia semelhante nesses dois momentos, inclusive com relação a ocupação da quadra (destacada em vermelho) entre a rua Princesa Isabel e Rua da Saudade. FONTE: APEJE e Museu da Cidade do Recife, 2006.

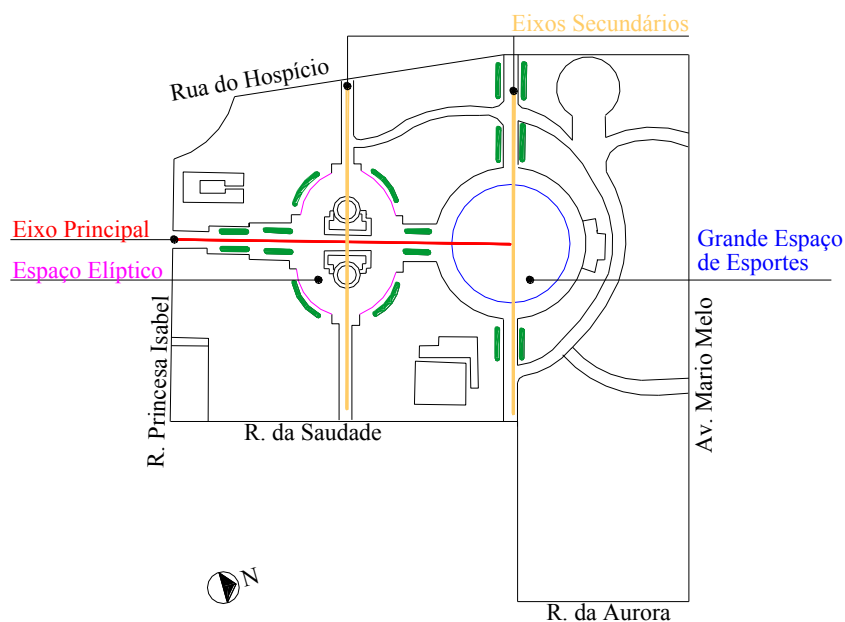
Percebe-se com a comparação desses dois projetos do parque em diferentes momentos, que a quadra na esquina da Rua Santa Isabel com Rua da Saudade, em 1911, já se mostrava desmembrada do mencionado espaço público para ser ocupada por um conjunto de prédios que, segundo José Estelita (1942, p. 259) no dia 30/08/1939, precisavam “*ser arrancados deste local*” Além desses últimos, outra edificação que desde 1920 também ocupava um terreno antes pertencente ao parque era a Escola Normal (atual Câmara Municipal), tornando-se um elemento preexistente observado no traçado desse espaço público em 1939, que teve seu acesso principal inserido entre estes dois desmembramentos edificadas, mais especificamente, diante do edifício da Faculdade de Direito (III.05).

Elemento morfológico já incorporado à paisagem urbana, o edifício da Faculdade de Direito (III.06) foi o ponto de partida do traçado do Parque 13 de Maio, pois diante da mesma, não só o acesso, mas também o eixo principal do parque foi implantado, revelando com isso, a subordinação do traçado do parque à edificação monumental, uma característica do jardim francês. Assim, sob a influência desse jardim europeu, o eixo principal, uma majestosa linha reta central ladeada por canteiros simetricamente ordenados e árvores em fileira, atravessava o parque, como uma grande avenida para pedestres, passando por um espaço elíptico e avançando

até a “*grande praça de esportes*” (Ribeiro, 1998, p. 21). Esse espaço de esportes possuía forma de círculo com 100 metros de diâmetros e estava situado entre canteiros gramados no centro do referido espaço público, segundo artigo do Diário de Pernambuco em 31/08/1939 (III.07).



III.06 Edifício da Faculdade de Direito, ponto de partida do traçado do Parque 13 de Maio em 1939. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.



III.07 Croqui do Parque 13 de Maio de 1939 destacando o: eixo principal, os canteiros simétricos, o espaço elíptico e o grande espaço de esportes circular. FONTE: Cândida Freitas, 2006

Em frente a esse espaço foi construído um altar para o III Congresso Eucarístico Nacional, destinado às autoridades e aos bispos (III.08), que exibia nas palavras do prefeito Antônio Novaes: “*linhas arquitetônicas magníficas, sóbrias e grandiosas, inspirado na belíssima Igreja de São Pedro dos Clérigos*” (Jornal do Comércio, 21/07/39). Esse elemento edificado, após a celebração religiosa foi reformado para funcionar como um notório pavilhão na Exposição Nacional de Pernambuco entre as demais estruturas arquitetônicas dispostas ao longo do parque

(III.09): bar, pérgulas, pavilhões menores, viveiros de aves, e outros (Diário de Pernambuco, 31/08/39).

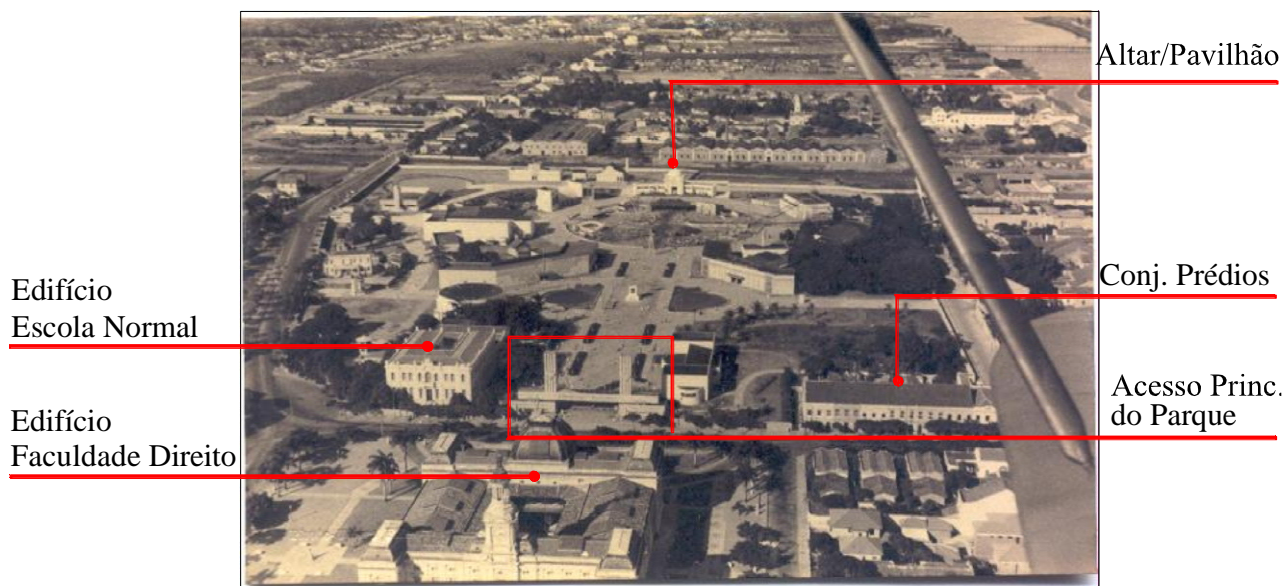


III.08 Fotos do altar do III Congresso Eucarístico Nacional e do pavilhão na Exposição Nacional de Pernambuco. FONTE : Fundação Joaquim Nabuco e Museu da Cidade do Recife, 2006.



III.09 Fotos do bar e de um pavilhão menor, edificações construídas ao longo do eixo principal do Parque 13 de Maio em 1939. FONTE: APEJE, 2005.

A análise da morfologia do projeto de 1939 indica que esse altar/pavilhão, localizado numa das extremidades do eixo principal do parque, servia de contraponto em relação ao edifício principal, a Faculdade de Direito (III.10). Esse conjunto possibilitava a criação de diferentes perspectivas grandiosas aos que ingressavam no Parque 13 de Maio, um “jardim de perspectiva”, definido por Luz (2000, p. 92) como: “*um jardim destinado, não para a reclusão(...), mas para um estupendo teatro de festas(...). Seu propósito era aturdir e não encantar*”. Segundo o supracitado autor, esse era o caráter do Parque de Versailles construído pelos governantes despóticos da França no passado. Guardada as devidas proporções, pode-se dizer que igual caráter parecia ter o parque recifense concretizado pelo Estado Novo no século XX (III.11).

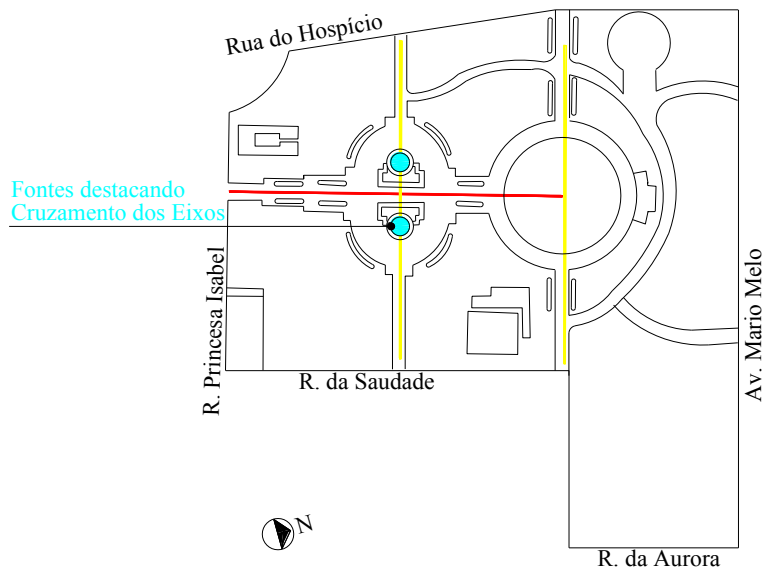


III.10 Foto aérea do Parque 13 de Maio em 1939, onde se verifica o altar/pavilhão servindo de contraponto em relação à edificação da Faculdade de Direito, e o acesso principal ladeado pela Escola Normal e por um conjunto de prédios. FONTE: Casé, 2004.



III.11 Parque 13 de Maio, com a grandiosa perspectiva direcionada para o altar, numa influência do jardim francês. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

Outro indício da influência do jardim francês no projeto de Domingos Ferreira, era o destaque dado à interseção do eixo principal com um eixo secundário retilíneo (III.12), com a utilização do elemento água, no caso, duas fontes circulares inseridas simetricamente no espaço elíptico, em conformidade com os estudos de Luz (2000, p. 87): “O cruzamento de um eixo principal com um secundário pontuado na interseção por uma fonte é um aspecto típico dos cânones franceses em jardinagem”.



III.12 Croqui do parque para mostrar o cruzamento dos eixos, destacado pelas fontes inseridas no espaço elíptico e ainda o outro eixo secundário, influências do jardim francês. FONTE: Cândida Freitas, 2006

Nesse sentido, verificava-se ainda, mais um eixo secundário em linha reta, que passava no centro do grande espaço de esportes circular, partindo da Rua do Hospício, na continuidade da atual Av. Visconde de Suassuna, e desembocando na Rua do da Saudade (III.12). A reunião desses eixos retilíneos com grandes dimensões integrava o Parque 13 de Maio com seu entorno, separava e organizava suas áreas internas, e ainda conferia ao referido espaço público o aspecto de monumentalidade, acentuada pelos canteiros geométricos e pela vegetação em fileiras, em uma demonstração da disciplina e da ordenação do homem sobre a natureza determinada pelo jardim francês.

Segundo Andrade (2003), a repetição dos modelos europeus era comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX, “*tais parâmetros e linhas compositivas, ainda eram recorrentes nas obras desse gênero e programa. Esses padrões se multiplicaram e foram amplamente utilizados nos projetos de jardins públicos e privados em nossas cidades*” (Andrade, 2003, p. 132). Assim, outro aspecto característico do Parque 13 de Maio em 1939 aponta também uma influência dos jardins ingleses: os caminhos secundários curvilíneos distribuídos pelo parque facilitando a integração dos eixos principais. Desse modo, rompendo com a marcante rigidez axial das alamedas principais e retilíneas, os caminhos secundários em linhas sinuosas também possibilitavam a mudança de direção do usuário, a criação de novas trajetórias e a articulação das diferentes áreas internas do parque.

Dentre essas áreas internas no projeto de 1939 se sobressaia o espaço elíptico, uma espécie de ponto de transição entre a entrada principal e o grande espaço de esportes, devido a sua forma e, sobretudo, à instalação das duas fontes luminosas circulares contornadas por desenhos geométricos, eminentemente, simétricos (III.12). Esses elementos aquáticos eram novidades importadas, que conferiam a idéia de inovação e beleza ao parque, além de possibilitarem a distração de seus usuários, conforme esclarecia um artigo do Diário de Pernambuco (31/08/1939), “*cada fonte luminosa possuía 69 jatos de água, com 16 efeitos luminosos produzidos por 12 refletores de 500 watts, resultando num belo efeito*”.

Além das fontes luminosas, outro elemento de composição do traçado que assegurava grande atratividade ao parque desenhado por Domingos Ferreira era a sua vegetação, com árvores plantadas em fileira ao longo das alamedas (III. 13), extensas áreas gramadas e grupos arbustivos e arbóreos distribuídos informalmente (III.14), lembrando a organização do jardim inglês. A análise da morfologia do parque aponta que a vegetação tinha um papel preponderante, não apenas na caracterização estética do mesmo, mas também na amenização do clima do centro da cidade, na criação de sombra suficiente para o conforto dos usuários e na proteção do solo exposto por meio de cobertura adequada.

Segundo Ribeiro (1998), tendo em vista o Relatório de Novaes Filho em 1944, a vegetação do parque “*foi concebida dentro do propósito de enfatizar a beleza da paisagem tropical, incorporando espécies vegetais da floresta amazônica*” (Ribeiro, 1998, p. 21). Nesse sentido, no dia seguinte a inauguração do parque, sua vegetação foi enaltecida pela imprensa local devido ao “*aproveitamento inteligente das plantas e árvores da região, jardins amazônicos, aquários, orquidário (...), tudo disposto de maneira a deixar uma ótima impressão*” (Diário de Pernambuco, 31/08/1939).



III.13 Fotos de diferentes perspectivas do Parque 13 de Maio, ambas revelando as árvores em fileira. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.



III. 14 Vegetação do Parque 13 de Maio, extensos gramados, grupos informais de arbustos e árvores. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

A incorporação e conseqüente valorização das plantas regionais e amazônicas no parque em estudo parece indicar que seu autor, Domingos Ferreira, pode ter se inspirado também nos jardins públicos elaborados em Recife entre 1934 e 1937 por Burle Marx, “*pioneiro na concepção do jardim brasileiro*” (Leenhardt, 1996, p. 12), em uma reação a influência européia. Assim sendo, a influência dos novos valores estéticos do inspirado paisagista em um dos elementos de composição do traçado do Parque 13 de Maio, isto é, na sua vegetação, foi mais um aspecto que contribuiu para tornar o referido espaço público uma experiência de modernização da capital pernambucana.

Por tudo isso, o Parque 13 de Maio, uma aspiração dos recifenses, sobretudo dos intelectuais e empresários locais desde o século XIX, constituiu em 1939, dentre as construções e reformas de espaços públicos efetivadas por Novaes Filho, de acordo com Pontual (2001, p. 100), “*o empreendimento de maior impacto urbanístico e de grande efeito cívico para a cidade*”. Desse modo, o parque se consolidou como um marco da modernização da cidade do Recife, um espaço público emblemático do Estado Novo, onde passaram a ocorrer não apenas solenidades cívicas, tais como - a apresentação da banda do cruzador Suffren em 1944; os discursos políticos, entre eles, o de Getúlio Vargas em 1947 e o de Carlos Prestes; os desfiles militares; as exposições; as paradas escolares; as manifestações populares – mas também, recreações cotidianas da sociedade recifense (III.15): “*A construção desse Parque não veio atender, somente, a uma velha aspiração do Recife; ele tem sido o refrigerio de milhares de crianças que*

se comprimiam no centro da zona urbana e que não conheciam, até então, o encanto das áreas cheias de flores e ar puro” (Boletim da Cidade e do Porto do Recife, 1944).



III.15 Fotos do Parque 13 de Maio, onde ocorriam solenidades com o desfile militar e também a recreação cotidianas da sociedade do Recife. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

3.2 O “Levantamento Planimétrico do Parque 13 de Maio” no ano de 1964

A sociedade do Recife, assim como a de todo o país, com o fim do Estado Novo em 1945, até o ano de 1964, viveu os movimentos sociais e culturais e de agitações políticas e econômicas inerentes à redemocratização nacional e a sua modernização, que continuava sendo a palavra de ordem. O cientista político Túlio Velho Barreto (30/01/2006) afirma que vivia-se “*os anos dourados*”, onde tudo era novidade: a nova Capital Federal, a Bossa Nova, o cinema novo, a televisão, a vitória da copa do mundo com Pelé e Garrincha, entre outros.

Esses anos, chamados por Rezende (2002, p.123) de: “*tempos de exaltação desenvolvimentista*”, podem ser caracterizados pelo fascínio pela industrialização, considerada a principal responsável pelo crescimento econômico e pelo aumento da qualidade de vida da população. Essa época ficou marcada também pelo intuito em implantar reformas urbanas ligadas a um plano regional e pelas políticas sociais do governo democrático, este último, representado no país, sobretudo, por Juscelino Kubistcheck (1956-1960), presidente populista empenhado em trazer o progresso para o Brasil, e na capital pernambucana, por Pelópidas Silveira (1955-1959/1963-1964), prefeito comprometido em tornar o Recife uma metrópole industrializada, equilibrada e integrada à região na qual estava inserida (Pontual, 2001).

Nesse contexto, no entanto, o Recife permanecia apresentando o rótulo de cidade da desordem, da miséria e do atraso regional, indicando, com isso, um quadro de inúmeros

problemas, entre eles: a saturação demográfica com uma população estimada em 800 mil habitantes, a restrita disponibilidade de terrenos virgens ou não ocupados por atividade urbanas, a intensificação do tráfego de automóveis e ônibus, a ausência de habitação e infra-estrutura das áreas periféricas que se expandiam, etc. (Pontual, 2001, p.161-169).

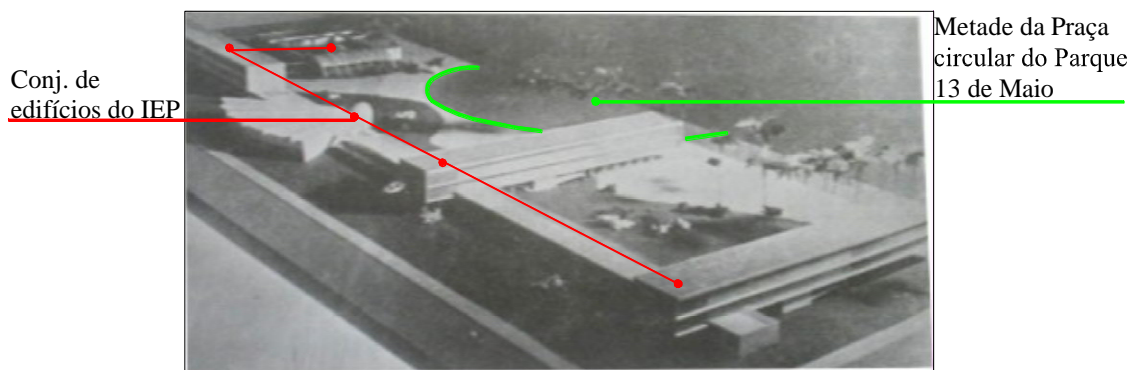
Verificava-se ainda nessa capital marcada pelo desequilíbrio social (Lima, 1985, p. 49), o início da verticalização de suas áreas nobres não centrais, como Boa Viagem, com a construção de prédios que acumulavam à função da moradia, atividades comerciais e de lazer, entre eles: o edifício o Holiday (1957), o Califórnia (1958) de autoria de Acácio Gil Borsoi e o Acaiaca (1958) de Delfim Amorim (Geraldo Marinho, 2002, p. 166). A cidade se alargava em direção aos seus bairros periféricos, que “inchavam”, a exemplo de Casa Amarela, cuja população teve um aumento de cerca de 55% entre 1950 e 1960. Em contrapartida, decresciam os moradores dos bairros centrais, de São José, de Santo Antônio e do Bairro do Recife, que perdiam o papel de área residencial importante, sendo tomados por edificações ligadas ao comércio e ao setor de serviços (Rezende, 2002, p. 124). Sobre o Recife, nesse período, Pontual (2001) afirma:

“Os problemas urbanos não eram mais pontuais, restritos às pequenas partes da urbe, não eram mais setoriais, condizentes com um dos aspectos da vida da cidade ou de sua expansão, como, por exemplo, o de controle sanitário e da medicina social verificado no século XIX e início do século XX. Eles tornaram-se complexos, entremeados de proporções indeterminadas, ou seja, a relação dos homens com as coisas tinham-se modificado, exigindo novos encargos dos governantes” (Pontual, 2001, p. 141).

Com o objetivo de reverter essa situação de “atraso” em que o Recife se encontrava, o prefeito Pelópidas Silveira, apoiado nos paradigmas do urbanismo moderno propagados por profissionais como Antônio Baltar, Le Bret e Edgar Amorim, realizou em toda as áreas da cidade inúmeras obras relacionadas à questão social e ao desenvolvimento econômico. Todavia, deu prioridade a periferia, onde instalou iluminação e construiu avenidas, ruas, pontes, pontilhões, praças e parques, dentre as quais merecem destaque nesta pesquisa: a implantação do Parque Sítio da Trindade, em 1958, em uma área com 6 ha no bairro de Casa Amarela - proporcionando para a população pobre dessa localidade o acesso à recreação ao ar livre - e no centro da cidade, o alargamento e pavimentação da Avenida Conde da Boa Vista (Pontual, 2001).

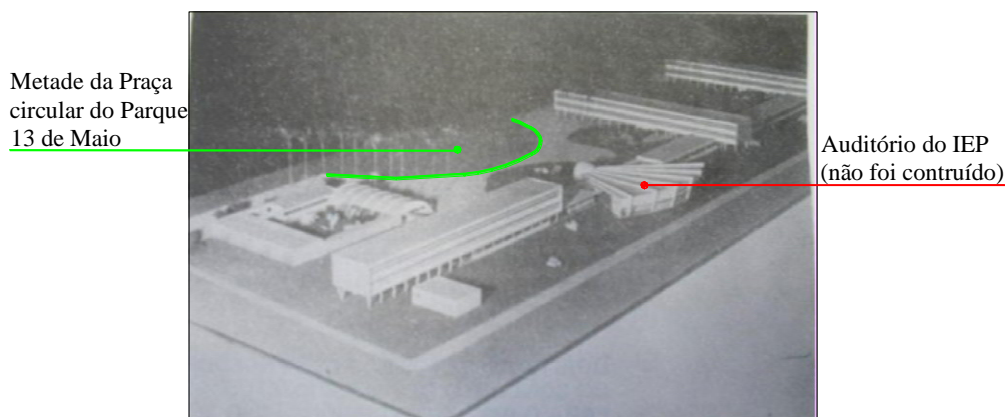
Outra obra significativa, que também ocorreu no centro do Recife, no final dos anos 50, foi a construção do conjunto de edifícios do Instituto de Educação de Pernambuco, o IEP (III.16). De acordo com Lima (1985), esse empreendimento, iniciado em 1957 e inaugurado em 1958, era uma realização do governador do Estado, General Oswaldo Cordeiro de Farias (1955-1958),

visando “*dar à antiga e tradicional Escola Normal de Pernambuco, uma nova sede, condigna com seu alto prestígio*” (Lima, 1985, p. 89), para que pudesse atender efetivamente às suas novas e reais necessidades.



III.16 Foto da Maquete dos edifícios do IEP em 1957, exemplo de arquitetura moderna no Recife, visto do cruzamento da Av. Mario Melo com Av. Cruz Cabugá. FONTE: Lima, 1985.

Nesse sentido, conforme artigo do Jornal do Comércio em 1957, foi realizado um concurso público nacional, onde os arquitetos vencedores foram Marcos Domingues da Silva e Carlos Falcão Correia Lima, os quais apresentaram o projeto de um conjunto arquitetônico composto por: “*Blocos interligados, o atual Instituto de Educação, a Escola de Aplicação, o Pavilhão de Puericultura e o Jardim de Infância, todos servidos por grandes áreas ajardinadas, campos para desportos, um grande auditório com capacidade para 1500 espectadores*” (Jornal do Comércio, 24/03/1957), constituindo este último, o edifício integrante do projeto que não foi executado (III.17).



III.17 Maquete do conjunto de edifícios do Instituto de Educação de Pernambuco em 1957, visto do cruzamento da atual Av. Mario Melo com R. da Fundação, em uma área pertencente ao Parque 13 de Maio, onde é possível observar a permanência do círculo da sua grande “praça” ou espaço de esporte. FONTE: Lima, 1985.

Representando para Loureiro e Amorim (www.vitruvius.com.br/arquitextos, 2002), “*um exemplo significativo da influência da arquitetura de Richard Neutra na arquitetura brasileira*”, ou seja, um modelo das idéias modernas de arquitetura e de educação no Recife, o conjunto arquitetônico do IEP foi localizado em uma área pertencente ao Parque 13 de Maio, próxima a sua grande “praça” ou espaço circular (III.18). Sobre esse assunto Lima (1985), em 1957, afirmava: “*os arquitetos vencedores souberam com grande habilidade tirar partido da paisagem do Parque Treze de Maio, fazendo com que o majestoso conjunto a ser construído ficasse integrado naquela paisagem urbanística como um todo, sem quebra de unidade*” (Lima, 1985, p. 97).



III.18 Foto da construção do IEP, visto do cruzamento da atual Av. Mario Melo com R. da Fundição, em 1957, em uma área pertencente ao Parque 13 de Maio, onde é possível observar que nessa fase da obra o círculo de seu grande espaço de esporte ainda permanecia. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

Além da benéfica integração com o parque urbano, argumentada por Lima (1985), a escolha dessa localização do IEP, talvez, tenha sido determinada também: pela limitada disponibilidade de terrenos sem ocupação na cidade, então já saturada, e pela preocupação em manter a nova edificação em uma área próxima a da antiga Escola Normal, favorecendo o acesso e a recreação de seus alunos e docentes, já usuários costumeiros do referido espaço urbano, que era também muito usado pelos estudantes das demais instituições de ensino, situadas no seu entorno: o Ginásio Pernambucano na Rua da Aurora, a Faculdade de Direito na Rua Princesa Isabel, a de Filosofia na Rua da Soledade e a Escola de Engenharia na Rua do Hospício.

Assim, fazia parte do cotidiano dos estudantes dessas escolas, nesse período, freqüentar o Parque 13 de Maio, onde realizavam seus “trotés”, suas manifestações políticas e suas festas, se destacando entre elas, a “Festa da Mocidade” (III.19), que atraía pessoas, inclusive, de outros estados (Rezende, 2002, p. 127-130). Todos esses aspectos parecem terem sido considerados

pelos autores do IEP, quando traçaram seu projeto buscando a integração com o parque. Nesse sentido, o “Levantamento Planimétrico do Parque 13 de Maio” de 1964, pertencente ao acervo do Museu da Cidade do Recife (III.20) contribuiu para perceber as mudanças e permanências ocorridas, em consonância com esse contexto da cidade, nos elementos de composição do traçado do parque, ou seja, as novas edificações e eixo viário do entorno, bem como, a dimensão do sítio, os eixos, e os componentes vegetais e aquáticos do parque.



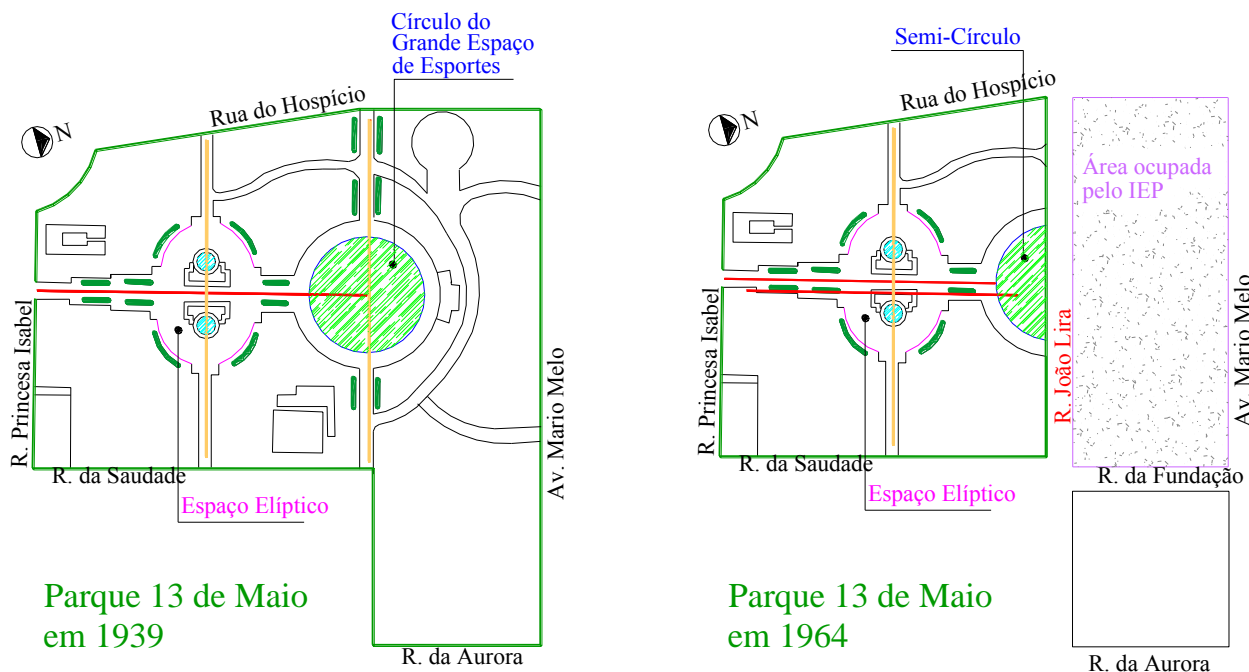
III.19 Festa da Mocidade no Parque 13 de Maio. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.



III.20 “Levantamento Planimétrico do Parque 13 De Maio” de 1964. FONTE: URB, 2005.

A análise da morfologia do levantamento de 1964 aponta que o parque havia perdido uma grande parte de sua área e que a integração almejada pelo projeto do IEP não havia sido atingida, pois uma via para circulação de veículos, a atual Rua João Lira, não prevista no referido projeto, havia sido implantada no meio do grande espaço de esportes do parque, separando-o do conjunto de edifícios do IEP. A abertura dessa rua, visando favorecer o escoamento do tráfego no sentido centro/periferia, ocorreu onde havia um dos eixos secundários e retílineos do parque. Esse fato parece indicar a intenção de evitar novas desapropriações no centro urbano, que então vivenciava essa experiência “traumática” com o alargamento Avenida Conde da Boa Vista. Ou seja, ao evitá-las, as controvérsias populares e os gastos públicos seriam minimizados, resultando em economia e agilidade construtiva.

Assim, reduzido em sua dimensão, o sítio do parque passou a apresentar cerca de 6.4 ha, segundo cálculos desta pesquisa, e a forma de um trapézio. Essa redução da estrutura fundiária do parque, alterou o seu traçado, levando à eliminação do grande espaço de esportes em forma de círculo presente no projeto de 1939 e dando lugar ao surgimento de um arco, em 1964 (III.21). Esse novo desenho geométrico, por si só, não gerava o mesmo impacto visual causado pelo grande círculo vazio, que precedia e realçava a edificação contrapondo a vista da Faculdade de Direito.



III.21 Croquis do Parque 13 de Maio em 1939 e em 1964 com suas mudanças e permanências. FONTE: Cândida Freitas, 2006.

No intuito de solucionar esse problema estético, imposto pelo contexto, que delimitou um arco ou um semicírculo no traçado do parque, foi proposto um monumento vertical sobre uma base retangular, também com outro objetivo, homenagear a Força Expedicionária Brasileira, FEB, pela vitoriosa batalha nas colinas de Monte Castelo na Itália, durante a segunda Guerra Mundial (1939-1945). Inspirado no lema do Exército do Brasil, “*Braço Forte, Mão Amiga*” (Franca, 1977), o referido monumento de autoria do arquiteto Jorge Martins Filho aparece no levantamento de 1964 implantado em um talude, possivelmente, para agregar imponência ao arco, ganhar maior visibilidade e ainda expressar o domínio dos militares sobre a população (III.22). Esse elemento construído, no entanto, só se concretizou em 1970, quando o Brasil vivia os piores anos da ditadura militar iniciada em março de 1964.



III.22 Foto do Monumento a FEB construído em 1970 no Parque 13 de Maio. FONTE: Macedo e Sakata, 2002.

Além desse elemento construído, verifica-se no levantamento de 1964, ampliando a atratividade do Parque 13 de Maio, duas edificações erguidas nos anos 40: o Restaurante Torre de Londres (III.23), que era também uma espécie de mirante da área, e o Bar A Cabana, ponto de encontro dos estudantes, de acordo com as informações dadas pelo jornalista Fernando Menezes, durante o desenvolvimento dessa pesquisa. O espaço público em estudo ainda revela a permanência de antigos desmembramentos do sítio, ocupados com o edifício da Escola Normal, que passou a ser a sede da Câmara dos Vereadores, em 1962, e com o conjunto de prédios situados em um terreno entre a Rua Princesa Isabel e Rua da Saudade.



III.23 Edifício do Restaurante Torre de Londres com um espelho d'água na frente, situado no Parque 13 de Maio em 1964. FONTE: Fundaj, 2006.

Nas proximidades desse terreno, foi construído, artificialmente, um novo elemento aquático de composição do traçado de um parque urbano, isto é, um lago, cujo formato era irregular, à luz do jardim inglês, favorecendo a recreação contemplativa e a integração com a natureza. Esse caráter do parque era reforçado pelos novos caminhos curvos, desenhados entre o monumento em homenagem à FEB e as fontes luminosas. Estas últimas com forma geométrica circular, à moda do jardim francês, permaneciam conforme o projeto do engenheiro Domingos Ferreira em 1939, destacando o cruzamento dos dois eixos retilíneos do espaço público, que não haviam sofrido modificações, como mostra o levantamento de 1964. Essa planta do parque ainda revela outro elemento aquático, um espelho d'água em forma circular, implantado em frente ao Restaurante Torre de Londres e próximo a uma pequena praça de estar, possibilitando a formação de um recanto reservado ao encontro e à contemplação do espaço público.

Com relação à vegetação do Parque 13 de Maio, a análise de sua morfologia assinala que os canteiros simétricos visualizados no croqui de 1939 haviam sido reduzidos em 1964, restando apenas os que se encontravam situados ao longo do eixo principal do referido espaço público. Em movimento contrário, a vegetação disposta, informalmente, na periferia do parque parece ter aumentado nesse desenho da década de 60, acentuando as linhas do jardim inglês (III.24). Desse modo, o parque em estudo demonstra em seu traçado que sofreu a influência de “*duas escolas paisagísticas com pensamentos opostos: a escola francesa e a escola inglesa*” (Luz, 2000, p.85).



III.24 Vegetação em um dos acessos do Parque 13 de Maio, na década de 60, destacando o aspecto de informalidade na sua distribuição pelo referido espaço público. FONTE: Fundaj, 2005.

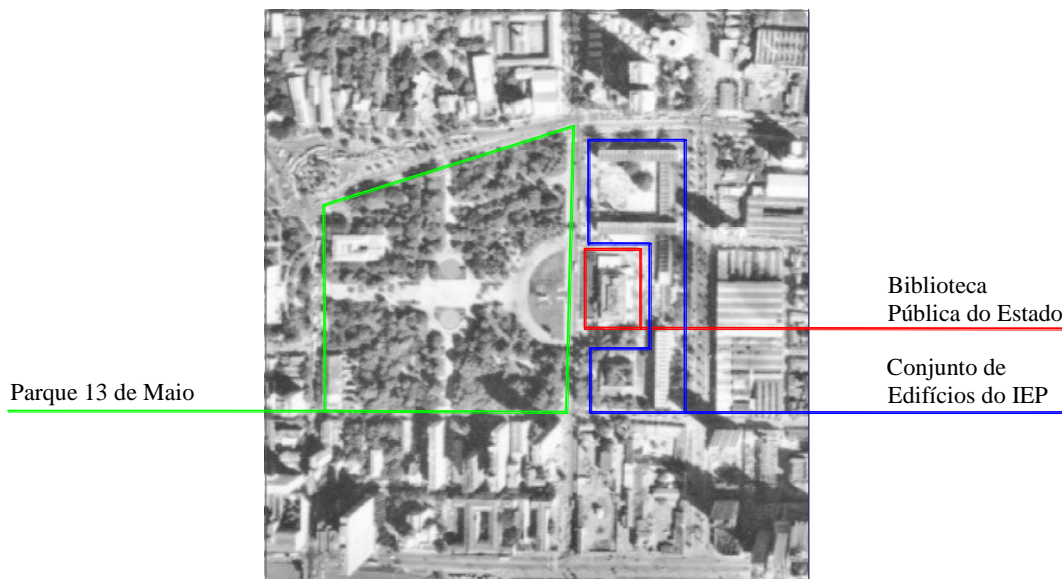
3.3 Os projetos de intervenção do Parque 13 de Maio em dois momentos diferentes: 1985 e 2001

O ano de 1985 marca o final de duas décadas de ditadura militar no Brasil. Em Recife, esse governo autoritário e centralizador, dando ênfase à segurança e ao controle social, foi responsável por modificações na vida da cidade que, segundo Rezende (2002, p. 134), teve “*seus territórios de liberdade suprimidos, suas lideranças populares perseguidas ou eliminadas, sua memória de lutas considerada perigosa(...). Continuava o discurso da modernização, do desenvolvimento*”.

Nesse sentido progressista, em 1973, o governo militar implantou, na capital pernambucana e nas cidades situadas em sua vizinhança, uma política voltada para o desenvolvimento econômico e social desse aglomerado urbano organizado por um planejamento integrado. Com isso, foi criada a Região Metropolitana do Recife, RMR, onde se destacavam problemas como: as desigualdades de renda, a carência de habitação, as deficiências em infraestrutura, necessidade de transportes e sistema viário e o baixo número de indústrias geradoras de empregos e dividendos (Fidem, 2005).

Para resolver esses problemas, diversas obras foram construídas na RMR nesse período militar, entre elas: o Terminal Integrado de Passageiros (TIP) e os distritos industriais com grandes conjuntos habitacionais, a exemplo do Curado e de Paulista. Ao mesmo tempo, grandes intervenções foram implementadas também nas áreas “nobres” do Recife, tais como: a construção

da Avenida Domingos Ferreira em Boa Viagem, possibilitando a ocupação vertiginosa da Zona Sul, a implantação da Avenida Agamenon Magalhães, primeira perimetral da região metropolitana, e ainda a edificação do Centro de Convenções e da Biblioteca Pública Estadual (Jornal do Comércio, 10/07/2001). Esta última, situada entre os edifícios escolares do IEP, segundo Loureiro e Amorim (www.vitruvius.com.br/arquitexto, 2002) contribuiu para romper com a integração pretendida no projeto escolar do IEP com o Parque 13 de Maio (III.25).



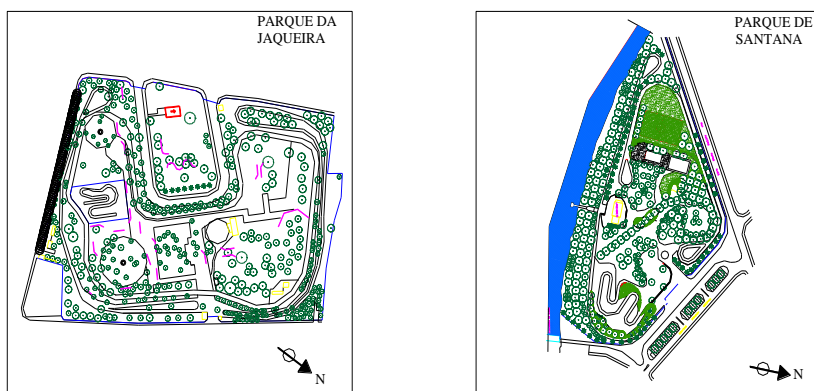
III.25 Foto aérea em 1975, onde se verifica que a edificação da Biblioteca Pública Estadual, contribui para romper a integração proposta pelo projeto do conjunto edificado do IEP com o Parque 13 de Maio. FONTE: FIDEM, 2006.

Assim, o Recife, em 1985, passa por várias intervenções urbanas, determinadas pelos vinte anos de governo militar, que contribuíram para modificar a paisagem da cidade (Jornal do Comércio, 10/07/2001). No entanto, apesar dessas visíveis mudanças em seu espaço urbano, a capital pernambucana, que então contava com mais de um milhão de habitantes, permanecia apresentando carências antigas como: moradia, saneamento, transporte, sistema viário, entre outros. Tais demandas, quando associadas ao adensamento urbano existente na cidade, levaram (Fidem, 2005, p. 49), “*parte da população a viver em condições sub-humanas, em favelas ou outras formas precárias, onde prolifera a miséria, a degradação humana e o crime organizado*”.

Além desses, outros problemas de naturezas diversas ocorreram no Recife, nos meados da década de 80: alto índice de violência, crise econômica agravada pelo declínio do setor industrial no estado, sobretudo, o têxtil, e também pelo descontrole inflacionário do país (Jornal do Comércio, 10/07/2001) e, ainda, degradação do seu meio ambiente. Este último assunto, nesse

período de redemocratização, voltou a ser bastante discutido pelos cidadãos, que então vivenciavam a gestão municipal de Joaquim Francisco (1983-1985).

O referido prefeito tentou reverter o conjunto de carências exposto pela cidade, nessa sua primeira administração, segundo informa o Jornal do Comércio (17/04/1989), realizando obras públicas rotineiras, como calçamentos de ruas, coleta de lixo, entre outros, e obras de maior destaque, como a abertura do canal de Setúbal, a construção do Viaduto Tancredo Neves e as implantações dos Parques da Jaqueira e de Santana (III.26).



III.26 Plantas Baixas do Parque da Jaqueira e do Parque de Santana. FONTE: Sá Carneiro e Mesquita, 2000.

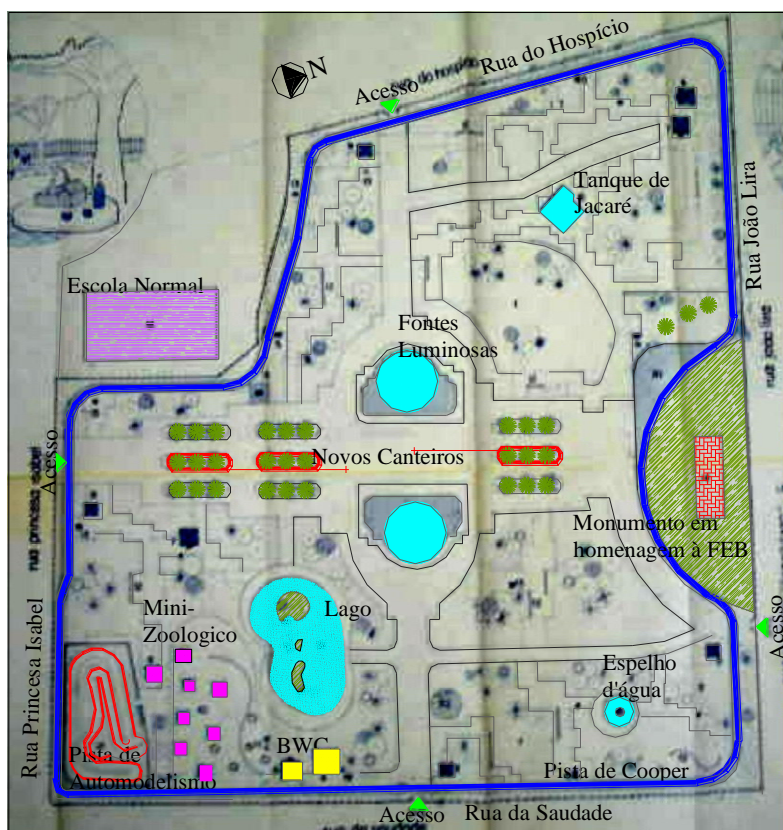
Esses dois parques públicos entregues à cidade, em 1985, pelo prefeito Joaquim Francisco expressavam, segundo Sá Carneiro (2004, p. 74), “*de um certo modo, uma preocupação com os espaços públicos, mas de forma localizada e direcionada para os bairros bem abastecidos, sem contemplar a cidade em sua totalidade*”. Nesse sentido foi construído no Bairro da Jaqueira, um bairro de elite recifense, em um sítio localizado no entorno da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira, patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, o Parque da Jaqueira, apresentando uma dimensão de 7.0 ha, (Sá Carneiro e Mesquita, 2000, p. 60) e representando o maior parque urbano público de recreação da cidade.

Conforme um artigo do Jornal do Comércio em 10/03/1985, dia da inauguração do referido parque: “o local foi dotado de modernos equipamentos de lazer, pistas de bicicross e cooper, brinquedos, cercas de proteção, sanitários públicos e mais de 500 árvores frutíferas e ornamentais”. Nesse mesmo dia, por sua vez, um artigo do Diário de Pernambuco (10/03/1985) informando sobre o parque, dava ênfase a dois aspectos: as grades que o circundavam, posteriormente, adotadas em outros espaços públicos da cidade, e a pista de cooper, com um quilometro de percurso por 3,5 metros de largura com demarcações a cada 200 metros. Essa pista

de cooper do Parque da Jaqueira permitiu que os recifenses aderissem a um hábito mundial em destaque na década de 80, o culto ao corpo, conforme esclarecia outro artigo jornalístico:

“Pistas, parques e praias eram invadidas pelos adeptos da ‘coopermania’. As recomendações do médico americano conquistaram milhares de atletas de fim de semana. O exercício gratuito e acessível à maioria(...) tornou-se uma atividade essencial para a saúde” (Diário de Pernambuco, 07/12/1999).

Além da construção desses espaços públicos com equipamentos esportivos, também se destacaram, nesse sentido, a inclusão de grades e novos brinquedos na praça do Derby e no Parque 13 de Maio, ambos reformados na administração de Joaquim Francisco, que tinha como uma das diretrizes, de acordo com João Eduardo Rosas, então secretário de obras: *“a prioridade para a ecologia, preservação das tradicionais praças e construção de novas áreas de lazer”* (Diário de Pernambuco, 11/03/1985). Nessa perspectiva, a planta baixa do “Projeto do Parque 13 de Maio” de 1985 (III.27), pertencente ao acervo da URB, contribuiu para melhor esclarecer a intervenção ocorrida, nesse momento, no espaço público em estudo, guiada pela diretriz ambiental e pela preocupação em propiciar atividades recreativas para a população com a inclusão da prática de esportes.



III.27 Projeto do Parque 13 de Maio em 1985. FONTE: URB, 2005.

A análise da morfologia do Parque 13 de Maio, em 1985, revela que seu sítio permanecia em forma de trapézio, como no projeto de 1964, contendo a edificação da antiga Escola Normal (atual Câmara dos Vereadores). Por sua vez, as edificações do Bar A Cabana e do Restaurante Torre de Londres, já não constavam nesse projeto de 1985, pois haviam sido demolidas, no final década de 60, sob a argumentação de que seus freqüentadores causavam muita agitação e barulho, inclusive, estacionando seus carros dentro referido espaço público que, com isso, tinha suas tradicionais qualidades ambientais, estéticas e recreativas prejudicadas.

A dimensão do parque, nos meados da década de 80, havia sido modificada para 6.9 ha, devido ao remembramento da área situada entre a Rua Princesa Isabel e Rua da Saudade, onde ocorreu a demolição dos prédios antes existentes, para dar lugar a uma pista de automodelismo que, todavia, não chegou a ser construída (III.27). Nesse período, verifica-se, ainda, a inclusão de uma pista de cooper no sítio do Parque 13 de Maio. Essa inovação no traçado do parque refletia uma nova demanda da sociedade recifense, que havia incorporado em seus hábitos, especialmente, com a construção da pista de cooper do Parque da Jaqueira, a prática desse exercício recomendado pelo médico americano.

A influência da crescente preocupação ecológica em 1985, não só entre os recifenses, mas em todo o mundo, também parece ter atingido o traçado do Parque 13 de Maio que, nesse momento, teve seu mini zoológico reformado com a ampliação das jaulas para melhorar a qualidade de vida dos animais. Esse mini zoológico, assim bem como os escorregos e esculturas de concreto do artista plástico Abelardo da Hora, foi inserido no parque durante a década de 70, com a intenção de aumentar sua atratividade, melhorando seu aspecto paisagístico e atendendo às demandas de sua predominante recreação contemplativa (Ribeiro, 1998, p. 22).

Percebe-se também, nesse projeto de 1985, que novos canteiros com fileiras de palmeiras foram inseridos entre os canteiros existentes nas laterais do eixo principal do parque. Esses canteiros laterais foram construídos em 1939, conforme o projeto do engenheiro Domingos Ferreira, para fortalecer a imponência do eixo central. No entanto, os novos canteiros enfraqueceram essa imponência do referido eixo e, ainda, obstruíram as perspectivas monumentais que destacavam a Faculdade de Direito e o seu contraponto, o monumento em homenagem à FEB (III.27).

Por sua vez, caminhos secundários foram multiplicados, consolidando os percursos espontâneos da população, conforme esclareceu, durante a realização da presente pesquisa, Maria

Inês de Oliveira, arquiteta responsável pela intervenção física no traçado no parque. Esses novos caminhos secundários não apresentavam a antiga forma sinuosa, e sim o desenho de polígonos retilíneos e irregulares, em obediência à forma determinada pelas pedras retangulares entremeadas com gramíneas, que os revestiam (III.28).

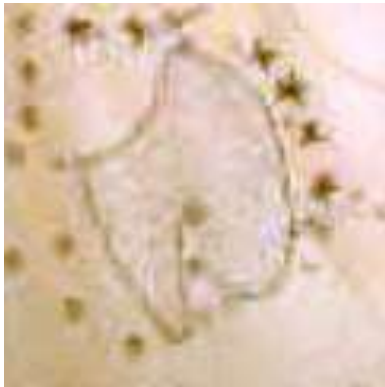


III.28 Caminhos secundários do Parque 13 de Maio obedecendo ao formato retangular das pedras que os revestiam. FONTE: Museu da Cidade do Recife, 2006.

A observação simultânea tanto da planta do parque em 1985, como da aproximação dada sobre a foto aérea, em 1975, aponta que o parque se mostrava coberto por diversas árvores (III.29), que gerando sombra e amenizando a temperatura climática, propiciavam o descanso, o encontro e o recreio dos usuários do referido espaço público que, nesse sentido, também contava com os elementos aquáticos existentes: as fontes luminosas implantadas desde 1939, e ainda da intervenção de 1964, o espelho d'água e o lago. Esse último elemento aquático, no entanto, no projeto de 1985 apresentava forma e dimensão diferentes (III.30).



III.29 Aproximação dada sobre a foto aérea de 1975 e planta do Parque 13 de Maio, em 1985, onde se observa a profusão de árvores existentes no Parque 13 de Maio. FONTE: URB, 2005 e FIDEM, 2006.



III.30 O lago, um elemento de composição do traçado que permaneceu de 1964 a 1985, apresentando pequenas mudanças na forma e dimensão.

Essa intervenção de 1985, acrescentando novos elementos no traçado do parque, da indícios da intenção de adequar o parque às novas demandas da sociedade do Recife, que ao seu modo, refletia ou tentava refletir, em seu cotidiano as questões em destaque no Brasil e no mundo. Assim sendo, Ribeiro afirma que: *“Essas modificações no 13 de Maio mostram como o projeto de um parque não é definitivo, pois acompanha as reivindicações sociais, a partir das necessidades expressas pelos usuários que influenciam as decisões dos planejadores e paisagistas”* (Ribeiro, 1998, p. 23).

Nessa perspectiva, uma outra intervenção foi realizada no Parque 13 de Maio em 2001, ano em que o prefeito da cidade, João Paulo, definiu a inclusão social e o direito à cidadania como diretrizes de sua administração municipal do Recife, que então contava com 1.422.905 habitantes (IBGE, 2000). Ou seja, segundo informação da arquiteta Andréa Quintas, responsável por essa nova reforma, a intenção era satisfazer a solicitação de um grupo social, mais especificamente, da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, que então argumentava a impossibilidade desses indivíduos serem usuários do referido espaço público. Nesse contexto, em 2001, a prefeitura lançou o “Projeto Parque para Todos”, priorizando o “Projeto de Acessibilidade ao Parque 13 de Maio”, tendo como objetivo favorecer o acesso ao espaço público pelo usuário com limitações físicas (III.31 e 32).



III.31 “Projeto de Acessibilidade do Parque 13 de Maio em 2001”, onde se verifica que o traçado permanece, de um modo geral, igual ao de 1985. FONTE: URB, 2005.

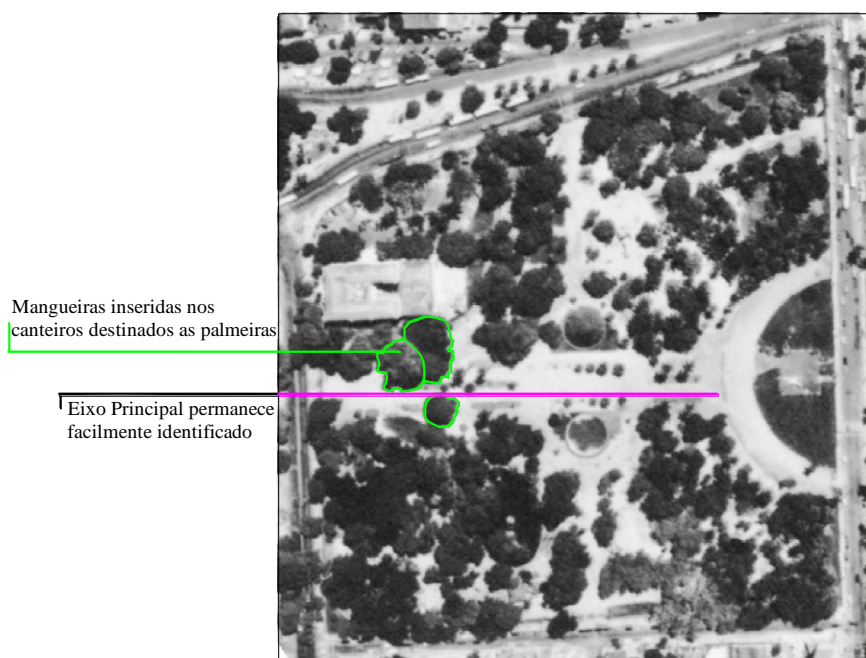


III.32 Perspectiva do Parque 13 de Maio em 2001. FONTE: URB, 2005.

A análise da morfologia demonstra, de um modo geral, a permanência dos elementos de composição do traçado do parque - eixos viários do entorno, dimensão e forma do sítio, eixos do parque e elementos aquáticos – em relação à proposta de 1985. De acordo com Andréa Quintas,

as modificações determinadas por essa intervenção ocorreram basicamente na substituição do revestimento do piso do eixo principal e dos caminhos secundários do parque, e ainda, na inserção de uma rampa em direção ao monumento em homenagem à Feb, que então só possuía uma escadaria como forma de acesso, diminuindo a chance de uso por parte do cidadão que não pudesse caminhar.

Ainda segundo a supracitada arquiteta, não foi feita nenhuma alteração com relação à vegetação do parque, ocorrendo à permanência, inclusive, de algumas mangueiras plantadas entre as palmeiras nos canteiros laterais situados ao longo do eixo principal do parque. Todavia, contraditoriamente, uma foto aérea da área, datada de 1996, encontrada na FIDEM, indica que o parque apresentava modificações no seu elemento vegetal, com a redução do número de árvores em relação à década de 80. Mesmo assim, nota-se que o Parque 13 de Maio mantém sua condição de espaço público arborizado, implantado no centro urbano do Recife, e propício à recreação, predominantemente, contemplativa da sociedade local (III.33).



III.33 Foto aérea do Parque 13 de Maio em 1996, onde se verifica que permanece um espaço público arborizado localizado no centro do Recife. FONTE: FIDEM. 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os conhecimentos teóricos que embasaram o desenvolvimento dessa pesquisa, é possível afirmar que o parque público se consolidou nas grandes e adensadas cidades industriais, sobretudo, da Inglaterra, França e Estados Unidos, durante o século XIX, por propiciar: *salubridade ambiental*, amenizando a atmosfera urbana; *embelezamento*, trazendo a natureza e a arte para dentro dessas cidades e, ainda, *recreação*, disponibilizando áreas onde a população podia descansar, passear ao ar livre e conviver socialmente. Isto é, nesses países, a construção de um parque significou uma alternativa concreta e imediata para sanar os novos problemas da cidade, advindos com a emergente industrialização que para se expandir, aumentando a produtividade, requeria a modernização da estrutura urbana existente, pouco favorável à saúde das pessoas.

Assim, considerado um empreendimento relevante na modernização das cidades, o parque urbano também relacionado à higiene, à estética e à recreação, passa a ser defendido por intelectuais, empresários e políticos, nos países do mundo ocidental, entre esses, o Brasil,. Com isso, no século XIX, começam a ser criados os parques urbanos no Rio de Janeiro. Por outro lado, muito antes disso, no século XVII, Nassau tinha trazido, como empreendedor, uma cultura artística no plano diretor para a cidade e na criação do Parque de Friburgo e outros palácios. Portanto, duas coisas concorriam: a busca da imagem moderna das cidades estrangeiras e as necessidades locais no aprimoramento de uma cidade que oferecesse qualidade de vida aos habitantes.

Somente nas primeiras décadas do século XX, a industrialização veio a ocorrer no Brasil impulsionando as novas demandas sociais e o ritmo de urbanização de suas principais cidades que, a exemplo do Recife, começavam a ser bem povoadas, partindo para o crescimento desordenado e, ainda, tendo suas formas alteradas com a ocupação de áreas vazias por edificações. Nesse contexto, o Parque 13 de Maio, uma antiga aspiração do recifense, foi construído na capital pernambucana, em 1939, quando o país vivia sob o governo do Estado Novo. No entanto, a origem do referido espaço público remonta o ano de 1844, época do Brasil Império. Ao longo de sua história, o parque guardou relação com uma vontade política de representação no (e através do) tempo, associada à idéia de modernização da cidade, conforme pôde ser verificado nas plantas estudadas, destacando-se entre elas:

- O projeto (não executado) de Vauthier em 1844, durante a progressista administração do Conde da Boa Vista que, realizando na cidade, diversas obras em todos os setores da atividade pública, à luz dos modelos europeus, como o Teatro Santa Isabel, “*inaugurou a modernização do Recife*” (Parahym, 1978, p.49).
- O projeto de Domingos Ferreira inaugurado em 1939, quando o prefeito Novaes Filho, fortalecendo a ditadura de Getúlio Vargas e tentando modificar a imagem de “atraso” do Recife, concretizou uma série de inovadoras intervenções urbanas, entre elas, a abertura da atual Avenida Guararapes, apoiada no conhecimento dos urbanistas que defendiam as novas idéias de urbanização discutidas no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o CIAM de 1933.

Por sua vez, outra observação resultante desse estudo, com vista no trabalho de Laurie (1983), é que o traçado do Parque 13 de Maio, a princípio, indicou a prevalência dos aspectos formais geométricos. Desse modo, os projetos de Vauthier, em 1844; de Martineau, em 1860 e, ainda, o de 1899 revelaram a influência do jardim francês, onde a natureza estava subordinada à vontade humana. Na seqüência, os projetos datados de 1911 e 1923, apontam o predomínio do curvilíneo desenho do jardim inglês, onde a natureza servia de inspiração para o homem da cidade. No entanto, a partir de 1939, observa-se, no traçado do parque, a junção das características projetuais das duas diferentes escolas supracitadas. Esse dualismo morfológico do traçado se acentuou nas intervenções sucessivas ao seu projeto inaugural, no final da década de 30, quando o parque foi criado para sediar grandes eventos sociais como o III Congresso Eucarístico Nacional e, assim sendo, guardava relação com a monumentalidade francesa dos seus eixos principais. Por outro lado, havia também a necessidade de possibilitar a recreação cotidiana da população, os encontros de namorados, as brincadeiras infantis, o que respondeu ao pressuposto da criação dos caminhos secundários curvilíneos ingleses, de maneira mais agregadora.

Ao buscar demonstrar o Parque 13 de Maio como um marco da modernização do Recife, na perspectiva política de lançar as bases de uma cidade moderna, atendendo aos anseios da população e aos parâmetros urbanísticos e arquitetônicos inovadores e, também, de alcançar qualidade de vida para seus habitantes e novos investimentos financeiros, esta pesquisa focalizou o traçado do parque, que foi analisado, considerando alguns de seus elementos morfológicos de composição e o contexto histórico, conforme o método de Lamas (1993).

Segundo esse autor (1993), as formas dos espaços urbanos, tais como o parque, guardam estreita relação com um contexto, isto é, com um conjunto de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, pois procuram responder as demandas postas pelos mesmos, ainda que, aos olhares desatentos, essa relação passe despercebida. Assim sendo, as demandas emergidas do contexto são observadas pelos urbanistas e pelos administradores públicos, sobretudo, municipais que, expressando posições culturais e estéticas, procuram satisfazê-las com respostas formais materializadas no espaço público, originando, com isso, novos projetos urbanos ou modificando os já existentes e executados.

De acordo com Loudon citado por Ribeiro (1996, p. 14), o traçado de um parque urbano constitui a “espinha dorsal”, pois reúne diferentes elementos morfológicos - eixos, vegetação, água – e revela, ao longo do tempo, as posturas assumidas pela sociedade em diferentes épocas. Nesse sentido, segundo Lamas (1993), três elementos de composição do traçado do espaço urbano apresentam maior caráter de permanência, no decorrer dos anos: a estrutura fundiária do sítio, os eixos e as edificações/monumentos. Por sua vez, a vegetação, apesar de ser um importante elemento na estruturação de um parque urbano, não possui essa característica de permanência, sendo mais facilmente modificada com o passar do tempo. Conforme explica Nascimento (2004), o elemento vegetal é mais susceptível de mudança, devido à falta de manutenção e extração de algumas espécies do projeto original ou à inclusão de novas espécies que, algumas vezes, são conflitantes com a proposta inicial. Outro elemento que, geralmente, se mantém na composição do traçado, segundo Luz (2000), é a água por apresentar grande importância simbólica e funcional. Assim sendo, a análise dos elementos morfológicos selecionados do traçado do Parque 13 de Maio, embasada nos estudos de Lamas (1993), privilegia : seu sítio, os eixos viários e as edificações do seu entorno, que são os elementos preexistentes; e além disso, os eixos, a vegetação e a água, que são os elementos propostos.

No âmbito do *sítio* e suas características topográficas, é possível dizer que, ao longo dos anos, com o avanço das técnicas construtivas, as dificuldades impostas pelo terreno - alagados, mangues, canais - foram observadas pelos urbanistas e, aos poucos, superadas. No entanto, o caráter de permanência da forma e características topográficas, indicado por Lamas (1993), não se confirmou no caso do sítio do Parque 13 de Maio, pois o mesmo apresentou diferentes dimensões e formas, desde o seu projeto de 1844 até a intervenção de 1985 (IV.01).



IV.01 Mudanças na estrutura fundiária apresentada pelo sítio do Parque 13 de Maio, observadas nas análises dos projetos criados no período entre 1844 e 2001. FONTE: Cândida Freitas, 2006.

Com relação aos *eixos viários e aos edifícios notáveis* localizados no entorno do parque, verificou-se que, em conformidade com Lamas (1993), ambos se consolidaram, garantindo ao espaço público: acesso urbano e o caráter de espaço cívico. Por outro lado, o traçado do parque também parece ter contribuído para a consolidação das vias e para a localização das edificações notáveis na sua proximidade, sobretudo, após o projeto de Martineau, em 1860. Esse projeto articulava o parque, ou o “passeio público”, com outros espaços públicos de diferentes escalas que, interligados por grandes avenidas arborizadas, proporcionavam o embelezamento e saneamento daquela área da cidade e, com isso, pode ter atraído a implantação de edifícios significativos, a exemplo da atual Assembleia Legislativa e da Faculdade de Direito, que tiveram suas pedras fundamentais lançadas, sucessivamente, em 1875 e 1889. Desse modo, entende-se que o traçado do parque é anterior aos projetos dessas duas edificações. Mas, apesar disso, a proteção legal do parque hoje, se dá porque ele integra o Setor de Preservação Rigorosa do Sítio Histórico da Faculdade de Direito.

Os *eixos principais e secundários do parque* desde sua inauguração em 1939 até 2001, de um modo geral, confirmando os estudos de Lamas, permaneceram; mesmo com a inclusão de uma pista de cooper no ano de 1985 e com a mudança, em algumas partes, do material de revestimento em 2001. Uma significativa ruptura na apreensão desses eixos foi verificada na

planta de intervenção de 1964, devido à redução da estrutura fundiária do sítio para a construção do IEP. No entanto, apesar de prejudicial, esse fato não descaracterizou o traçado original de 1939, posto que, ao serem observados na planta de 2001, esses eixos são facilmente identificados.

A *vegetação* do parque apresentou mudanças com o acréscimo e a retirada de espécies. Alguns desses acréscimos, inclusive, geraram situações conflitantes, em relação à proposta original de 1939, como a introdução de algumas mangueiras com copas frondosas nos canteiros que foram destinados às palmeiras e que estão situados ao longo do eixo principal do parque. As palmeiras ressaltam o eixo principal, agregando monumentalidade, mas as mangueiras, inseridas entre elas, rompem com o rigor geométrico do projeto original. Outro acréscimo conflitante do elemento vegetal, no parque, é o conjunto de canteiros inserido em fileira no centro do eixo principal, interferindo nas condições de visibilidade das perspectivas, que destacam ao fundo a edificação da Faculdade de Direito ou o monumento em homenagem à FEB. Pelo motivo supramencionado, essa inclusão de canteiros é considerada prejudicial, porém, não descaracteriza o traçado original do parque, pois, o eixo principal, apesar de reduzido em sua imponência e em suas vistas panorâmicas, permanece sendo identificado como no projeto de 1939, isto é, como o eixo mais significativo do parque.

Desse modo, ainda com essas mudanças pouco favoráveis à proposta original do parque, a vegetação pode ser considerada um dos mais relevantes elementos de composição do seu traçado, pois confere ao referido espaço público localizado em uma área central da cidade, as qualidades estéticas, ambientais e recreativas, buscadas pelos recifenses desde o século XIX e que ainda permanecem atuais no século XXI.

A *água*, no traçado do Parque 13 de Maio, foi um elemento morfológico que se manteve, ao longo dos anos, sobretudo, as fontes luminosas circulares, existentes no cruzamento dos eixos retilíneos. Além delas, apesar de não integrarem o projeto de inauguração do parque, o espelho d'água circular e o lago irregular, que foram acrescentados posteriormente, também foram mantidos.

A análise de cada um desses elementos de composição do traçado do Parque 13 de Maio, em projetos sucessivos de 1844 a 2001, de um modo geral, possibilitou conhecer as alterações nele ocorridas nesse período, que guardaram relação com as novas demandas surgidas dos diferentes contextos vivenciados na modernização da cidade do Recife. No entanto, ainda assim, o traçado europeu do parque em estudo, que podia ter sido totalmente alterado, foi preservado devido ao seu rigor, racionalidade e a uma proposta condizente com o sítio, com a localização e

com os edifícios históricos existentes em seu entorno, principalmente, o da Faculdade de Direito. Diante disso, o traçado do Parque 13 de Maio revela sua força histórica e projetual, marcando a tradicional função de parque contemplativo e, ao mesmo tempo, procurando responder as necessidades do uso contemporâneo.

Essa análise aqui realizada permitiu ainda avançar com relação ao objetivo proposto - demonstrar o Parque 13 de Maio como um marco na modernização do Recife - percebendo que o traçado desse espaço público revela as ações e intenções culturais adotadas pela sociedade recifense em uma época, ou seja, representa um momento específico desses cidadãos e expressa histórias dos processos de produção econômica e cultural. Reconhecer a importância do traçado do Parque 13 de Maio é ponderar sobre a necessidade de uma proteção legal específica para o mesmo, como forma de manutenção e respeito às raízes históricas, sociais e culturais da cidade do Recife. Nesse sentido, a presente pesquisa verificou que as leis nas esferas federais, estaduais e municipais, que resguardam esse espaço público, atualmente, são inócuas e pouco eficazes, já que focalizam, sobretudo, a edificação tombada localizada em seu entorno, no caso, a Faculdade de Direito. Como foi observado, nos dias de hoje, a proteção dispensada ao parque é proveniente da existência desse edifício, porém o espaço público precisa ser considerado um patrimônio por seus aspectos paisagísticos, estéticos e históricos, pois, isso permitirá que as características do seu traçado original sejam melhor resguardadas.

Diante do exposto, esta dissertação observou, em conformidade com Nascimento (2005), que há uma lacuna nas legislações vigentes no país voltadas, especificamente, para regulamentar as intervenções em espaços livres públicos. *“Atualmente, as intervenções nesses espaços (...) são respaldadas em leis voltadas para o patrimônio edificado, de forma incompatível pelas diferenças na tipologia e na morfologia”* (Nascimento, 2005, p. 387). É necessário que essa lacuna seja preenchida com a elaboração de uma legislação à luz da Carta de Florença de 1981, que trata da preservação do jardim histórico, sendo direcionada para a proteção dos parques urbanos históricos, a exemplo do Parque 13 de Maio, orientando com detalhes as intervenções realizadas nesses espaços públicos.

Assim, além do intuito de acrescentar novas informações para os escassos estudos sobre o parque urbano, o presente trabalho buscou contribuir para o conhecimento da criação e evolução do parque, partindo da análise do traçado, tal saber permitirá identificar e melhor estruturar os elementos do projeto desse espaço livre público de recreação, considerando as características de

sua concepção original, por ocasião de intervenções e da criação de novos parques urbanos. Com ênfase no traçado, essa pesquisa explicativa e interpretativa, buscou ainda contribuir para relatar, sem o compromisso do historiador, o processo de criação e evolução do Parque 13 de Maio - um relato, talvez, pouco conhecido pelos recifenses nos dias atuais - interligando, sob um olhar evolucionista, cronológico e linear, os diferentes e pequenos fragmentos escritos e gráficos sobre esse espaço público que se encontravam espalhados em livros, artigos, plantas baixas, entre outros, pertencentes, em sua grande maioria, aos acervos dos órgãos públicos.

Com essas contribuições, entendendo que o traçado manteve o rigor da concepção do projeto original e que, desse modo, guardou as características originais da criação do Parque 13 de Maio como objeto para a modernização da cidade (IV.02), a presente pesquisa espera incitar novos e enriquecedores olhares sobre o assunto, que não foi observado sob outros diferentes aspectos, pois não houve aqui a pretensão de desvendar, nem de conhecer em sua totalidade, essa temática tão instigante e abrangente.



VI.02 Fotografia atual do Parque 13 de Maio mostra que o espaço público guardou as características originais de sua criação, relacionadas às qualidades estéticas, ambientais e recreativas, que contribuíram para caracterizá-lo como um marco na modernização do Recife. FONTE: Laboratório da Paisagem/UFPE, 2006.

BIBLIOGRAFIA

ALDEROQUI, Silva. *Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza dem mundo urbano/ Alderoqui, Silva; Penchansky, Pompei (org.). Buenos Aires: Paidós, 2002.*

ALMEIDA, Érika Audet. *A articulação dos espaços urbanos no Recife do século XIX*. Dissertação (MDU). Recife: UFPE, 2001.

ANDRADE, Rubens de. *Antônio Lemos e as obras de melhoramentos urbano em Belém: a Praça da República como estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2003.

ANDRADE, Rubens de; TÂNGARI, Vera Regina. A Praça da República e seus Aspectos Morfológicos no Desenho da Paisagem de Belém. *Paisagem e Ambiente. Ensaio*, São Paulo: EDUUSP, n. 16, 2002.

ARANTES, Otilia B. Fiori. *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*. São Paulo: EDUUSP, 2000.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ EDUSP, 1981.

ARGAN, G.Carlo. *História da arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

AZEVEDO JUNIOR, Manoel Teixeira. A Cidade Contemporânea e seus Desafios. *Caderno de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, n. 5, 1997.

BARCELLOS, Vicente Quintella. Os Parques: Velhas Idéias e Novas Experiências. *Paisagem e Ambiente. Ensaio*, São Paulo: EDUUSP, n. 13, 2000.

BARRETO, Ângela Maria Maranhão. *Recife através dos tempos (formação de sua paisagem)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1994.

BARRETO, Túlio Velho. Cientista político da Fundaj analisa os 50 anos da posse de JK. *Boletim Eletrônico*. Recife: FUNDAJ, 30/01/2006. Disponível em: <http://www.fundaj.com.br/noticia> Acesso em 10 de jun. 2006.

BARTALINI, Vladimir. Sintonias e defasagens, os parques públicos nos planos para São Paulo. *Paisagem e Ambiente. Ensaio*, São Paulo: EDUUSP, n. 7, 1995.

_____. Os parques públicos em São Paulo. *Paisagem e Ambiente. Ensaio*, São Paulo: EDUUSP, n. 9, 1996.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. Tradução: Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BOLETIM DA CIDADE E DO PORTO DO RECIFE. Recife: PMR/DEPT, abrangendo um nº de 1942 e outro de 1944.

BORBA, Fernando de Barros. *Pernambuco: patrimônio cultural de todos*. Recife: FUNDARPE, 1998.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CASÉ, George. Formação urbanística do bairro de Santo Amaro: forma urbana e imagem. In: PONTUAL, Virginia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem. Ensaio urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *O Recife e seus bairros*. Recife: PCR, 1999.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: PCR, 1977.

CENIQUEL, Mário. Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: os espaços livres urbanos no século 19. *Paisagem e Ambiente. Ensaio*, São Paulo: EDUUSP, n. 8, 1995.

CONDEPE/FIDEM, Agência estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Metrópole estratégica : região metropolitana do Recife*. Recife: [s.n.], 2005.

D'AZEVEDO, Soares. Um passeio Público no Recife. In: PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife, ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Intervenções em Jardins Históricos: manual*. Brasília: IPHAN, 2005.

DEL RIO, VICENTE. Paisagens, Realidade e Imaginário: a Percepção do Cotidiano. In: *Paisagens: uma visão interdisciplinar sobre o estudo da paisagem*. GOYA, Cláudio; GOYA, Paula (orgs.). Bauru: UNESP, 1996.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edição de 23 de dezembro de 1888. Recife, 1888.

_____. Edição de 07 de junho de 1939. Recife, 1939

.

_____. Edição de 14 de julho 1939. Recife, 1939.

_____. Edição de 29 de agosto de 1939. Recife, 1939.

_____. Edição de 31 de agosto 1939. Recife, 1939.

_____. Edição de 01 de setembro 1939. Recife, 1939.

_____. Edição de 10 de março de 1985. Recife, 1985.

_____. Edição de 11 de março de 1985. Recife, 1985.

_____. Edição de 31 de maio de 1993. Recife, 1993.

_____. Edição de 07 de dezembro de 1999. Recife, 1999.

_____. Edição de 13 de outubro de 2005. Recife, 2005.

ESTELITA, José. Discurso do Engenheiro José Estelita. In. *Revista Arquivos I*. Recife: PMR/DEPT. Ano 1, nº 1, mar./1942.

FALA DO DESEMBARGADOR HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA em 01/03/ 1875. Recife: Assembléia Legislativa Provincial, 1975.

FEILDEN, Bernard M; JOKILEHTO, Jukka. *Manual para el manejo de los sítios culturales Del patrimonio mundial*. Bogotá: Colcultura, 1995.

FERREIRA, Rosilda Arruda. *A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos*. Recife: Ed. Universitária, 1998.

FERREZ, Gilberto, 1908-.; SCHLAPPRIZ, Luis. *O álbum de Luis Schlappriz: Memória de Pernambuco : álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. *Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife*. Recife: FIDEM, 1978.

FIGUEIRÔA SILVA, Aline. Os princípios artísticos do traçado dos jardins de Burle Marx no Recife. In: PONTUAL, Virginia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANCA, Rubem. *Monumentos do Recife, estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. *Paisagem e Ambiente. Ensaios*. São Paulo: USP/FAU, n. 4, 1992.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Perfil do Tempo*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1990.

GUEDES, Paulo. O Recife e seu desenvolvimento. In: *Boletim de Engenharia*. Recife. v II, 1926.

GUERRA, Cristianne de Melo. Os componentes aquáticos nas praças do Recife. In: PONTUAL, Virginia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.

_____. O uso dos componentes aquáticos nas praças do Recife. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo*. Recife: ENEPEA, 2002. CD-ROM.

GUERRA, Flávio. O Recife e o Conde da Boa Vista. In: *Um Tempo do Recife*. ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO; MOTA, Mauro (Intr.). Recife: Ed. Universitária, 1978.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan. *The landscape of man: shaping the environment from prehistory to the present day*. London : Thames and Hudson, 1995.

JORNAL DO COMERCIO. Edição de 21 de julho de 1939. Recife, 1939.

_____. Edição de 30 de agosto de 1939. Recife, 1939.

_____. Edição de 20 de março de 1957. Recife, 1957.

_____. Edição de 24 de março de 1957. Recife, 1957.

_____. Edição de 10 de março de 1985. Recife, 1985.

_____. Edição de 11 de outubro de 1992. Recife, 1992.

_____. Edição de 10 de julho de 2001. Recife, 2001.

KLIASS, Rosa Grená. *Parques Urbanos de São Paulo*. São Paulo: PINI, 1993.

LAMAS, José M. Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e tecnológica, 1993.

LAURIE, Michael. *Introducción a la Arquitectura del Paisaje*. Barcelona: G. Gili, 1983.

LEENHARDT, Jaques (org). *Nos jardins de Burle Marx*, São Paulo: Perspectiva, 1994.

LEITE, Isabela. *A influência da cultura na formação do Recife Moderno*. Dissertação (MDU). Recife: UFPE, 1999.

LIMA, E. *Modulando*. Recife: PCR/Secretaria de Educação e Cultura e Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. Por uma arquitetura social: a influência de Richard Neutra em prédios escolares no Brasil. *Vitruvius*. São Paulo. Jan, 2002. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq020/arq020_03.asp. Acesso em: 04 de abr. 2006.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE - Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

LUZ, Luis Fernando da. O lago e os eixos como elementos de composição. *Revista Arqtexto*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: EDUUSP, 2002.

MARINHO, Geraldo. A nova face da paisagem urbana. In: REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. 2. ed Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário; DANTAS SILVA, Leonardo. *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife, 1992.

- MENEZES, José Luiz da Mota. *Atlas histórico-cartográfico do Recife*, Recife: Fundaj, 1988.
- MENEZES, U.T.B. Os “usos culturais” da cultura – contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. SP: Hucitec, 1999.
- MESQUITA, Liana de Barros. Memória dos Verdes Urbanos do Recife. *Cadernos de Meio Ambiente*. Recife: PCR, v. 1, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MORA, Alfonso Alvarez. Os Espaços Livres como Sistema Urbano. *Espaces publiques, Architecture et Urbanité de Part et D'autre de l'Atlantique/* TOMAS, François (org.). Tradução: Erika Audet Almeida. Saint-Etienne: Publications de L'université de Saint-Etienne, 2002.
- MOREIRA, Fernando Diniz. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). In: *Anais do VI Encontro nacional da ANPUR*. Brasília: ANPUR, 1995.
- NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. Alterações nos projetos de Praças do Centro Histórico de São Luís. In: PONTUAL, Virginia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.
- OLIVEIRA FILHO, João Martins, DERNTL, Maria Fernanda. Significados do Espaço Público. *Paisagem e Ambiente Ensaios*, São Paulo: EDUUSP, n. 7, 1995.
- OUTTES, Joel. *O Recife: Gênese do Urbanismo 1927 – 1943*. Recife: Massangana, 1997.
- PANERAI, Philippe. O retorno à cidade. O espaço público como desafio do projeto urbano. *Revista Projeto*. São Paulo, n. 173, 1994.
- PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife, ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- PETTINATI, Silvana. *Pernambuco, no século XIX: a herança de Vauthier*. São Paulo:USP, 2000.
- PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In: PONTUAL, Virginia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.
- _____. Ordem e progresso: O pensamento Urbanístico no Recife dos anos 30. In: *Anais do VI Encontro nacional da ANPUR*. Brasília: ANPUR, 1995.
- _____. *Uma cidade e dois prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950*. Recife: Ed. da UFPE, 2001.
- RELATÓRIO DO INSPECTOR DE SAÚDE PÚBLICA em 27/11/1878. Recife: Tipografia de Manuel Figueirôa de Farias e Filhos, 1879.
- REVISTA ARQUIVOS I. Recife: PMR/DEPT. ano 1, nº 1, mar./1942.
- REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. 2. ed Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

- RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. *The relationship between urban park design, functions and uses. A case study in Recife, Brasil*. Oxford: Oxford Brookes University, 1996. (Tese de Doutorado)
- _____. O Projeto Paisagístico, as Funções e o Uso dos Parques Urbanos - O Parque 13 de Maio. In: *Clio Histórica*. Recife: UFPE, n. 18, 1998.
- ROCHA, Tadeu. *Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)*. Recife: Gráfica Ipanema, 1967.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- RUFINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo, nº 24, 1996.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx em Recife. In: PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.
- _____. O Uso e os Problemas dos Parques Urbanos do Recife. *Cadernos de Meio Ambiente*. Recife: PCR, v.1, 1998.
- _____. O projeto, as funções e o uso dos parques urbanos do Recife. In: *Paisagem e Ambiente. Ensaios*. São Paulo: EDUUSP, n. 10, 1997.
- _____. Os espaços verdes na história do Recife. *Paisagem e Ambiente Ensaios*. São Paulo: EDUUSP, n. 19, 2004.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: PCR/UFPE. 2000.
- SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça. Ensaio sobre o Lado Privado e o Lado Público da Vida Social e Histórica*. Porto Alegre: Fabris, 1986.
- SANTOS, Milton. *A metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos - Evolução, Projeto, Funções e Usos. *Revista Assentamento*. Belo Horizonte, out/2002.
- SEGAWA, Hugo. *Ao Amor do Público - Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, Ângelo. Dimensões de Performance de projetos paisagísticos contemporâneos na Orla Marítima de Salvador, Bahia. In: *Paisagem e Ambiente. Ensaios*. São Paulo: USP/FAU, n. 13, 2000.
- _____. Paisagem em movimento: O Parque André-Citroen em Paris. In: *Paisagem e Ambiente. Ensaios*. São Paulo: USP/FAU, n. 19, 2004.
- SETTE, Mário. *Arruar. História pitoresca do Recife antigo*. Recife: Gov. Estado de Pernambuco, 1978.

SILVA, Aline de Figueirôa. Os princípios artísticos do traçado dos jardins de Burle Marx no Recife. In: PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs.). *História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ártica, 1992.

SOUSA, Alberto. *Assembléia Legislativa. O classicismo arquitetônico no Recife imperial*. João Pessoa: UFPB, 2000.

SOUTO, M. Anita Fraga. Passeio Público: Projeto de restauro de um jardim histórico. In: *Anais do VII Encontro Nacional de ENEPEA*. Belo Horizonte: ENEPEA, 2004.

TREITLER, Sérgio. O jardim apenas como uma moldura. *Jornal da Paisagem*. São Paulo. Fev/mar, 2006. Disponível em: http://www.jornaldapaisagem.unisul.br/fev_mar/artigos.htm Acesso em 05 abr. 2006.

VALENTE PEREIRA, Luz. *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planejamento/ação da sua reabilitação*. Lisboa: LNEC, 1996.

VASCONCELOS, Ronalde Fernando Albuquerque; BEZERRA, Onilda Gomes (org). Atlas Ambiental do Recife. *Urbanismo e Meio Ambiente*. Recife: PCR/ Secretaria de Planejamento, 2000.

VIANNA, A. J. Barbosa. *Recife, Capital do Estado de Pernambuco*. Recife: departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado, 1970. 1ª ed. 1970.

_____. Recife, Capital do Estado de Pernambuco. In: SOUTO MAIOR, Mário; DANTAS SILVA, Leonardo. *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife, 1992.

ZANCHETI, Sílvio M.; JOKILEHTO, Jukka. Values and Urban Conservation planning. Some reflections on principles and definitions. Disponível em: <http://www.urbanconservations.org>. Acesso em: 04 de junho de 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)